



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

ARAPIRACA
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Licenciatura atualizado pela equipe do Núcleo Docente Estruturante e Docentes Colaboradores do Curso de Pedagogia Licenciatura do *Campus* de Arapiraca – UFAL.

ARAPIRACA
2018

EQUIPE RESPONSÁVEL

COORDENADORA DO CURSO

MARIA GORETE RODRIGUES DE AMORIM

VICE-COORDENADORA DO CURSO

SEVERINA MÁRTYR LESSA DE MOURA

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

SEVERINA MÁRTYR LESSA DE MOURA – COORDENADORA

MARIA GORETE RODRIGUES DE AMORIM – VICE-COORDENADORA

MARTA MARIA MINERVINO DOS SANTOS

TEREZA CRISTINA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

LUIZ CARLOS ROCHA DE DEUS¹

Colegiado do Curso

MEMBROS DOCENTES

MARIA GORETE RODRIGUES DE AMORIM
SEVERINA MÁRTYR LESSA DE MOURA
TEREZA CRISTINA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
KARINY LOUIZY AMORIM DA ROCHA VANDERLEI
SABRINA ÂNGELA FRANÇA SILVA CRUZ

MEMBROS DISCENTES

PRISCILLA ALMEIDA SILVA
FERNANDA DE ABREU SILVA DE LIMA

MEMBROS TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS

EVERALDO BEZERRA DE ALBUQUERQUE
MARCUS ANTÔNIO DE OLIVEIRA

APOIO ACADÊMICO

COORDENAÇÃO DA BRINQUEDOTECA

PROF.^a RENATA DA COSTA MAYNART

COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE EXTENSÃO

PROF.^a TEREZA CRISTINA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

COORDENAÇÃO DE MONITORIA

PROF. RAFAEL ALEXANDRE BELO DE ALBUQUERQUE PEREIRA

COORDENAÇÃO DE ESTAGIO SUPERVISIONADO

PROF.^a ROSIMEIRE MARCEDO COSTA

COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROF.^a MARTA MARIA MINERVINO DOS SANTOS

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

PROF.^a TEREZA CRISTINA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

¹ Reconhecimento pela importante contribuição nos trabalhos do NDE e participação no Colegiado do curso de Pedagogia (*in memoriam*).

DADOS DA INSTITUIÇÃO

MANTENEDORA:	Ministério da Educação (MEC)
MUNICÍPIO-SEDE:	Brasília – Distrito Federal (DF)
CNPJ:	00.394.445/0188-17
DEPENDÊNCIA:	Administrativa Federal
MANTIDA:	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
REITOR(A):	Maria Valéria Costa Correia
VICE-REITOR(A)	José Vieira da Cruz
CÓDIGO:	1151779
MUNICÍPIO-SEDE:	Arapiraca
ESTADO:	Alagoas
REGIÃO:	NORDESTE
ENDEREÇO DO <i>CAMPUS</i> SEDE	Av. Lourival de Melo Mota, rodovia BR-104, km 14, <i>Campus</i> A. C. Simões – Cidade Universitária, Maceió, Alagoas. CEP: 57.072-970.
ENDEREÇO DO <i>CAMPUS</i> ARAPIRACA	Av. Manoel Severiano Barbosa, S/N – Bom Sucesso – Rodovia AL 115 – Km 6,5 – CEP – 57.309-005
TELEFONE	(82) 3482-1839
PORTAL ELETRÔNICO:	http://www.ufal.edu.br/arapiraca

DADOS DO CURSO

NOME DO CURSO:	Licenciatura em Pedagogia
TÍTULO CONFERIDO:	Pedagogo
CURSO:	1151779
HABILITAÇÃO:	Magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.
CAMPUS	Arapiraca – Cidade de Arapiraca
UNIDADE ACADÊMICA	Sede
ENDEREÇO:	Av. Manoel Severiano Barbosa, S/N – Bom Sucesso – Rodovia AL 115 – Km 6,5 – CEP – 57.309-005
TELEFONE	(82) 3482-1839
PORTAL ELETRÔNICO:	HTTP://WWW.UFAL.EDU.BR/ARAPIRACA/GRADUACAO/PEDAGOGIA
FORMA DE INGRESSO	Exame Nacional do Ensino Médio – Enem
ATOS LEGAIS:	
PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO:	Portaria nº 466, de 22 de novembro de 2011
PORTARIA DE RECONHECIMENTO	Portaria Nº 821, de 29/10/2015 (D.O.U., 5/11/2015)
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Noturno
CARGA HORÁRIA TOTAL:	3.234
TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO:	NOTURNO Duração mínima: 9 (nove) períodos Duração máxima: 13 (treze) períodos
VAGAS AUTORIZADAS:	Noturno: 40 vagas anuais
COORDENADORA	Nome: Maria Gorete Rodrigues de Amorim Formação acadêmica: Licenciada em Estudos Sociais Titulação: Doutora em Educação Brasileira Regime de trabalho: Dedicção exclusiva

CORPO DOCENTE DO CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

	NOME	TÍTULO	C.H.
1	Prof. Dr. Adelmo Fernandes de Araújo	Doutor	DE
2	Prof. ^a Me. Aline Soares Nomeriano	Mestre	DE
3	Prof. Dr. Ivanderson Pereira da Silva	Doutor	DE
4	Prof. ^a Me. Janaíla dos Santos Silva	Mestre	DE
5	Prof. ^a Dr. ^a Jane Marinho da Silva	Doutor	DE
6	Prof. Me. Júlio Bispo dos Santos Júnior	Mestre	DE
7	Prof. ^a Me. Kariny Louizy Amorim da Rocha Vanderlei	Mestre	DE
8	Prof. ^a Me. Livia Couto Guedes	Mestre	DE
9	Prof. Dr. Luciano Accioly Lemos Moreira	Doutor	DE
10	Prof. ^a Dr. ^a Maria Betânia Gomes da Silva Brito	Doutor	DE
11	Prof. ^a Dr. ^a Maria Gorete Rodrigues de Amorim	Doutor	DE
12	Prof. ^a Dr. ^a Marta Maria Minervino dos Santos	Doutor	DE
13	Prof. Me. Rafael Alexandre Belo de Albuquerque Pereira	Mestre	DE
14	Prof. ^a Dr. ^a Renata da Costa Maynard	Doutor	DE
15	Prof. Me. Ricardo da Silva	Mestre	DE
16	Prof. ^a Dr. ^a Rosemeire Marcedo Costa	Doutor	DE
17	Prof. ^a Dr. ^a Severina Mártir Lessa de Moura	Doutor	DE
18	Prof. ^a Dr. ^a Solma Lúcia Souto Maior de Araújo Baltar	Doutor	DE
19	Prof. Dr. Talvanes Eugenio Maceno	Doutor	DE
20	Prof. ^a Dr. ^a Tereza Cristina Cavalcanti de Albuquerque	Doutor	DE
21	Prof. ^a Me. Vanessa da Silva Alves	Mestre	DE

CORPO TÉCNICO

	NOME	FUNÇÃO	C.H.
1	Daniele Carnaúba	Assistente em Administração	30h
2	Djalma Rodolfo da Silva Lós	Técnico em Assuntos Educacionais	40h

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACC - Atividades Acadêmico-Científico-Culturais
ACE - Atividades Curriculares de Extensão
AVA - Ambientes Virtuais de Aprendizagens
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAA - Comissão de Autoavaliação
CES - Câmara de Ensino Superior
CEAB - Centro de Estudos Afro-Brasileiros
CEB - Câmara de Educação Básica
CEBELA - Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUNI - Conselho Universitário
CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CRUTAC - Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
DPEE - Diretoria de Políticas de Educação Especial
EA - Educação Ambiental
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
ENADE - Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante
ERER - Educação para as Relações Étnico-Raciais
EJA - Alfabetização de Jovens e Adultos
FORGRAD - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras
FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Graduação de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IES - Instituição de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES - Instituições Públicas de Ensino Superior
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
MEC - Ministério da Educação
NDE - Núcleo Docente Estruturante
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NAC - Núcleo de Acessibilidade
NAE - Núcleo de Assistência ao Estudante
ONU - Organização das Nações Unidas
PAAF - Programa Ações Afirmativas para Afro-descendentes
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PDU - Plano de Desenvolvimento da Unidade
PEE - Plano Estadual de Educação
PIDIB - Programa de Iniciação à Docência
PIBIC - Programa de Iniciação Científica
PNE - Plano Nacional da Educação
PNEA- Política Nacional de Educação Ambiental
PMEDH - Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos
PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos
PNUD - Programa das Nações Unidas
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação
PROINART - Programa de Iniciação Artística da UFAL
ProCCAExt - Programa Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas
SEE - Secretaria de Estado da Educação de Alagoas
SEMED - Secretaria Municipal de Maceió
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação
UFAL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	11
1.1 Contextualização.....	12
1.1.1 Breve Histórico da IES	15
1.1.2 Objetivos e Metas Institucionais.....	18
1.1.3 Estrutura Organizacional	18
1.1.4 Políticas de ensino, extensão e pesquisa	20
1.2 REALIDADE REGIONAL	21
1.2.1 Contexto Histórico da Educação Pública em Alagoas	23
1.3 Justificativa	31
1.4 Histórico do curso.....	32
2 OBJETIVOS DO CURSO	35
2.1 Perfil e competência profissional do egresso.....	37
3 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA.....	38
4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	43
4.1 Matriz e proposta curricular.....	43
4.2 Prática Pedagógica como componente curricular (PPCC)	52
4.3 Sobre a utilização da EAD e ambiente virtual de aprendizagem.....	54
4.4. Matriz Curricular	55
4.4.1 Proposta Curricular.....	59
5 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	95
5.1 Educação Inclusiva, Acessibilidade e Transtorno do Espectro Autista.....	97
6 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	100
7 OUTRAS AVALIAÇÕES	101
7.1 Avaliação do Projeto Pedagógico do curso	101
7.2. Autoavaliação do Curso	102
8. AÇÕES DE APOIO AOS DISCENTES	103
8.1 Monitoria	103
8.2 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)	105

9 INFRAESTRUTURA.....	106
9.1 Brinquedoteca.....	106
REFERÊNCIAS	111
ANEXOS	

1 APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Licenciatura (PPC Pedagogia), do *Campus* Arapiraca, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), é um documento público que tem por finalidade apresentar a concepção pedagógica, os objetivos e a organização curricular do Curso de Pedagogia Licenciatura, do *Campus* Arapiraca, à comunidade acadêmica e à sociedade de forma geral.

Do momento de criação do curso até os dias atuais, este PPC passou por três processos de reforma: adequação do PPC do Curso de Pedagogia Licenciatura, do *Campus* Sertão, para a implantação em Arapiraca (2011); atualização (2014); e reestruturação curricular (2018).

Por ser um projeto institucional que busca a articulação com um projeto de sociedade, este documento é o produto de um processo histórico que envolveu representantes de todos os segmentos que se articulam em torno da organização do curso em instâncias colegiadas e nucleares, tais como: o então Núcleo Pedagógico, o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante – NDE do *Campus* Arapiraca. Neste sentido o PPC, reestruturado coletivamente pelo Colegiado de Curso e pelo NDE, apresenta-se como um documento que revela a identidade e a intencionalidade da formação intelectual e profissional de uma instituição pública de ensino superior comprometida com a realidade sócio-histórica da região do Agreste alagoano. Um projeto institucional organizado com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFAL) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI/UFAL), evidenciando, ainda, os seguintes princípios:

1. Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;
2. Interdisciplinaridade e articulação das diversas atividades desenvolvidas;
3. Flexibilização curricular;
4. Contextualização e criticidade dos conhecimentos;
5. Ética como orientação das ações educativas;
6. Práticas de avaliação qualitativa, sistemática e processual do PPC.

Além desses elementos, este PPC atende às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) específicas, bem como a todas às outras legislações exigidas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), de Medicina (1951), de Filosofia (1952), de Economia (1954), de Engenharia (1955) e de Odontologia (1957). Trata-se de instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela legislação nacional correspondente e por seu Estatuto, aprovado pela Portaria do MEC nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003, e Regimento Geral, aprovado pela Resolução nº 01/2006 – CONSUNI/CEPE. CNPJ 24.464.109/0001-48.

Nome e código no SIAFI UFAL: UG: 153037/ Gestão Favorecida: 15222. Código da UJ titular do relatório 153037. Sua sede está localizada na cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, no Nordeste do Brasil, com endereço à Av. Lourival de Melo Mota, S/N – *Campus* A. C. Simões – Tabuleiro do Martins – CEP: 57.072-970 – Maceió – Alagoas. Endereço da página institucional na internet URL: www.ufal.edu.br/ufal.

Em 2006, com a política de expansão do ensino superior no Brasil, na gestão do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o *Campus* de Arapiraca, aprovado pela resolução CONSUNI nº 20/2005, de 1º de agosto de 2005. Inaugurado em 16 de setembro de 2006 e autorizado para funcionamento através do Parecer do CNE/CES nº 52/2007. A UFAL *Campus* Arapiraca, localizada na Avenida Manoel Severiano Barbosa, S/N – Bom Sucesso – Rodovia AL 115 – Km 6,5 – CEP – 57.309-005, é composta pela sede (Arapiraca) e mais três Unidades Educacionais de Ensino (Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa). Possui 23 cursos distribuídos na Sede e em suas Unidades, entre cursos de bacharelado e licenciatura. Em 2010 foi criado o *Campus* do Sertão.

Localizada em região de realidade socioeconômica reveladora de elevada desigualdade social, a UFAL *Campus* Arapiraca tem o **perfil** de instituição comprometida efetivamente com a articulação das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, com o objetivo de tornar-se referência nacional e firmar-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade, especialmente as do Agreste alagoano.

Segue a **missão** social da Sede-Maceió, conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional – 2013-2017: “formar continuamente competências por meio de produção, multiplicação e recriação dos saberes coletivos e do diálogo com a sociedade”. Portanto, prima pela missão de ser

agente de desenvolvimento, em seu contexto periférico, de grandes limitações e precariedades, de grandes contrastes e contradições. Sua presença, sobretudo por meio do desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão, representa uma importante ferramenta no desenvolvimento do Estado, o qual possui um dos maiores indicadores de desigualdades do Brasil.²

Os indicadores de desigualdades sociais e econômicas do Estado de Alagoas são apresentados em relatórios e estatísticas de órgãos nacionais³ e organismos internacionais⁴. Em pesquisa sobre a situação social dos estados brasileiros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada em 2012, constata-se que houve aumento de renda domiciliar *per capita*⁵ no período de 2001 a 2009, mas Alagoas continua com média inferior à do Nordeste.

O Brasil, que apresentava a renda domiciliar *per capita* de R\$ 511,5 em 2001, subiu para R\$ 631,7, em 2009, perfazendo aumento real de 23,5% no período. O indicador do Nordeste passou de R\$ 278,2 para R\$ 395,5 (aumento real de 42,1%). No caso de Alagoas, o indicador era de R\$ 247,7, em 2001, elevando-se para R\$ 338,3, em 2009. **Mesmo com esse aumento de 36,6% ao longo do período, o estado ainda permanece aquém da renda dos nordestinos como um todo.** (IPEA, 2012, p. 14, grifo nosso).

Ainda que em 2017 o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente no Estado de Alagoas tenha alcançado o patamar de R\$ 658,00, conforme divulga a Agência de Notícias do IBGE (2018)⁶, o Estado mantém a segunda menor renda domiciliar *per capita* do País.

A alarmante desigualdade social em Alagoas também pode ser percebida em outros **dados socioeconômicos da região**. Em 2012, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou relatório sobre a “Situação Social no Estado de Alagoas”, comparada à do Nordeste e do Brasil, abrangendo vários indicadores, “selecionados por área de atuação das políticas sociais: demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação, cultura e desenvolvimento agrário” (IPEA, 2012, p. 7).

Para uma visão geral, foram apresentados no documento os seguintes dados em um quadro síntese em diversas áreas de atuação política – destacam-se as áreas de saúde, trabalho

² Cf. http://www.ufal.edu.br/arapiraca/institucional/quem_somos.

³ Ex.: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA).

⁴ Ex.: (UNESCO)

⁵ “[...] renda domiciliar *per capita*, pois ele contempla todas as fontes de renda que uma família pode possuir, dividido pela quantidade de componentes da família” (IPEA, 2012, p. 14).

⁶ Cf. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20154-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2017.html>.

e renda, educação, saneamento e alguns indicadores da área de desenvolvimento agrário (*Idem*, p. 8-9):

Saúde: Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos): Brasil 20,00, Nordeste 28,70 e Alagoas 41,20. Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos): Brasil 94,30, Nordeste 108,60 e Alagoas 234,80.

Trabalho e renda: Desemprego: Brasil 8,16, Nordeste 8,90 e Alagoas 10,18. Rendimento médio do trabalho (salário): Brasil 1.116,39, Nordeste 743,56 e Alagoas 759,59.

Educação: Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais): Brasil 9,70, Nordeste 18,70 e Alagoas 24,72. Número médio de anos de estudos (15 anos ou mais): Brasil 7,55, Nordeste 6,34 e Alagoas 5,67.

Saneamento e habitação: Abastecimento adequado de água: Brasil 87,72, Nordeste 78,12 e Alagoas 69,27. Acesso à energia elétrica: Brasil 98,82, Nordeste 97,47 e Alagoas 98,87.

Desenvolvimento agrário: Extrema pobreza (rural): Brasil 12,64, Nordeste 20,44 e Alagoas 27,05. Renda domiciliar *per capita* (rural): Brasil 314,25, Nordeste 208,52 e Alagoas 174,84. Rendimento médio do trabalho (salário) (rural): Brasil 625,45, Nordeste 388,32 e Alagoas 425,23. Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (rural): Brasil 22,77, Nordeste 32,62 e Alagoas 37,88.

As taxas e índices apresentados pelo IPEA em 2012 não são reduzidos substancialmente até 2018; alguns são, até mesmo, elevados. Um exemplo de elevação pode ser encontrado na tabela que apresenta a Taxa de Desemprego – 2012-2015, constante do documento “Indicadores Básicos de Alagoas” (2017, p. 69), em que o Brasil chega a 9,6, o Nordeste a 10,3 e Alagoas a 15,3.

O aumento da taxa de desemprego é consequência do atual momento econômico, pois, de acordo com Mészáros (2011), o capitalismo experimenta uma crise sem precedentes na história, uma crise estrutural. A tendência é que haja, de fato, uma superpopulação relativa estagnada, cada vez mais pauperizada, sem expectativa de vender sua força de trabalho para o capital.

É nesse contexto socioeconômico que se encontram os desafios para a Universidade Federal de Alagoas, *Campus* de Arapiraca, situada no Semiárido alagoano⁷, marcado sócio-historicamente pela

⁷ Corresponde às microrregiões Agreste e Sertão. A realidade particular do Semiárido alagoano será apresentada quando for abordada a realidade regional, mais adiante.

Concentração de terra e de poder, gerando o coronelismo econômico e social e o mandonismo político, assim como as desigualdades exponenciais. A escravidão negra; a catequização, apresamento, escravidão ou servidão e dizimação das populações indígenas concederam traços às relações sociais e contribuíram para que as lutas de resistência surgissem no passado e perdurassem no presente, sendo acompanhadas pela violência social e política, que marca o presente. (LUSA, SILVA, ALBUQUERQUE, 2013, p. 7).

A inserção espacial da UFAL, portanto, leva em consideração as demandas sociais encontradas, para desenvolver de forma articulada o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, com a função de intervir, em alguma medida, no contexto social, e especificamente no processo formativo em nível superior em todas as regiões do Estado de Alagoas. Essa configuração espacial é necessária para que a oferta acadêmica observe e respeite as características econômicas e as demandas sociais de cada localidade, atentando para a realidade socioeconômica globalizada.

1.1.1 Breve Histórico da IES

Conforme consta na página da UFAL (2018), *Campus* de Arapiraca,

A Universidade Federal de Alagoas – maior instituição pública de ensino superior no Estado – foi criada em 25 de janeiro de 1961, por ato do então presidente Juscelino Kubitschek, reunindo as faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957). Ao longo de sua existência, tem passado por grandes transformações e adaptações. Enquanto Instituição Federal, encontra-se diante de um desafio particular: exercer plenamente a sua importância estadual; tornar-se efetivamente presente em todo o estado de Alagoas; e definir sua missão social exprimindo-se enquanto importante agente de desenvolvimento, em seu contexto periférico, de grandes limitações e precariedades, de grandes contrastes e contradições. Sua presença, sobretudo por meio do desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão, representa uma importante ferramenta no desenvolvimento do Estado, o qual possui um dos maiores indicadores de desigualdades do Brasil.

Apesar de ter sido criada em 1961, a UFAL somente foi contemplada com a política de interiorização do ensino superior público no Brasil em 2003, quando “a expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início [...] com a interiorização dos *campi* das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011”⁸.

⁸. Cf. BRASI/MEC. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81. Acesso em: 9 jul. 2018.

A expansão universitária em Alagoas foi iniciada em 2005, quando “o Ministério da Educação assinou [...] um convênio com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para a implantação de *campus* na cidade de Arapiraca, interior do estado”, conforme anunciado no Portal de Notícias do próprio MEC⁹.

Consta no *site* institucional da UFAL (2018), *Campus* de Arapiraca, que em 2003,

De acordo com as propostas apresentadas pelo MEC para a interiorização das IFES, [...], a UFAL iniciou estudos para elaboração de seu projeto de interiorização. A tríade: forte demanda, base natural e vocações econômicas sub-regionais do Estado embasaram o projeto que propôs inicialmente três novos *Campi*: Arapiraca (Agreste), Delmiro Gouveia (Sertão) e Porto Calvo (Litoral Norte).

Quanto à criação do *Campus* de Arapiraca,

[...] foi aprovada pela resolução CONSUNI nº 20/2005, de 1º de agosto de 2005; inaugurado em 16 de setembro de 2006 e autorizado para funcionamento através do Parecer do CNE/CES nº 52/2007. Inicialmente, começamos as atividades com 16 cursos de graduação, sendo 11 no *Campus* Arapiraca (Administração, Agronomia, Arquitetura, Ciência da Computação, Ciências Biológicas – Licenciatura, Educação Física – Licenciatura, Enfermagem, Física – Licenciatura, Matemática – Licenciatura, Química – Licenciatura e Zootecnia), 2 na Unidade Educacional – Palmeira dos Índios (Serviço Social e Psicologia), 2 na Unidade Educacional – Penedo (Engenharia de Pesca e Turismo) e 1 na Unidade Educacional – Viçosa (Medicina Veterinária) e 2 cursos de pós-graduação *Lato sensu* (Filosofia e Enfermagem). (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, a expansão da UFAL via REUNI, por um lado, permitiu a interiorização do ensino superior público, incluindo a criação do *Campus* de Arapiraca (Sede e demais Unidades Educacionais), além do *Campus* do Sertão (Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Geografia – Licenciatura, História – Licenciatura, Letras – Licenciatura e Pedagogia – Licenciatura); por outro lado, a expansão efetiva-se em condições não devidamente adequadas, fazendo com que exista, desde o princípio, o enfrentamento de inúmeros problemas, principalmente de estruturas físicas e laboratoriais, que impactam, em alguma medida, na qualidade dos cursos ofertados.

Ainda assim,

A possibilidade de abertura de novos cursos na UFAL, incluindo o *Campus* Arapiraca em 2006 com ampliação em 2011 onde mais 3 (três) cursos de graduação passaram a funcionar na sede, turno noturno: Administração Pública, Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Letras (com habilitação em Português), viabilizou o acesso de mais 120 alunos oriundos de Arapiraca e das regiões circunvizinhas, em 2014, a Unidade Educacional Penedo também passou a ofertar três novos cursos de graduação (Engenharia de Produção, Sistemas de

⁹ Cf. BRASIL. Portal de Notícias do MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/4193-sp-727972018>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

Informação e Ciências Biológicas – Licenciatura), ou seja, mais 150 novas vagas, sendo 50 para atender à demanda do noturno, e em 2015 foi implantado o curso de Medicina, com uma oferta anual de 80 vagas. (BRASIL, 2018).

Em termos quantitativos, a interiorização expandiu a UFAL em “a) 31 cursos de graduação, b) aproximadamente 6.000 alunos regularmente matriculados (sendo 75% oriundos de Escolas Públicas e distribuídos por 65 municípios alagoanos), c) 368 docentes e d) 223 técnicos”.

O campo da pós-graduação também vem apresentando sinais de crescimento nos *campi* interiorizados da UFAL, “seja na modalidade *Lato sensu* (como, por exemplo: Ensino de Filosofia, Letramento e em Saúde da Mulher) ou *Stricto sensu* (Agricultura e Ambiente e Inovação e Tecnologia integrados à Medicina Veterinária para o desenvolvimento regional)” (BRASIL, 2018).

Em termos de extensão, além da existência e da possibilidade de novos projetos integrados ao Programa de Iniciação Artística da UFAL (PROINART), Programa Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas (ProCCAExt) etc., a extensão passa a se constituir, a partir de 2018, em componente curricular obrigatório. Assim, a UFAL passa a cumprir mais uma das Diretrizes para a Extensão Universitária constantes no Plano Nacional de Extensão, publicado em 1999.

Quadro 1 – Localização da Oferta Acadêmica da IES

Localização	Endereço	Município
Unidade Campus A. C. Simões	Av. Lourival de Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins	Maceió
Unidade Educacional de Rio Largo (Campus Delza Gitaí)	BR 104 Norte, km 85, s/n	Rio Largo
Campus Arapiraca	Av. Manoel Severino Barbosa, s/n, Bom Sucesso	Arapiraca
Unidade Educacional de Penedo	Av. Divaldo Suruagy, antiga Beira-Rio, s/n, Centro	Penedo
Unidade Educacional de Palmeira dos Índios	Av. Bráulio Montenegro, cruzamento com a Rua Sonho Verde, s/n, Eucalipto	Palmeira dos Índios
Unidade Educacional de Viçosa	Fazenda São Luiz, Av. Lourival de Melo Mota, s/n	Viçosa

Campus do Sertão

Rodovia AL 145, km 3, s/n, Delmiro Gouveia
Cidade Universitária
Santana do Ipanema

Fonte: (BRASIL, 1999)

1.1.2 Objetivos e Metas Institucionais

Conforme consta no Estatuto da UFAL (2006, p. 6):

Art. 2º São objetivos institucionais da UFAL:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VI - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição.

1.1.3 Estrutura Organizacional

A Universidade Federal de Alagoas é estruturada da seguinte forma:

Campus Sede: Aristóteles Calazans Simões (A.C. Simões) – Maceió: Consolidado há mais de 50 anos como instituição universitária pluridisciplinar, com oferta de cursos de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, vinculados às necessidades sociais do estado, considerando as particularidades regionais.

Campi Fora de Sede: Aos *Campi* Fora de Sede (CFSs), organizados em diversas áreas de conhecimento, compete desenvolver, por meio dos seus eixos temáticos, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, administrando-as com autonomia relativa, sob a supervisão geral da Reitoria e de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Universitário.

São *Campi* Fora de Sede da UFAL: *Campus* Arapiraca; *Campus* do Sertão.

Unidade Educacional Fora de Sede: Às Unidades Educacionais Fora de Sede (UEFSs),

organizadas em uma ou mais áreas de conhecimento, compete desenvolver, por meio dos eixos temáticos dos *Campi* Fora de Sede, as quais estão administrativamente ligadas, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, administrando-as com autonomia relativa, sob a supervisão geral dos *Campi*, da Reitoria e de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Universitário.

Unidades Educacionais Fora de Sede ligadas ao *Campus* Arapiraca:

Unidade Educacional de Viçosa;

Unidade Educacional de Palmeira dos Índios;

Unidade Educacional de Penedo.

Unidades Educacionais Fora de Sede ligadas ao *Campus* do Sertão:

Unidade Educacional de Santana do Ipanema.

Estrutura

Cada Unidade Acadêmica/*Campus* Fora de Sede disporá de uma estrutura mínima, definida em seu Regimento Interno, constituída de:

Órgãos de Deliberação Coletiva:

- a) Conselho de Unidade Acadêmica;
- b) Conselho de *Campus* Fora de Sede;
- b) Colegiado(s) de Curso(s).

Órgão de Direção:

- a) Diretoria de Unidade Acadêmica;
- b) Diretoria de *Campus* Fora de Sede.

Órgão de Coordenação Acadêmica e Administrativa:

- a) Coordenação de Curso;
- b) Coordenação de Unidade Educacional Fora de Sede.

Órgãos Operativos:

- a) Órgãos de Apoio Acadêmico;

b) Órgãos de Apoio Administrativo.

1.1.4 Políticas de ensino, extensão e pesquisa

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão é um dos princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição. Não casualmente, este é apresentado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2013-2017) como o primeiro princípio a ser considerado, conforme segue:

Princípio I – Articulação entre ensino, pesquisa e extensão A articulação entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendem a tradição das disciplinas. A defesa da prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo, e da pesquisa como atitude cotidiana, como princípio científico e educativo, deve estar presente na própria concepção de prática educativa. A capacidade de contemplar o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa (pesquisa) e da abertura ao meio externo à Universidade (extensão) oferece uma nova referência para a dinâmica da relação professor-aluno e possibilita o desenho de um novo contexto para o processo de ensino/aprendizagem. (UFAL/PDI, 2013-2017, p. 34).

A relação entre ensino, pesquisa e extensão perpassa todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Universidade; esse é o princípio fundamental de sua existência. Considerando que os *Campi* e Unidades fora de Sede, no âmbito da autonomia relativa, regem suas atividades por princípios e normas comuns, vale citar o que preceitua o Regimento da UFAL (2006, p. 5):

Art. 130 Permanecem em vigor todas as Resoluções decorrentes de deliberações dos antigos Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UFAL e Conselho Universitário – CONSUNI, naquilo que não contrariarem as disposições do Estatuto da UFAL e deste Regimento Geral.

A política da UFAL *Campus* de Arapiraca e, em particular, do curso de Pedagogia, busca, em caráter imprescindível, a indissociabilidade entre essas três dimensões, de forma que atenda a demandas sociais locais e regionais apresentadas à IES.

Além de projetos e ações integradoras das citadas dimensões em função do atendimento das demandas sociais, entre estas a formação de pedagogos para atuar, primordialmente, em processos formativos de crianças, jovens e adultos em escolas públicas, o curso de Pedagogia passa a integrar a curricularização da extensão em seu currículo, ampliando ainda mais as possibilidades de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, conforme será apresentado mais adiante.

O Campus de Arapiraca iniciou suas atividades em 2006 com 16 cursos; em 2011 passou a ofertar mais três cursos, totalizando atualmente 19 cursos de graduação, ofertados da seguinte forma:

Sede: Administração, Agronomia, Arquitetura, Ciência da Computação, Ciências Biológicas – Licenciatura, Educação Física – Licenciatura, Enfermagem, Física – Licenciatura, Matemática – Licenciatura, Química – Licenciatura e Zootecnia. Além desses, Administração Pública, Licenciatura Letras e Licenciatura em Pedagogia, os três últimos ofertados a partir de 2011.

Unidade Educacional – Palmeira dos Índios (Serviço Social e Psicologia);

Unidade Educacional – Penedo (Engenharia de Pesca e Turismo);

Unidade Educacional – Viçosa (Medicina Veterinária).

Conforme consta na página do *site* institucional (UFAL, 2018):

O crescimento dos *Campi* interiorizados da Universidade Federal de Alagoas não se deu apenas na oferta da graduação. Durante esses dez anos de implantação, vários cursos de pós-graduação, seja na modalidade *Lato sensu* (como, por exemplo: Ensino de Filosofia, Letramento e em Saúde da Mulher) ou *Stricto sensu* (Agricultura e Ambiente e Inovação e Tecnologia, integrados à Medicina Veterinária para o desenvolvimento regional), foram ofertados para a comunidade.

Atualmente, o *Campus* conta com um total de 368 docentes, 223 técnicos administrativos em educação e, aproximadamente, 6 mil alunos.

1.2 REALIDADE REGIONAL

Retomando a descrição da realidade socioeconômica, de forma particular a da região do Agreste alagoano, onde se encontra localizado o *Campus* Arapiraca, apresentam-se, em

linhas gerais, os seguintes dados:

Do ponto de vista estatístico, o Agreste de Alagoas é formado por **24** municípios e, aproximadamente, 623.490 habitantes.

Com características próprias dessa microrregião no Nordeste, o Agreste alagoano, apesar de marcado por desigualdades sociais alarmantes, caracteriza-se pela produção agrícola diversificada (policultura), ainda que a base econômica do Estado se sustente, em larga medida, na monocultura da cana-de-açúcar e em atividades da pecuária.

A agropecuária, desenvolvida numa região que se estende do litoral à Zona da Mata, é um componente essencial para a economia estadual. Alagoas é o quinto maior produtor nacional de cana-de-açúcar. Outros importantes cultivos são arroz, feijão, mandioca, milho, banana, abacaxi, coco-da-baía, laranja, algodão e fumo. O estado também possui rebanhos bovinos, equinos, caprinos e ovinos. O setor industrial, que responde por 24,5% da economia, atua nos seguintes segmentos: alimentício, açúcar, álcool, têxtil, químico, cloroquímico, cimento, mineração, produção de petróleo e gás natural (Alagoas possui importantes reservas de petróleo e gás natural). (BRASIL ESCOLA, 2018).

Arapiraca tem uma particularidade: em décadas anteriores, a predominância esteve no cultivo do fumo. Essa cultura foi substituída em mais de 60% pelo cultivo da mandioca e outras culturas agrícolas.

Ainda que constitua uma das cidades mais desenvolvidas do Estado e polo da microrregião, a realidade socioeconômica da população revela a desigualdade social reproduzida no País. Numa síntese geral, de acordo com dados do IBGE (2018), Arapiraca apresenta atualmente os seguintes índices:

Quadro 2 – Trabalho e rendimento

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2016]

1,6 salário mínimo

Percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo [2010]

44,8 %

Fonte: IBGE (2018)

Saúde: A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 14,77 para 1.000 nascidos

vivos. As internações devido a diarreias são de 2,6 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 56 de 102 e 14 de 102, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2.078 de 5.570 e 1.287 de 5.570, respectivamente.

Território e ambiente: Apresenta 19,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 74,4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 12,2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 38 de 102, 28 de 102 e 41 de 102, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3.695 de 5.570, 2.813 de 5.570 e 2.563 de 5.570, respectivamente.

Educação: Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4,6 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3,7. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 15 de 102. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 12 de 102. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 95,9 em 2010. Isso deixava o município na posição 58 de 102 entre as cidades do estado e na posição 4.637 de 5.570 entre as cidades do Brasil.

Esses índices influem diretamente na missão da universidade, tendo em vista que, de um lado, apresentam uma demanda social que extrapola sua competência interventiva, embora explicitem a necessidade ineliminável de fortalecimento de sua função social, integrando ensino, pesquisa e extensão; de outro lado, ameaçam a própria existência, devido aos níveis de aprendizagem e domínio do conhecimento científico cada vez mais rebaixados, consequência da precária formação básica de boa parte dos ingressantes no ensino superior.

Essa realidade pode ser mais bem compreendida ao se observar o contexto histórico da educação pública em Alagoas.

1.2.1 Contexto Histórico da Educação Pública em Alagoas

Em Alagoas, a compreensão da educação escolar como um direito inalienável, bem como do acesso à escola pública como instrumento indispensável à conquista, pelas maiorias, de espaços mais alargados de participação social, embora relativamente recente, parece cada vez mais disseminada. A mobilização crescente da sociedade por educação escolar tem, em alguma medida, feito com que os poderes públicos busquem dar respostas a tais demandas, o

que tem resultado no aperfeiçoamento, ainda que insuficiente, das formas de atendimento tradicionalmente praticadas.

Sabe-se, pela história recente da educação em Alagoas, que sobretudo nas últimas décadas, a política de escolarização aqui praticada tem posto em marcha uma dinâmica específica em relação ao Brasil como um todo. As políticas de atendimento escolar público que, ao longo dos anos de 1970 e 1980 do século XX, caminharam para uma ampliação cada vez mais expressiva em relação à oferta quase exclusiva do antigo ensino primário, foram efetivadas de modo improvisado e pela via municipal que, com raríssimas exceções, e permanecem carentes de todos os meios para a manutenção e o adequado desenvolvimento de uma rede escolar qualificada.

Essa forma de expansão da oferta escolar em Alagoas, que Lira (2001), muito apropriadamente, denomina de “*prefeiturização do ensino*”, teve como característica, entre outros fatores, a precarização da função docente. Tendo recrutado pessoas para exercer o cargo de professor sem qualificação adequada e, na maioria das vezes, nem sequer com escolarização correspondente ao nível em que iriam trabalhar, e com pagamento, em geral, muito aquém do mínimo exigido por lei, essa tipologia de política municipal da escolarização básica de crianças alagoanas, no 1º segmento do antigo 1º grau – ou do 1º grau menor, como se costumava chamar na época –, representava, no início da década de 1990, cerca de dois terços de toda a oferta da escola pública alagoana.

Assim, a escolarização em Alagoas veio atuando com duas redes públicas diversas em praticamente todos os aspectos – a estadual, restrita e razoavelmente qualificada, ainda que com seus profissionais desvalorizados em termos de condições de trabalho e remuneração; e a municipal, expandida e praticamente sem profissionais, de fato, capazes de suprir as demandas do ensino nela ministrado.

O Estado chegou à segunda metade da década de 1990 – período do advento da nova LDBEN e do FUNDEF – com um quadro bastante crítico. Esse panorama se agravou a partir do momento em que a maioria dos prefeitos passou a visar ao alcance do valor *per capita* atribuído pelo FUNDEF ao estudante do Ensino Fundamental, que define como diretriz central das suas políticas de escolarização o recrutamento do maior número possível de estudantes para suas redes, não importando quais as condições disponíveis para tanto. Tal fenômeno pode ser claramente visualizado através dos dados nos quadros que seguem:

Quadro 3 – Matrículas no Ensino Fundamental das redes públicas estaduais e municipais/1998-2002¹⁰

REDE	ANO	MATRÍCULA		
		Anos iniciais do Ens. Fundamental	Anos finais do Ens. Fundamental	Total
ESTADUAL	1998	99.576	66.993	166.569
	2002	65.666	105.686	171.352
	2017	9.315	42.636	51.951
MUNICIPAL	1998	361.390	83.204	444.594
	2002	355.190	148.020	503.210
	2017	211.997	139.681	351.678

Fonte: SEE/CDI (1998 e 2002) – INEP (2017)

A variação da matrícula entre as redes, pela possível falta de planejamento conjunto do sistema estadual, através do regime de colaboração definido pela LDB nº 9.394/96, configurou o quadro acima apresentado, cujos resultados se expressam de várias maneiras. De 2009 a 2017, embora a Educação Pública, ao menos no nível fundamental, tenha se apresentado com algumas novas características, a partir de alterações na forma de financiamento, via FUNDEF/FUNDEB, e até de mudanças no plano político-institucional do Estado de Alagoas, é possível, ainda, identificar necessidades de mudanças urgentes e profundas na forma de conceber e encaminhar as políticas educacionais, particularmente no tocante à profissionalização docente para atuar do 5º ao 9º ano, sobretudo nos municípios, e no Ensino Médio, neste caso, na rede pública estadual e privada.

Segundo o diagnóstico feito pelo Plano Estadual de Educação¹¹, no ano de 2014, em Alagoas, ainda existiam mais de 403 mil adolescentes cujos níveis de escolaridade e renda limitam suas condições de desenvolvimento pessoal, enquanto comprometem o futuro do Estado. Além disso, dados apresentados pelo próprio Estado revelam elevados índices de repetência, distorção idade-ano escolarização etc., conforme as informações contidas no quadro apresentado no documento Diagnóstico do Plano Estadual de Educação de Alagoas 2015-2025 (2015, p. 29). Em 2013, 44,1% dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental se encontravam em situação de distorção idade-ano de escolarização:

As taxas de reprovação e de abandono, nos anos iniciais, ficam em torno de 15%. Nos anos finais, a situação se complica pelo fato de que esse percentual representa

¹⁰ O número de alunos matriculados na rede estadual de ensino de Alagoas caiu, de acordo com o Censo Escolar de 2013, realizado pelo Ministério da Educação (MEC). Segundo o levantamento, em 2013 a rede estadual matriculou 207.106 estudantes, enquanto no ano passado – 2012 –, esse número chegou a 225.593. Já em 2011, no total, 250.079 matrículas foram registradas. O estudo indica que em três anos houve uma queda de 17,2% no número de matriculados, ou seja, foram feitas 42.973 matrículas a menos.

¹¹ Texto que segue sobre a conjuntura educacional alagoana foi parcialmente extraído do Plano Estadual de Educação, aprovado em Congresso em dezembro de 2004.

aproximadamente 30%. Como consequência, a distorção idade-escolaridade também tem seu percentual duplicado nos anos finais. (PEE, 2014).

Esses índices desvelam o número de alagoanos e alagoanas, com idade entre 12 e 17 anos, que pertencem a famílias com renda *per capita* menor do que meio salário mínimo e têm, pelo menos, três anos de defasagem em relação ao nível de escolaridade correspondente à sua faixa etária. A condição de exclusão desses adolescentes se expressa de diferentes formas; por exemplo, o índice atual de pessoas entre 10 e 17 anos em condição de analfabetismo não se diferencia substancialmente em relação ao que constata o Censo 2010, que não apresenta significativas alterações no índice de analfabetismo em relação ao Censo 2000 – IBGE. Este apresentou um montante de 72.561 adolescentes entre 12 e 17 anos analfabetos somente em Maceió, assim como 55 mil adolescentes na faixa etária de 10 a 17 anos sem frequência em qualquer tipo de escola na Capital do Estado.

Em 2010, o Censo estimou haver, em Maceió, 80.018 analfabetos jovens e adultos no município. A taxa de analfabetismo na capital alagoana aproximava-se da estatística nacional. O percentual de 11,4 significa, por exemplo, que entre jovens e adultos há um analfabeto para cada oito maceioenses. (BRASIL/MEC/SEMED MACEIÓ, 2016, p. 9).

Enquanto isso, contrariando a legislação existente no Brasil, em Alagoas milhares de crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos trabalham, premidos pela baixa renda de suas famílias.

Se o trabalho infantil é expressivo, o que dizer dos adolescentes entre 15 e 17 anos que também já se encontram aos milhares inseridos no submundo do trabalho? A maioria deles realiza trabalhos precários e mal remunerados, cumprindo jornadas de trabalho excessivas que comprometem as possibilidades de realizar, com sucesso, sua educação básica, sendo privados, ainda, do acesso ao lazer e à cultura, além de outras vivências próprias da idade¹².

Ao lado do crescimento da violência, das doenças sexualmente transmissíveis e do abuso de drogas, que afetam particularmente os adolescentes, atingindo, inclusive, muitas crianças, a gravidez precoce reforça o ciclo de reprodução da exclusão, caracterizada por baixa renda, escolaridade insuficiente e inserção precoce e precária no mercado de trabalho¹³.

Garantir, pois, uma educação básica para os jovens excluídos é, hoje,

¹² De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, confeccionado em 2013 pelo Programa das Nações Unidas (PNUD), a taxa de escolaridade entre os jovens de 18 anos ou mais que estão ocupados é de 47,95% com apenas o Ensino Fundamental completo e 33,63% com o Ensino Médio completo. Esses dados indicam que a taxa de escolaridade de Alagoas é a menor do Brasil.

¹³ O Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano (CEBELA) revelou por meio de um estudo sobre a Violência em 2013, no Brasil, que a taxa de homicídios entre jovens na cidade de Maceió é a mais elevada do País. Segundo o mesmo Centro de Pesquisa, a taxa de assassinatos em todo o Estado aumentou 171,1%, demonstrando um agravamento em relação à questão da violência entre os jovens em idade escolar.

inquestionavelmente, um dos meios para se alterar esse quadro social, considerando que um dos atributos mais valorizados no mundo atual é a posse de uma escolarização em consonância com a cultura letrada e com as respectivas tecnologias que permeiam todas as instâncias da vida social.

Sabe-se que, por si só, a Educação não pode resolver os crônicos problemas sociais alagoanos que decorrem da forma como vem se dando a posse da terra, com a predominância da monocultura, ligada à forma econômica capitalista, com características de degradação da terra, além da pouca eficiência agroecológica da produção agrícola e industrial. Mas se tem certeza de que a educação escolar pode congrega esforços com os demais setores sociais que buscam atender às variáveis socioeconômicas e políticas acima referidas, no intuito de contribuir para melhorar o padrão de vida das famílias alagoanas. Nesse sentido, problemas crônicos como o da distorção idade/série precisam ser enfrentados.

Quadro 4 – Taxa de distorção idade-série do ensino fundamental de Alagoas – 2002

ABRANGÊNCIA	ANO	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-ANO – %
		2002
	1º ANO	33,0
	2º ANO	49,6
	3º ANO	58,0
TODO O ESTADO	4º ANO	61,2
	1º ao 4º ANO	48,4
	5º ANO	73,2
	6º ANO	73,3
	7º ANO	72,0
	8º ANO	

Fonte: CDI/SEE/AL – PEE – ALAGOAS 2005/2015

Esses dados permanecem alarmantes, ainda que as estatísticas oficiais demonstrem redução em índices de reprovação e consequente distorção entre idade-ano de escolaridade. Em Alagoas a taxa de distorção idade-escolaridade nos anos finais em 2013 permanece alta, chegando a 44,1% (PEE Alagoas, 2015-2025, p. 24). São dados que denunciam algo gravíssimo do ponto de vista da democratização do ensino, já que a incidência da chamada distorção idade/escolaridade ocorre justamente nas camadas economicamente menos favorecidas.

Dados do INEP/MEC 2015, por outro lado, sobre os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, explicitam, para Alagoas, resultados preocupantes no tocante ao rendimento escolar em Língua Portuguesa e Matemática, como pode ser observado na leitura dos dados do Quadro N° 3.

Quadro 5 – Distribuição percentual dos alunos por nível de proficiência – anos iniciais – 5º ANO

COMPONENTE CURRICULAR	Níve 0	Níve 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9
LÍNGUA PORTUGUESA	7,8	19,02	22,08	20,97	14,95	8,11	4,78	1,59	0,49	0,2
MATEMÁTICA	0,64	11,22	24,32	27,65	18,16	9,95	5,08	2,41	0,48	0,09

Fonte: INEP/MEC (2018)

Na leitura dos dados acima, importa considerar que, em Língua Portuguesa, apresenta-se uma soma de percentual de estudantes em nível *muito crítico* que, certamente, não desenvolveram habilidades de leitura e não foram alfabetizados/as adequadamente. Mesmo a soma dos percentuais em níveis mais elevados ainda permanece situada em nível *crítico*; possivelmente, não são leitores/as competentes e leem de forma cortada, apenas frases simples.

Em Matemática, a situação é diferente em termos de percentuais por níveis, ou seja, boa parte dos estudantes situa-se entre aqueles/as que não conseguem transpor, para uma linguagem matemática específica, comandos operacionais elementares compatíveis com o 5º ano do Ensino Fundamental; não identificam uma operação de soma ou subtração envolvida no problema ou não sabem o significado geométrico de figuras simples, enquanto os/as situados/as em níveis mais elevados desenvolvem algumas habilidades elementares de interpretação de problemas, mas ainda aquém das exigidas para a então 5ª série.

A situação continua a ser reproduzida nos anos finais do Ensino Fundamental. Após mais de uma década do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (Fundeb),

Quase 60% dos estudantes da rede pública do 9º ano do ensino fundamental de Alagoas apresentam baixo desempenho no aprendizado da língua portuguesa. Eles foram classificados no menor nível de proficiência no Prova Brasil 2013, ou seja, no nível igual ou menor que 1, numa escala que vai até 8. (O GLOBO, 2018).

Outro desafio para os responsáveis pela definição e implementação de políticas de escolarização para Alagoas é corrigir a distorção idade/série também no Ensino Médio. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de 2010, a taxa de distorção entre Idade e Série no estado de Alagoas ficou em 29,7% no Ensino Fundamental, e em 49,1% no Ensino Médio. Esses indicadores

demonstram uma realidade de desigualdade econômica e social no campo da educação de maneira bastante expressiva, comprometendo o pleno desenvolvimento dos indivíduos.

Esse fenômeno da distorção em 2015 permanece com o alto percentual de 38,2% (ALAGOAS, 2017, p. 33), justificado, na maioria das vezes, pela reprovação repetida, que não é apenas danosa financeiramente para o sistema de ensino, na medida em que impede a regularização do fluxo, mas prejudica psicologicamente o/a estudante, que, ao repetir uma ou mais vezes o ano de escolaridade que está cursando, vê-se com baixa estima, sentindo-se incapaz e inferiorizado ou, no mínimo, desmotivado, pela convivência com turmas ou saberes próprios dos/as de menor idade. Esses sentimentos se agravam ainda mais quando, em casa, ele/ela não consegue ajuda nem compreensão, dadas as precárias condições objetivas que atingem significativo percentual de famílias alagoanas, que mal conseguem manter a subsistência. Sem esperança de se apropriar dos conteúdos escolares que, ano após ano, são apresentados da mesma forma, não se adequando, portanto, a seu modo de aprender, o/a estudante multirreprovado/a acaba por abandonar a escola.

O quadro educacional, até aqui sucintamente esboçado, traz para o primeiro plano a necessidade de se pensar quantitativa e qualitativamente a problemática da oferta de profissionais da educação para o desafio que se apresenta. Ao longo de toda a história da educação em Alagoas, o crescimento da oferta de funções docentes jamais acompanhou, de perto, a trajetória de expansão da matrícula e do número de turmas da Educação Básica Pública, tanto em quantidade, quanto em nível de qualificação para a função (cf. VERÇOSA, 2001). Os dados coletados pelo MEC/INEP em 2003 evidenciam que, em Alagoas, o grau de formação dos docentes ainda deixa muito a desejar, como se pode ver a seguir.

Quadro 6 – Percentual de docentes, por grau de formação, segundo os níveis de ensino – Alagoas/2003

ÁREA DE ATUAÇÃO	NÍVEL DE FORMAÇÃO			
	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	ENSINO SUPERIOR	TOTAL DE DOCENTES
CRECHE	12,6%	78,08%	8,5%	515
PRÉ-ESCOLA	5,2%	84,8%	9,9%	3,690
ENSINO FUNDAMENTAL (1º ao 4º ano)	4,0%	85,4%	10,6%	21,626
ENSINO FUNDAMENTAL (5ª à 8ª série)	0,43%	85,4%	10,6%	12,837
ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL	0,02%	18,5%	81,4%	4,964
EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,5%	49,0%	50,1%	385
EJA	3,3%	74,4%	22,3%	4,045

Fonte: INEP/MEC (2003)

Como é possível observar nos dados acima, os professores leigos, que até há alguns

anos se concentravam na Educação Infantil e nos anos iniciais da Educação Fundamental, com a disputa pelos recursos do FUNDEF/FUNDEB foram estendidos ainda mais para os anos finais deste nível de ensino, à medida que os municípios assumiram desordenadamente os alunos do segundo ciclo do Ensino Fundamental, sem pessoal com formação adequada e, para o Ensino Médio, com o crescimento vertiginoso das matrículas neste nível de ensino na rede estadual que, carente de financiamento específico, se ancorava no ensino fundamental, já financeiramente debilitado graças ao baixíssimo valor/aluno praticado no Estado.

Se nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio o número de professores leigos não parece tão alarmante, isso se deve ao fato de que nesses níveis de ensino existe grande carência de/ou docentes em caráter precário, o que provoca subnotificação dos números efetivamente existentes. De qualquer forma, a incidência tão expressiva de docentes com nível médio ou inferior representa um quadro de qualificação profissional muito aquém do que estão a exigir os saberes e competências a serem trabalhados.

Apesar de reformas praticadas na Educação Básica no estado de Alagoas, a exemplo do período de 1999/2002, quando ocorreu a reinstituição do Conselho Estadual de Educação em moldes democráticos, a realização do Concurso Público, a implementação do Plano de Cargo e Carreira do Magistério Público Estadual, a Reforma Administrativa da Secretaria de Estado, a Capacitação de Profissionais da Educação, sobretudo pelos Municípios, o incentivo à Elaboração do Projeto Político-Pedagógico das Escolas, a Criação dos Conselhos Escolares, entre outras ações, é de se observar a consolidação de uma oferta educacional expandida em termos de cobertura. Infelizmente, é ainda possível perceber uma grande debilidade da educação alagoana em termos de qualidade, em boa parte devido à carência de investimentos na profissionalização dos seus docentes – profissionalização aqui entendida como condições adequadas de trabalho e formação compatível com o nível de atuação do profissional.

Se se entende que a formação desejável de um profissional da educação adequadamente qualificado para o mundo atual, desde a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, é aquela feita em nível superior, e se a isso se agregar a posição, defendida sempre por professores, de que o lócus privilegiado de formação dessas categorias profissional é o curso de Pedagogia – o que acaba de ser confirmado pelo CNE com as novas Diretrizes desse curso –, parece evidente, numa leitura que confronte as tabelas 5, 6 e 7, o quanto ainda há por se fazer em Alagoas no tocante à formação dos profissionais da educação, de um modo geral, e do profissional formado pelo curso de Pedagogia, em particular.

Aqui se considera, evidentemente, também a formação para a Gestão/Coordenação do Trabalho Escolar, função indispensável à escola contemporânea, mas cuja carência nas escolas alagoanas, sobretudo municipais, ainda é bastante acentuada. Se a tudo isso se agregar o fato, já anteriormente referido, ainda que de passagem, de que a renda média da maioria das famílias alagoanas é bastante baixa, fica evidente a necessidade de formação docente superior, pública, gratuita e de qualidade no estado de Alagoas, particularmente na região Agreste alagoana, já que, além da UFAL, somente outra instituição gratuita oferece o curso de Pedagogia no Estado.

1.3 JUSTIFICATIVA

O Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* de Arapiraca, quando autorizado em 2009, com oferta regular a partir de 2011, teve como a mais forte justificativa a existência de apenas uma instituição pública que ofertava o referido curso presencial no Agreste alagoano, ante a demanda de profissionais da área para atuar na Educação Básica, especialmente nas etapas da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo em vista tanto a ampliação da oferta da primeira etapa, com a criação em 2007 do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), quanto a necessidade de elevação do nível de letramento e alfabetização das crianças ingressantes no Ensino Fundamental.

O primeiro Projeto Pedagógico do Curso seguiu o modelo curricular de troncos já existente nos *Campi* Arapiraca e Delmiro Gouveia. Considerando as circunstâncias do processo de interiorização, no qual o tempo para o planejamento das ações era exíguo, a fim de que o prazo de envio do PPC Pedagogia, *Campus* Arapiraca, não fosse ultrapassado, promoveu-se uma adaptação do PPC Pedagogia, *Campus* Sertão.

Em 2014, por ocasião do processo de avaliação e reconhecimento do curso, foi atribuída ao Colegiado e ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) a tarefa de revisar o PPC e fazer ajustes e melhorias necessárias, desde que não alterasse o modelo curricular de troncos.

Após dez anos de existência, o modelo curricular organizado em troncos (inicial, intermediário e profissional) é avaliado. A avaliação apresenta elementos suficientes que justificam a organização de um novo modelo curricular e, conseqüentemente, a reestruturação dos projetos dos cursos nos *Campi* de Arapiraca e do Sertão.

Nesse contexto, o Colegiado e o NDE do Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus*

Arapiraca, retornam ao Projeto Pedagógico, não somente para ajustes e melhorias, mas para organizar o novo modelo curricular, que, diferentemente do modelo vigente até o momento, será desenvolvido em três dimensões (Pedagógica, Humanista e Profissional), sendo as disciplinas pertencentes a cada uma das dimensões ofertadas no decorrer do curso.

Também foi contemplada no novo modelo curricular a curricularização da extensão, uma demanda apresentada à Universidade pelo Plano Nacional de Educação (2001), estruturado através da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) por meio da indicação das diretrizes que devem orientar as ações de Extensão ao longo da formação acadêmica, que são: “Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social” (FORPROEX, 2012, p. 16).

Nessa perspectiva e perseguindo os objetivos do Curso, a Universidade Federal de Alagoas, *Campus* de Arapiraca, procura cumprir sua missão articulando ainda mais Ensino, Pesquisa e Extensão, em atendimento às demandas educacionais e sociais da microrregião do Agreste alagoano, formando profissionais com perfil para atuar, primordialmente, em escolas públicas, carentes, em certa medida, de professores alfabetizadores devidamente habilitados para enfrentar a complexa tarefa de superação do analfabetismo de crianças, jovens e adultos em Alagoas.

O Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* de Arapiraca, justifica sua existência, acima de tudo, pela elevação de sua potencialidade na articulação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão, de acordo com as demandas sociais já apresentadas. O curso tem um quadro docente comprometido com a qualificação necessária ao cumprimento da missão da Universidade. Entre 2011, quando o curso foi implantado, e 2018, dez docentes defenderam teses de doutorado e seis estão no doutoramento.

A tendência é alcançar, em médio prazo, a meta de implantação da Pós-Graduação em Educação na UFAL *Campus* de Arapiraca, ampliando ainda mais a intervenção da Universidade na educação da microrregião e do Estado.

1.4 HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* de Arapiraca, UFAL, foi criado em 2009, com oferta regular a partir do vestibular de 2011. Este curso teve sua implantação no segundo semestre letivo de 2011, no período noturno, com 40 alunos matriculados, como resultado da

política institucional do Ensino Superior Público de disponibilizar a expansão em modalidade *stricto sensu* aos jovens e adultos do Agreste alagoano, na formação de docentes com capacidade de contribuir para a organização do trabalho pedagógico e responder às demandas escolares e, sobretudo, da sociedade alagoana.

Seu compromisso enquanto lócus da reflexão, contextualização e prospecção científicas deve atentar para a globalidade e considerar singularidades, culturas, valores e identidades regionais e locais. Deve pensar globalmente e agir localmente (Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Alagoas: uma expansão necessária, 2004, p. 2).

Para se apresentar a proposta do Curso de Pedagogia Licenciatura, noturno, no *Campus* de Arapiraca, partiu-se de dois pressupostos. O primeiro está relacionado à ampliação do acesso à Educação Superior pela via pública, considerando que:

O crescimento acentuado pela via privada, em Alagoas, ao tempo que formalmente expande a margem de oportunidade de acesso ao ensino superior, deixa de ser democrático, uma vez que ocorre numa sociedade cujo PIB, em 2002, segundo o IBGE, superava apenas o Piauí, entre os Estados do Nordeste [...]. (VERÇOSA e TAVARES, 2006, p. 55).

A constatação da oferta de curso superior de Pedagogia no turno da noite pela via pública em Arapiraca ocorre quando se averiguou que a demanda existente na região para o referido curso é procedente, uma vez que a população somente tinha oportunidade de acesso a tal Curso em uma instituição pública, a Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL –, no turno diurno, cabendo à rede privada de Ensino Superior a oferta, que se supõe somente ter possibilidade de acesso ao Ensino Superior no turno noturno.

O segundo pressuposto está relacionado à função social que deve exercer a Universidade Federal de Alagoas na região do Agreste de Alagoas, uma vez que, em 2018, ainda existe carência de profissionais habilitados em nível superior para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e demais setores e ambientes não escolares. Assim: 1) A necessidade social de ampliação do curso de Pedagogia para atender às demandas de formação de professores em Universidade Pública, local e regional do Agreste alagoano, tanto no período noturno, quanto no diurno, é atual nessa segunda década do século XXI; 2) A função social da UFAL, que tem como uma de suas metas realizar, com qualidade e continuamente, cursos de licenciatura. Faz parte dessa totalidade o curso acima citado, de forma que venha a contribuir para a superação dos déficits históricos do Ensino Superior para as populações negras, indígenas, camponesas, ribeirinhas, trabalhadores informais da cidade e de todos aqueles grupos e segmentos sociais que são afetados pelas desigualdades sociais e

pelas políticas econômicas, as quais os conduziram a condições socioeconômicas precárias.

Ao analisar a realidade educacional da região de Arapiraca, município sede do *Campus*, percebe-se que este município possui importância estratégica no processo de interiorização da UFAL. Localizado no centro do Estado, na sub-região Agreste, e distante 136 km de Maceió, trata-se do mais importante município do interior, estendendo-se por 614 km². Concentrava no Censo do IBGE (2000) uma população de 184.466 habitantes (81,7% urbana), sendo de 316.037 habitantes a população de seus municípios do entorno imediato. Estima-se que atualmente (2017) esses números ultrapassem 180 mil habitantes na sede urbana e 400 mil habitantes no seu entorno imediato.

Os dados da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEE/PROFOR, 2004) indicavam a necessidade imediata de formação superior de 786 professores que ainda possuem formação em magistério. Estes dados também registraram o interesse de 228 destes professores em completar sua formação em Licenciatura Plena. Outra demanda que justifica a expansão recente da UFAL para o interior é o atendimento aos alunos egressos do Ensino Médio, que buscam qualificação universitária (Plano de Desenvolvimento Institucional – UFAL, 2013-2017).

O curso foi implantado em 2011 com o ingresso de 40 alunos anualmente (semestres pares). Considerando que o curso é ofertado em nove semestres letivos e que o estudante pode integralizá-lo em até 13 semestres, é possível que mantenham matrícula com vínculo em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) por mais alguns semestres.

No decorrer de oito anos de existência, o curso passou pelo processo de reconhecimento em 2014, momento em que teve seu projeto revisto e adequado às necessidades do momento. Na avaliação realizada pelo Ministério da Educação, o curso obteve nota 4. Destaca-se um item da análise realizada pela comissão avaliadora, referente à Dimensão 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA, que revela a coerência do projeto em relação à demanda social existente:

1.1 Analisando o PPC do Curso observou-se que este contempla muito bem as demandas econômicas e sociais de Arapiraca e de seus entornos, considerando a necessidade de se formar pedagogos para atuarem no Ensino Básico e nos mais diversos segmentos dessa região¹⁴. (UFAL, 2018).

Nesse momento, é requerido um repensar do modelo curricular. O ano de 2018 marca a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, entre os demais cursos de

¹⁴ Relatório de avaliação do curso de Pedagogia – UFAL *Campus* de Arapiraca, realizada por comissão do MEC em 2014. Disponível na Coordenação do Curso de Pedagogia, UFAL *Campus* de Arapiraca.

graduação da UFAL, especialmente as licenciaturas dos *campi* do Sertão e do Agreste, que deixam para trás o modelo de troncos, a fim de implementar um currículo constituído por eixos que compreendam, de acordo com o art. 12, Resolução CNE/CP nº 02/2015, os seguintes núcleos:

I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais; II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino; III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

Dessa forma, compreende-se que o Curso de Pedagogia na região do Agreste alagoano permanecerá contribuindo tanto para a continuidade da ampliação do acesso ao Ensino Superior público quanto para a melhoria da qualidade da educação pela via da formação.

2 OBJETIVOS DO CURSO

Em consonância com a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, e com a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda *licenciatura*) e para a formação continuada, os objetivos do Curso de Pedagogia Licenciatura apresentam estreita relação entre o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular do curso e o contexto socioeducacional no qual o curso está inserido.

Objetivo Geral

Formar profissionais para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional, na área de serviços e escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos em instituições não escolares e não formais.

Objetivos específicos

Na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Lei nº 9.394/96, um dos seus princípios é a necessidade da diversificação dos cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, permitindo às IESs adaptarem os projetos pedagógicos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e às finalidades inerentes aos cursos, tanto se voltados à formação profissional quanto às ciências ou às artes. Nesta direção, o Curso de Pedagogia Licenciatura objetiva formar profissional que conceba o fenômeno educativo no processo histórico, dinâmico e diversificado, de modo a responder criticamente aos desafios que a sociedade lhe coloca, voltando-se, particularmente, para a realidade social do Agreste alagoano, região que ainda apresenta altos índices de analfabetismo e o distanciamento de crianças e jovens diante do legado cultural e científico produzido pela humanidade.

Esta realidade exige uma atuação profissional crítica, corajosa, fundamentada na ciência e na tecnologia voltadas para a transformação social. Espera-se, ainda, que o egresso do Curso exerça a capacidade de liderança e de busca constante do conhecimento, assumindo a docência como uma dimensão que, necessariamente, está associada à pesquisa e à gestão de processos pedagógicos que envolvam crianças, jovens e/ou adultos, em instituições escolares e não escolares.

Considerando a missão da UFAL, o Curso de Pedagogia Licenciatura busca consolidar os seus objetivos na relação indissociável entre *ensino, pesquisa e extensão*, promovendo a *pesquisa* nas áreas de conhecimento que fundamentam a Educação e a Pedagogia, incentivando a formação de grupos e núcleos de estudo que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa, observando a classificação das áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq. Neste contexto, as atividades de pesquisa têm sido desenvolvidas com o apoio dos docentes, especialmente dos doutores.

Tratando-se da dimensão *extensionista*, como se verá adiante, neste PPC, a partir de 2014, a Extensão passa a ser um componente curricular obrigatório e os cursos devem destinar, em sua matriz curricular, 10% da carga horária total do curso para tais atividades. Assim, o Curso de Pedagogia Licenciatura dará continuidade aos projetos de extensão consolidados, sistematizando-os na Matriz Curricular do Curso, e ofertará novos Programas de Extensão submetidos à atual legislação nacional e local. Essa dimensão, articulada ao *ensino* e à *pesquisa*, possibilitará um diálogo constante e dinâmico envolvendo os formandos e os ambientes institucionais e os territórios não institucionais, a academia e os problemas da comunidade em geral do Agreste alagoano.

2.1 PERFIL E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO EGRESSO

A Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia/Licenciatura, acima preconizadas, instituiu, também, o conceito de docência *“como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo”*, explicitando as categorias empregadas no desenho do perfil desejável do pedagogo e das suas próprias bases.

Nessa direção, o egresso do Curso deverá ser um profissional capaz de:

- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária;
- Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento nas dimensões física, psicológica, intelectual e social;
- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos, nas suas relações individuais e coletivas;
- Ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- Relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa,

integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais ou culturais; de suas escolhas de credo; orientação sexual; identidade de gênero, faixa etária, pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtornos globais, entre outras; educação em direitos humanos;
- Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Participar da gestão das instituições, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- Participar da gestão das instituições, planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- Estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhes caiba implementar; executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

3 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

a) Composição e funcionamento do Colegiado do Curso

De acordo com os artigos 25 e 26 do Regimento Geral da UFAL, o Colegiado do Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus Arapiraca*, é constituído por 14 membros titulares e suplentes – docentes, discentes e técnicos – e se configura como a instância máxima de decisão do curso.

Com vistas a realizar uma gestão baseada em preceitos democráticos e participativos, e considerando a natureza processual de tal direcionamento, o Colegiado do Curso, renovado

a cada dois anos através de processo de consulta, sendo permitida uma recondução de seus membros, atua como órgão consultivo, deliberativo e mobilizador, em prol do acompanhamento das demandas pedagógicas e administrativas pertinentes ao curso e à sua comunidade.

Colegiado do Curso de Pedagogia Licenciatura

Na atual gestão (2017-2019), compõem o Colegiado os seguintes membros:

Docentes Titulares:

- Prof.^a Maria Gorete Rodrigues de Amorim – Coordenadora do Curso
- Prof.^a Severina Mártir Lessa de Moura – Vice-Coordenadora do Curso
- Prof.^a Tereza Cristina Cavalcanti de Albuquerque
- Prof.^a Kariny Louizy Amorim da Rocha Vanderlei
- Prof.^a Sabrina Ângela França Silva Cruz

Docentes Suplentes

- Prof.^a Maria Betânia Gomes da Silva Brito
- Prof.^a Aline Soares Nomeriano
- Prof.^a Marta Maria Minervino dos Santos
- Prof.^a Renata da Costa Maynard
- Prof. Luis Carlos Rocha de Deus

Representantes dos Técnico-Administrativos:

- Everaldo Bezerra de Albuquerque (Titular)
- Marcius Antonio de Oliveira (Suplente)

Representantes dos Discentes:

- Priscilla Almeida Silva (Titular)
- Fernanda de Abreu Silva de Lima (Suplente)

Presidente do Colegiado do Curso

Nome: Maria Gorete Rodrigues Amorim

Formação acadêmica: Graduada em Estudos Sociais, mestrado e doutorado em Educação Brasileira

Titulação: Doutora

Regime de trabalho: 40 horas/DE

a) Coordenação de Estágio Supervisionado

Nome: Rosemeire Marcedo Costa

Formação acadêmica: Graduada em Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação/UFS

Titulação: Doutora

Regime de trabalho: 40 horas/DE

b) Coordenação e forma de orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Nome: Marta Maria Minervino dos Santos

Formação acadêmica: Graduada em Pedagogia, mestrado e doutorado em Educação Brasileira

Titulação: Doutora

Regime de trabalho: 40 horas/DE

O Colegiado do Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus Arapiraca*, no uso de suas atribuições legais e regimentais, regulamentou os procedimentos de elaboração, apresentação e avaliação dos trabalhos de conclusão de curso – TCC dos alunos de Pedagogia, através da Resolução nº 1, de 8 de janeiro de 2014.

c) Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e ato de criação

Coordenadora do NDE

Nome: Severina Mártir Lessa de Moura

Formação acadêmica: Graduada em Psicologia, Mestre e Doutora em Educação/UFAL

Titulação: Doutora

Regime de trabalho: 40 horas/DE

Em atendimento ao Parecer da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) nº 4, de 17 de junho de 2010, que dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE), e a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010, que normatiza o respectivo NDE, a UFAL instituiu, através da Resolução nº 52/2012-CONSUNI/UFAL, de 5 de novembro de 2012, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), no âmbito dos cursos de graduação, como um

órgão consultivo e propositivo em matéria acadêmica, de apoio e assessoramento ao Colegiado, sendo formado por docentes da respectiva Unidade Acadêmica para acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do Projeto Político-Pedagógico do Curso.

Tem suas atribuições explicitadas no art. 3º da supracitada Resolução/UFAL, a saber:

Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e consoantes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

No Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus Arapiraca*, o atual NDE teve seu ato de

criação através da Portaria nº 1.671, de 13 de setembro de 2017. À luz da legislação, constitui-se como um grupo de trabalho permanente formado por docentes de diferentes formações e áreas de atuação ligadas à Educação e à Pedagogia. Atualmente, é composto por cinco professores doutores. Coordenado pela Prof.^a Dr.^a Severina Mártir Lessa de Moura, o NDE realiza reuniões periódicas para estudo, elaboração e análise de documentos, na sede do *campus*. É composto pelos demais membros: Prof.^a Dr.^a Tereza Cristina Albuquerque, Prof.^a Dr.^a Marta dos Santos e Prof.^a Dr.^a Maria Gorete Rodrigues Amorim.

Destaca-se na atual organização a realização periódica de reuniões que permitem ao NDE atuar junto ao Colegiado do Curso, prioritariamente, sobre o processo de atualização e avaliação do Projeto Pedagógico. Neste processo, quando convidados, ocorre a participação de discentes em reuniões pautadas pelas questões pertinentes aos objetivos do curso e ao perfil dos futuros egressos.

- d)** Coordenação da Brinquedoteca
Prof.^a Dr.^a Renata da Costa Maynard
- e)** Coordenação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)
Profa. Dr.^a Tereza Cristina Cavalcanti de Albuquerque
- f)** Coordenação de Monitoria
Prof. Me. Rafael Alexandre Belo de Albuquerque Pereira
- g)** Coordenação dos Programas de Extensão do Curso
Profa. Dr.^a Tereza Cristina Cavalcanti de Albuquerque
- h)** Comissão de Avaliação do Estágio Probatório Docente
Prof.^a Dr.^a Severina Mártir Lessa de Moura
Prof.^a Dr.^a Tereza Cristina Cavalcanti de Albuquerque
Prof. Dr. Luciano Accioly Lemos Moreira
- i)** Comissão de Avaliação de Progressão Funcional Docente
Prof. Dr. Adelmo Fernandes de Araújo
Prof.^a Dr.^a Renata da Costa Maynard
- j)** Comissão de Ética Profissional do Serviço Público da UFAL
Prof.^a Dr.^a Severina Mártir Lessa de Moura
- k)** Representantes do Curso no Conselho do *Campus* Arapiraca
Prof.^a Dr.^a Maria Gorete Rodrigues Amorim
Prof.^a Dr.^a Severina Mártir Lessa de Moura

Quadro 7 – Nominal do quadro de docentes

NOME	SITUAÇÃO FUNCIONAL	TITULAÇÃO	CH	E-MAIL
Prof. Dr. Adelmo Fernandes de Araújo	Efetivo	Doutorado	40h - DE	adelmo.araujo@arapiraca.ufal.br
Prof. ^a Ma. Aline Soares Nomeriano	Efetivo	Mestre	40h - DE	aline_nomeriano@hotmail.com asnomeriano@arapiraca.ufal.br
Prof. Dr. Ivanderson Pereira da Silva	Efetivo	Doutorado	40h - DE	ivanderson.silva@arapiraca.ufal.br
Prof. ^a Ma. Janaíla dos Santos Silva	Efetivo	Mestre	40h - DE	janailasilva@hotmail.com
Prof. ^a Dr. ^a Jane Marinho da Silva	Efetivo	Doutorado	40h - DE	janemarinho.s@hotmail.com
Prof. Me. Júlio Bispo dos Santos Júnior	Efetivo	Mestrado	40h - DE	julio.junior@arapiraca.ufal.br
Prof. ^a Ma. Kariny Louizy Amorim da Rocha Vanderlei	Efetivo	Mestrado	40h - DE	kariny.amorim@arapiraca.ufal.br
Prof. ^a Ma. Livia Couto Guedes	Efetivo	Mestrado	40h - DE	livia.guedes@arapiraca.ufal.br
Prof. Dr. Luciano Accioly Lemos Moreira	Efetivo	Doutorado	40h - DE	luciano.almoreira@gmail.com
Prof. ^a Dr. ^a Maria Betânia Gomes da Silva Brito	Efetivo	Doutorado	40h - DE	maria.brito@arapiraca.ufal.br
Prof. ^a Dr. ^a Maria Gorete Rodrigues de Amorim	Efetivo	Doutorado	40h - DE	goreteamorim@arapiraca.ufal.br
Prof. ^a Dr. ^a Marta Maria Minervino dos Santos	Efetivo	Doutorado	40h - DE	marta.santos@arapiraca.ufal.br
Prof. Me. Rafael Alexandre Belo de Albuquerque Pereira	Efetivo	Mestrado	40h - DE	rafaelbelo_paz@hotmail.com
Prof. ^a Dr. ^a Renata da Costa Maynard	Efetivo	Doutorado	40h - DE	renata.maynard@arapiraca.ufal.br
Prof. Me. Ricardo da Silva	Efetivo	Mestrado	40h - DE	ricardosilva.ufal@gmail.com
Prof. ^a Dr. ^a Rosemeire Marcedo Costa	Efetivo	Doutorado	40h - DE	rosemeire.costa@arapiraca.ufal.br
Prof. ^a Dr. ^a Severina Mártir Lessa de Moura	Efetivo	Doutorado	40h - DE	sissilessa@uol.com.br
Prof. ^a Dr. ^a Solma Lúcia Souto Maior de Araújo Baltar	Efetivo	Doutorado	40h - DE	solma.baltar@arapiraca.ufal.br
Prof. Dr. Talvanes Eugenio Maceno	Efetivo	Doutorado	40h - DE	talvaneseugenio@gmail.com
Prof. ^a Dr. ^a Tereza Cristina Cavalcanti de Albuquerque	Efetivo	Doutorado	40h - DE	tereza.albuquerque@arapiraca.ufal.br
Prof. ^a Ma. Vanessa da Silva Alves	Efetivo	Mestrado	40-DE	vanessa.alves@arapiraca.ufal.br

Quadro 8 – Nominal do quadro de técnico-administrativos que atendem no curso

NOME	E-mail
Daniele Carnaúba	danifcarnauba@hotmail.com
Djalma Rodolfo da Silva Lós	djalma.los@arapiraca.ufal.br

4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.1 MATRIZ E PROPOSTA CURRICULAR

No contexto da implementação da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, nos cursos de licenciatura da UFAL, e diante da necessidade de reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), do *Campus* Arapiraca, em decorrência do encerramento do modelo de Troncos e Eixos, os cursos de graduação transitaram para uma nova estrutura e uma nova organização curricular. Nesta direção, a atual estrutura curricular do PPC de Pedagogia Licenciatura, *Campus* Arapiraca, está organizada na perspectiva de três Dimensões: Pedagógica, Humanística e Profissionalizante. Os componentes curriculares do Curso de Pedagogia correspondem a: Prática Pedagógica como componente curricular, Estágio Supervisionado Obrigatório, Atividades Curriculares de Extensão (ACE) e outras Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC).

Como explicitado na apresentação deste projeto, a reformulação busca atender às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96, aos pareceres da Câmara Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) e aos Referenciais Curriculares Nacionais. Além desses requisitos, o PPC atende à legislação no âmbito da UFAL, a saber: Resolução nº 6/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, que define os componentes curriculares comuns aos cursos de graduação de formação de professores para a educação básica; e Resolução nº 4/2018-CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, que regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL.

O Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* Arapiraca, é noturno, com tempo mínimo de nove semestres e tempo máximo de 13 semestres. Sua integralização curricular dar-se-á com o cumprimento da carga horária mínima total de 3.234 horas, assim distribuídas: i) Disciplinas obrigatórias (1.728 horas); ii) Disciplinas eletivas (72 horas); iii) Estágio Supervisionado (400 horas); iv) Prática Pedagógica como componente curricular (414 horas); v) Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (200 horas); vi) Trabalho de Conclusão de Curso (80 horas); e vii) Atividades Curriculares de Extensão (340 horas). A carga horária por semestre será definida respeitando-se a oferta de disciplinas obrigatórias e eletivas. Os componentes curriculares que constituem as Dimensões Pedagógicas estão propostos em atendimento direto à Resolução nº 6/2018, CONSUNI/UFAL, a saber:

- a) Disciplinas obrigatórias com ênfase político-pedagógica, sob a responsabilidade do Curso de Pedagogia: Profissão Docente: 54 (cinquenta e quatro) horas no 1º período; Política e Organização da Educação Básica no Brasil: 72 (setenta e duas) horas no 2º período; Desenvolvimento e Aprendizagem: 72 (setenta e duas) horas no 3º período; Didática: 72 (setenta e duas) horas no 3º período; e Gestão da Educação e do Trabalho Escolar: 72 (setenta e duas) horas no 4º período.
- b) Disciplinas obrigatórias com ênfase didático-pedagógica, sob a responsabilidade do Curso de Pedagogia: Pesquisa Educacional na área específica: 54 (cinquenta e quatro) horas no 7º período; Didática da área específica: 72 (setenta e duas) horas entre o 4º e o 6º períodos.
- c) Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, componente obrigatório, com carga horária de 54 (cinquenta e quatro) horas, sob a responsabilidade do curso de Letras – até o 5º período. De acordo com o art. 3º e seus incisos, do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, esse componente curricular é obrigatório nas licenciaturas e no curso de Pedagogia.
- d) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com carga horária de 80 horas.
- e) O Estágio Obrigatório Supervisionado, com carga horária de 400 horas, distribuída em quatro ofertas de 100 horas cada, a partir do 5º período.
- f) Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), com carga horária de 200 horas.
- g) Atividades Curriculares de Extensão (ACE), com carga horária de 10% do total da carga horária do curso, no total de 340h.
- h) Outras disciplinas, de caráter didático-pedagógico, que contemplam os pressupostos da formação docente, como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, direitos humanos, meio ambiente, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas – entre o 2º e o 7º

períodos.

i) Educação para as relações Étnico-Raciais:

Segundo a PNAD 2006, 89,3% da população branca é escolarizada, enquanto na população negra e parda esse índice não ultrapassa os 79,6%. A média de anos de estudo da população branca é 6,9, enquanto a população negra apresenta em média 4,7 anos de escolarização. Apesar do crescimento nos dois grupos, a diferença de dois anos permanece inalterada desde 1990. A proporção de matrículas no nível de ensino adequado à idade no ensino médio era de 58,4%, para a população branca, e de 37,4%, para a população negra. No que concerne aos indicadores de analfabetismo, há um abismo entre brancos e negros: 59,4% da população negra, acima de sete anos, é analfabeta, contra 12,1% da população branca. Portanto, é necessário criar condições para reduzir a defasagem série-idade, repetência, evasão, principalmente no noturno. (CONAE, 2010, p. 67).

Os dados acima revelam déficits históricos para com a população afro-brasileira e seus remanescentes. O Curso de Pedagogia é pensado na perspectiva de ofertar condições para que os filhos de trabalhadores de quilombos da região Agreste tenham possibilidades de acesso e permanência no Ensino Superior Público.

Destacam-se no PPC de Pedagogia Licenciatura, *Campus* de Arapiraca, conteúdos e abordagens sobre a temática, das dimensões étnico-raciais, considerando o que estabelecem as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, a partir da Constituição Federal de 1988, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014¹⁵, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Tem-se, pois, por horizonte, possibilitar o debate étnico-racial e estudos da história e cultura afrodescendente e indígena brasileira e alagoana na formação do pedagogo, de modo contextualizado e crítico, a fim de contribuir para a formação do graduando e de este apreender, na atualidade da sociedade capitalista, a necessidade de ir além de seus referenciais patrimoniais.

Além de cumprir as exigências normativas educacionais brasileiras, a proposta de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), incorporada aos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado desta instituição de ensino superior, por meio dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), estimula a integração entre saberes étnicos constitutivos da

¹⁵ Meta 8 – elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

cultura brasileira, em destaque a cultura alagoana, viabilizando a produção de novos conhecimentos científicos, culturais, tecnológicos e artísticos, ou a revisão dos conhecimentos existentes, de modo a promover condutas e políticas de formação profissional que valorizem as diversidades étnico-raciais.

Em decorrência dessa proposta, a UFAL firma o compromisso de aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas, dos cursos de graduação à pós-graduação, implementadas, oficialmente, desde 11 de novembro de 2003, por meio da Resolução CONSUNI/UFAL nº 33, que aprovou o Programa Ações Afirmativas para Afrodescendentes (PAAF) nesta instituição, com o empenho do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UFAL), criado em 1981, inicialmente Centro de Estudos Afro-brasileiros (CEAB). Este atua tanto internamente à UFAL, com o papel de promover cursos de formação/capacitação, debates, disponibilização de acervo (documental e bibliográfico) para consulta e coordenação geral de editais sobre ERER; quanto externamente, em parceria com outras instituições educacionais do Estado, do País e/ou de outros países, e com os movimentos sociais.

O PPC do Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* de Arapiraca, acompanha a política institucional e propõe ir além das demandas registradas em documentos legais, tendo em vista que também está ancorado na particularidade do contexto sócio-histórico do Agreste alagoano, ofertando a disciplina eletiva Educação e Diversidade Étnico-Racial, e trabalhando a temática de modo transversal nas disciplinas Saberes e Metodologias do Ensino de Geografia I e Saberes e Metodologias do Ensino de História II.

j) Educação Ambiental

Desde os anos de 1970, o Brasil está envolvido em transformações sem precedentes na esfera econômica, com desdobramentos nas esferas política, sociocultural, ambiental e todas as demais dimensões do processo de reprodução social e natural no planeta.

Essas transformações, configuradas pela reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, encerradas no pensamento neoliberal e no processo de globalização, desestruturam conquistas sociais importantes e tornam ainda mais evidente como são frágeis são a economia, a política e a organização social no atual modo de produção, dada a necessidade urgente de preservação e reprodução da vida no planeta.

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política

Nacional de Educação Ambiental (PNEA) como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 2/2012, p. 2) reconhecem que o papel

transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social.

No âmbito desta reflexão, é primordial que nos currículos dos cursos de graduação se atente para a superação da visão restrita de que a Educação Ambiental é uma discussão de cunho biológico e que a complexidade das dimensões culturais e sociais seja agregada à nova concepção na qual se assume uma Educação Ambiental Crítica (CARVALHO, 2006).

O Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* de Arapiraca, defende, pois, que o processo educativo construído nos diferentes níveis de ensino deve incorporar essa nova visão, possibilitando aos indivíduos “uma compreensão, sensibilização e ação que resulte na formação de uma consciência da intervenção humana sobre o ambiente, que seja ecologicamente equilibrada” (NETO & amp.; AMARAL, 2011, p. 130). Busca-se superar a mera ideia de ecologizar o processo educativo, pois o trabalho de educação ambiental não se limita ao acúmulo de conceitos de ecologia ou ao trabalho com problemas ambientais.

Ainda de acordo com a Lei 9.795/1999, a Educação Ambiental, entendida como um “componente essencial e permanente da educação nacional”, deve estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo. Desse modo, no Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* de Arapiraca, as discussões sobre educação ambiental, na visão da interdisciplinaridade, estão presentes na disciplina Educação e Meio Ambiente, ofertada como eletiva, com carga horária de 36h, e no conteúdo conceitual das disciplinas Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências I e II.

O trabalho interdisciplinar de educação ambiental caracteriza-se pela ampliação do espaço social e visa à disseminação crítica dos conhecimentos socioambientais, culturais e políticos, articulando-os à realidade local, nacional e global, com a formação cidadã e ética.

k) Educação em Direitos Humanos

O Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996); o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014); o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto 7.037/2009); o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006) e as Diretrizes Nacionais emanadas do Conselho Nacional de Educação, bem como outros documentos nacionais e internacionais que visem assegurar o direito à educação a todos, estabeleceu, a partir da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Nesta, encontra-se definido no art. 8º que:

A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais”; e, no art. 9º, que “A Educação em Direitos Humanos deverá estar presente na formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento.

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da educação superior poderá, segundo as Diretrizes, em seu art. 7º, ocorrer das seguintes formas:

I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade, e no Parágrafo único desse mesmo artigo diz que “outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional”.

Considera-se, neste PPC de Pedagogia Licenciatura, como referência basilar o desenvolvimento da interdisciplinaridade, recurso metodológico na formação do graduando em Pedagogia, de forma a serem destinados momentos e espaços formativos no interior da Universidade e na relação com a sociedade. Nessa direção, norteia o processo de ensino a interface com as dimensões da área de ciências humanas, articulando as seguintes dimensões, preconizadas também na supracitada Resolução/2012, em seu art. 4º:

I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; II - afirmação de

valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político; IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada no nível da Educação Básica, na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e dos Regimentos Escolares; e no Ensino Superior nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); nos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) e, conseqüentemente, nos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como nos diferentes processos de avaliação.

Neste PPC, objetivando atender à temática da Educação em Direitos Humanos, como componente curricular obrigatório nas licenciaturas, os conteúdos serão abordados através de metodologias orientadas na perspectiva interdisciplinar e transversal, na disciplina Sociedade e Cultura e através do Programa de Extensão Temas Atuais em Educação, utilizando-se grupo de estudo, debates, atividades culturais, exposições e outras formas de discussão que abriguem a realidade social local.

I) Educação do Campo

Pensar e agir na dimensão educacional pública exige inclusão dos territórios da sociedade. Nesses territórios, o espaço do campo, quilombola, indígena, ribeirinho e da floresta necessita ser embasado no movimento da realidade sócio-histórica para apreender seus saberes, tecnologias, culturas, conhecimentos, no sentido de fomentar estudos e valorizar continuamente significados e contextos socioculturais e suas diversidades locais e regionais em inter-relação com o nacional e o internacional.

A Educação do Campo é parte constituinte da educação e deverá ser ofertada a partir de elementos teóricos, em estreita relação com uma abordagem empírica sobre os fenômenos socioeconômicos, tecnológicos, culturais e ambientais. Abordagem esta que subsidie e contribua para a transmissão e o aprofundamento do conhecimento acumulado e a produção deste, para além do ensino em sala de aula. Ademais, esta, como as demais modalidades educativas, na formação do graduando em Pedagogia, situa-se na dimensão indissociável entre ensino, pesquisa e extensão universitária, conforme assegura o art. 207 da Constituição Federal de 1988; o art. 28 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN

9.394/96; as Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução – Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica CNE/CEB 2/4/2002; e o Decreto presidencial 7.352/2010, a fim de que seu território e sua educação escolar sejam objeto de desenvolvimento do conhecimento científico, e não um legado às margens da contemporaneidade.

Nessa perspectiva, e ainda considerando as demandas da CONAE 2010, para a Educação do Campo, no seu Documento Final (MEC/SECADI, 2010, p. 137), observa-se que as universidades necessitam “Criar mecanismo junto às instituições de ensino superior no sentido de garantir a inclusão da educação do campo na matriz curricular dos cursos de pedagogia e licenciatura”.

A Meta 8 no Plano Nacional de Educação – PNE – 2014-2024 contempla essa modalidade de ensino:

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* de Arapiraca, desde a sua implantação insere tal modalidade, objetivando uma formação sólida, contextualizada e crítica, na interface com as demais dimensões das áreas de conhecimento, através da oferta da disciplina obrigatória Educação do Campo.

m) Educação e Movimentos Sociais

O Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* Arapiraca, oferta a modalidade Educação e Movimentos Sociais, por meio de disciplina eletiva, tendo como objetivo assegurar na formação do pedagogo e dos licenciandos aportes teórico-metodológicos com conteúdos para a transmissão e a construção de conhecimentos vinculados à dinâmica de Organizações, Associações, Grupos de Pessoas, Fóruns, Conselhos e Movimentos Sociais – Operários, Camponeses, Mulheres, Jovens, Moradia, Sem Terra, Estudantes, Religiosos –, a fim de apreender suas proposições, finalidades e experiências no contexto dos problemas sociais, tanto no campo quanto na cidade.

Diante da importância da questão social nas sociedades, na qual emergem diversas problemáticas que podem gerar conflitos profundos e extensos, a expressar contradições,

tensões, relações de poder, interesses diferentes e antagônicos entre projetos das elites e dos trabalhadores, é fundamental que a universidade, na formação de professores, promova uma graduação que considere a temática social de modo relevante, e não apenas como um conceito ou um termo em si mesmo.

O estudo sistemático das questões sociais envolve o compromisso de conduzir o processo de formação do licenciando a partir de atividades educativas que apreendam práticas e teorias de movimentos sociais. Nos âmbitos externo e interno, cumpre atentar para a interface desses movimentos sociais com as políticas sociais do Estado, como também para o planejamento e as ações do Estado sobre reivindicações/práticas dos movimentos sociais.

Com isso busca-se proporcionar conhecimentos que superem a fetichização das atividades dos movimentos sociais – tanto as suas sociabilidades quanto as relações com o Estado, no contexto entre políticas, serviços, programas, ideologias e bases econômico-políticas, em que esses movimentos se situam, na sociedade.

n) Educação e Economia

Estudar aspectos da produção e da reprodução social em tempos de formação e do desenvolvimento do capitalismo no contexto social contemporâneo significa dispor na formação do graduando possibilidades para a compreensão de seus princípios, nexos, finalidades e interfaces com a educação. Nesse sentido, contextualizar o surgimento da economia política, as suas concepções, com foco nas escolas clássicas e neoclássicas, tem significado expressivo para apontar os principais reflexos sobre a educação. Exige, para uma formação em nível de graduação, pontuar o desenvolvimento do pensamento ocidental da economia política, como também o funcionamento do capitalismo e sua relação com o campo e a cidade. Trabalhar conceitos, categorias do método da economia política e situar a historiografia da economia política implica, pois, apreender a sua relação e seus corolários para o campo da escola. Para tanto, neste PPC de Pedagogia Licenciatura, Economia e Educação terão seus conteúdos abordados na forma de disciplina eletiva.

o) Educação de Jovens e adultos – EJA

Assegurar a apreensão de concepções em Educação e dos pressupostos teórico-metodológicos da Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA), no contexto econômico-social,

pressupõe que a Universidade considere a formação do pedagogo e demais licenciaturas com a ampliação de temáticas que assegurem ao graduando conhecimentos para a sua inserção no mundo do trabalho.

A partir desse pressuposto, a disciplina Educação de Jovens e Adultos abrange a totalidade do campo formativo em EJA e estuda seus conceitos, princípios, tendências, realidades e políticas públicas para essa modalidade de formação, de modo a considerar as realidades regionais e locais, com a perspectiva de buscar a sociolinguística. Experiências em Alfabetização de Jovens e Adultos necessitam ser incluídas para enriquecer a literatura e a cultura na alfabetização de EJA, com o objetivo de oferta permanente da disciplina na formação do pedagogo e nas demais licenciaturas.

No Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus Arapiraca*, a oferta da disciplina Saberes e Metodologias da Educação de Jovens e Adultos I e II dar-se-á no 6º e no 7º períodos do curso, respectivamente, e o Estágio em EJA (100 h), no 7º período.

4.2 PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PPCC)

Neste PPC de Pedagogia Licenciatura, conforme a Resolução 2/2015/CNE/CP e a Resolução 6/2018-CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, toma-se a Prática Pedagógica como um componente curricular, objetivando promover uma formação docente fundada em bases sólidas, na unidade teoria e prática, numa abordagem de totalidade entre os conteúdos específicos da Educação e da Pedagogia com outros temas da atualidade social.

Recomenda-se que a prática pedagógica, compreendida como componente curricular diferenciado do estágio supervisionado, resguardando-se suas especificidades e a necessária articulação entre ambos, deverá garantir de forma efetiva e concomitante a relação entre teoria e prática, ao longo de todo o curso, cobrindo 400 horas de atividades.

O Parecer CNE/CP nº 28/2001 distingue a prática como componente curricular do estágio supervisionado, quando afirma: “Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer, na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar”.

A Prática Pedagógica é o conhecimento e a análise de situações pedagógicas. Neste sentido, é mais abrangente que o estágio supervisionado, pois além de estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor, envolve procedimentos de observação e reflexão, o registro das observações realizadas e a resolução de situações-

problema direcionadas para processos educativos. É uma orientação articulada com o trabalho acadêmico, bem como o “conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência” (Pareceres CNE/CP 2/2015 e CNE/CES 15/2005).

Neste PPC de Pedagogia Licenciatura, compreende as “atividades práticas” desenvolvidas através das disciplinas Saberes e Metodologias 2 do Ensino de História, Língua Portuguesa, Matemática, Artes, Ciências, EJA e Educação Infantil, que possuem caráter prático, relacionadas à formação pedagógica, configurando-se como as metodologias das áreas específicas. Estas oito disciplinas totalizam 414h e são ofertadas a partir do 5º período do curso.

Essas atividades se darão na perspectiva do alcance de espaços em instituições que possibilitem a articulação do trabalho acadêmico enquanto dimensão teórica, com a realidade local enquanto situação problema, a saber:

- Miniaulas (aulas para os próprios colegas);
- Oficinas para os alunos com participação de convidados externos;
- Análise e produção de material didático;
- Planejamento de atividades práticas a serem realizadas nas escolas e posterior apresentação de relatório, reflexão ou desenvolvimento de atividades, articulando o conhecimento teórico com o didático;
- Observação das diferentes dimensões da prática educativa;
- Reflexão sobre a prática educativa com a possibilidade de utilização de tecnologias de informação;
- Análise de materiais e livros didáticos;
- Análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola.

A Prática Pedagógica, no PPC de Pedagogia Licenciatura, *Campus Arapiraca*, apresenta como objetivo principal a reflexão e a sistematização sobre a realidade educacional da região Agreste do Estado de Alagoas e suas vinculações históricas, culturais e sociais com o restante do Estado e com o País.

Quadro 8 – Disciplinas que compõem a carga horária destinada à Prática Pedagógica como Componente Curricular ao longo do curso de Pedagogia

Período do Curso	Disciplina	Carga Horária
5º período	Saberes e Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa 2	54h
	Saberes e Metodologias da Educação Infantil 2	54h
6º período	Saberes e Metodologias do Ensino de Matemática 2	54h
	Saberes e Metodologias da Arte Educação e do Ensino de Arte 2	54h
7º período	Saberes e Metodologias da Educação de Jovens e Adultos 2	36h
8º período	Saberes e Metodologias do Ensino de Geografia 2	54h
9º período	Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências 2	54h
	Saberes e Metodologias do Ensino de História 2	54h
Total	8 disciplinas	414h

Fonte: UFAL (2018)

4.3 SOBRE A UTILIZAÇÃO DA EAD E AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

A democratização do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação – TICs na sociedade contemporânea, materializada pela ampliação do acesso à internet livre em ambientes escolares e universitários, constitui, na atualidade, ferramenta fundamental para a formação docente numa perspectiva cultural, social, histórica e ambiental, de modo contextualizado criticamente. A partir dessa perspectiva, a ênfase é norteada para que durante o processo educativo de ensino, em mediação com a pesquisa e a extensão universitárias, o trabalho docente permeie o tripé educação, sociedade e tecnologia, e assim potencialize aportes pedagógicos e as suas interfaces com as demais áreas do conhecimento.

Nesse movimento relacional das TICs com a formação dos educadores, o corpo docente do Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* Arapiraca, considera enriquecedora e necessária sua articulação com os saberes que compõem o patrimônio educativo, também presentes nos acervos da universidade. Com o objetivo de gerir informação e apreensão da realidade social e cultural, o Curso de Pedagogia se propõe a estudar, debater e contextualizar tais tecnologias, suas generalidades, especificidades, metodologias e desafios de usos na educação.

O Ensino Superior, por meio da tecnologia, volta-se, pois, para buscar dinâmicas de processos sociais, patrimônio histórico e suas realidades, territórios regionais e suas relações na sociedade alagoana, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades dos graduandos, a fim de possibilitar diversas atividades teóricas e práticas por meio do uso de computadores, da internet, de *softwares*, a partir de bases analíticas na formação do pedagogo e dos licenciandos da UFAL.

A partir desse critério, os docentes atuantes na UFAL, formados em nível de mestrado

e doutorado, serão capazes de desenvolver um ensino que promova o compartilhamento em rede das informações estudadas e produzidas no curso, incluindo-se aquelas produções advindas de saberes e conhecimentos tecnológicos, seja por meio de conteúdos, conceitos e tecnologias, seja por meio de habilidades técnicas, metodológicas e práticas, ou ainda pela via da informática e de seus aportes comunicacionais.

Outro componente da atividade didático-pedagógica e social do professor da disciplina em tela é relacionar os conteúdos com os processos sociais regionais/locais e fomentar a participação de alunos em programas, projetos, cursos e oficinas para a atualização contínua. Também constitui objetivo desenvolver projetos que provoquem uma cultura institucional de qualificação técnica em uso de equipamentos. Para tanto, o *Campus Arapiraca* conta com uma arquitetura informática – sistema de livre acesso à internet – que dá suporte à plataforma *Moodle*, através da qual os docentes e os discentes do curso interagem virtualmente.

Além dessa plataforma, os docentes também podem estimular a participação dos discentes através de situações didáticas vivenciadas em outros ambientes virtuais, tais como fóruns *on-line*, *chats*, redes sociais, *e-mails* e outros, os quais atuam como instrumentos auxiliares de aprendizagem. Com vistas à incorporação de tais tecnologias, apresentadas e utilizadas sob o olhar pedagógico, o curso conta, ainda, com uma disciplina obrigatória de 54h – “Educação e Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação”, ofertada no primeiro período do curso.

4.4. MATRIZ CURRICULAR

Quadro 9 – Disciplinas e componentes curriculares que compõem o primeiro período

1º Período	Disciplina/Componente Curricular		Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
	EDUC004	Profissão Docente	3h	48	6	54h
		Metodologia do Trabalho Científico	2h	32	4	36h
	PEDA003	Fundamentos Sócio- Antropológicos da Educação	3h	48	6	54h
	PEDA001	Fundamentos Históricos da Educação e da Pedagogia	3h	48	6	54h
		Fundamentos Planejamento Educacional	3h	48	6	54h
		Educação e Novas Tecnologias	3h	48	6	54h
TOTAL			17h	-	-	306

Fonte: UFAL, 2018

Quadro 10 – Disciplinas e componentes curriculares que compõem o segundo período

2º Período	Disciplina/Componente Curricular		Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
	EDUC008	Política e Organização da Educação Básica no Brasil	4h	64	8	72h
	PEDA002	Fundamentos Filosóficos da Educação	3h	48	6	54h
	PEDA004	Fundamentos Psicopedagógicos da Educação	3h	48	6	54h
	PEDA019	Alfabetização e Letramento	3h	48	6	54h
		Ações de Extensão 1A	5h	-	-	100h
TOTAL			18h			334

Fonte: UFAL, 2018

Quadro 11 – Disciplinas e componentes curriculares que compõem o terceiro período

3º Período	Disciplina/Componente Curricular		Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
	PEDA021	Didática	4h	64	8	72h
	EDUC009	Desenvolvimento e Aprendizagem	4h	64	8	72h
	PEDA020	Fundamentos da Educação Infantil	3h	48	6	54h
	PEDA023	Avaliação Educacional	4h	64	8	72h
		Ações de Extensão 1B	4h	64	8	80h
TOTAL			19h	-	-	350h

Fonte: UFAL, 2018

Quadro 12 – Disciplinas e componentes curriculares que compõem o quarto período

4º Período	Disciplina/Componente Curricular		Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Gestão da Educação e do Trabalho Escolar	4h	64	8	72h
	PEDA030	Saberes e Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa 1	3h	48	6	54h
	PEDA028	Saberes e Metodologias da Educação Infantil 1	3h	48	6	54h
		Educação Inclusiva	2h	32	4	36h
	EDUC011	LIBRAS	3h	48	6	54h
	PEDA022	Currículo	2h	32	4	36h
TOTAL			17h	-	-	306

Fonte: UFAL, 2018

Quadro 13 – Disciplinas e componentes curriculares que compõem o quinto período

5º Período	Disciplina		Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
	PEDA035	Saberes e Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa 2	3h	48	6	54h
	PEDA034	Saberes e Metodologias da Educação Infantil 2	3h	48	6	54h
	PEDA039	Saberes e Metodologias do Ensino de Matemática 1	3h	48	6	54h
		Saberes e Metodologias da Arte Educação e do Ensino de Arte 1	3h	48	6	54h
	PEDA032	Estágio I – Gestão Escolar	5h	-	-	100h
TOTAL			17h			316h

Fonte: UFAL, 2018

Quadro 14 – Disciplinas e componentes curriculares que compõem o sexto período

6º Período	Disciplina		Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Saberes e Metodologias da Educação de Jovens e Adultos 1	3h	48	6	54h
	PEDA033	Jogos, Recreação e Brincadeiras	2h	32	4	36h
		Saberes e Metodologias da Arte Educação e do Ensino de Arte 2	3h	48	6	54h
	PEDA045	Saberes e Metodologias do Ensino de Matemática 2	3h	48	6	54h
	PEDA037	Estágio II – Educação Infantil	5h	-	-	100h
		Ações de Extensão 2A	4h	-	-	80h
TOTAL			20h			378h

Fonte: UFAL, 2018

Quadro 15 – Disciplinas e componentes curriculares que compõem o sétimo período

7º Período	Disciplina		Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
	PEDA029	Pesquisa Educacional	3h	48	6	54h
	PEDA040	Saberes e Metodologias do Ensino de Geografia 1	3h	48	6	54h
		Saberes e Metodologias da Educação de Jovens e Adultos 2	2h	32	4	36h
		Eletiva	2h	32	4	36h
	PEDA045	Estágio III - EJA	5h	-	-	100h
		Ações de Extensão 2B	4h	-	-	80h
TOTAL			19h			360

Fonte: UFAL, 2018

Quadro 16 – Disciplinas e componentes curriculares que compõem o oitavo período

8º Período	Disciplina		Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
	PEDA042	Saberes e Metodologias do Ensino de História 1	3h	48	6	54h
	PEDA043	Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências 1	3h	48	6	54h
	PEDA049	Saberes e Metodologias do Ensino de Geografia 2	3h	48	6	54h
	PEDA009	Educação do Campo	2h	32	4	36h
	PEDA005	Estatística Educacional	2h	32	4	36h
	PEDA050	Estágio IV – Ensino Fundamental	5h	-	-	100h
TOTAL			18h			334h

Fonte: UFAL, 2018

Quadro 17 – Disciplinas e componentes curriculares que compõem o nono período

9º Período	Disciplina		Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Total
		Sociedade e Cultura	4h	64	8	72h
	PEDA048	Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências 2	3h	48	6	54h
	PEDA047	Saberes e Metodologias do Ensino de História 2	3h	48	6	54h
	PEDA025	Trabalho e Educação	3h	48	6	54h
		Estudos e elaboração do TCC	4h	-	-	80h
		Eletiva	2h	32	4	36h
TOTAL			19h			350

Fonte: UFAL, 2018

Quadro 18 – Disciplinas Eletivas

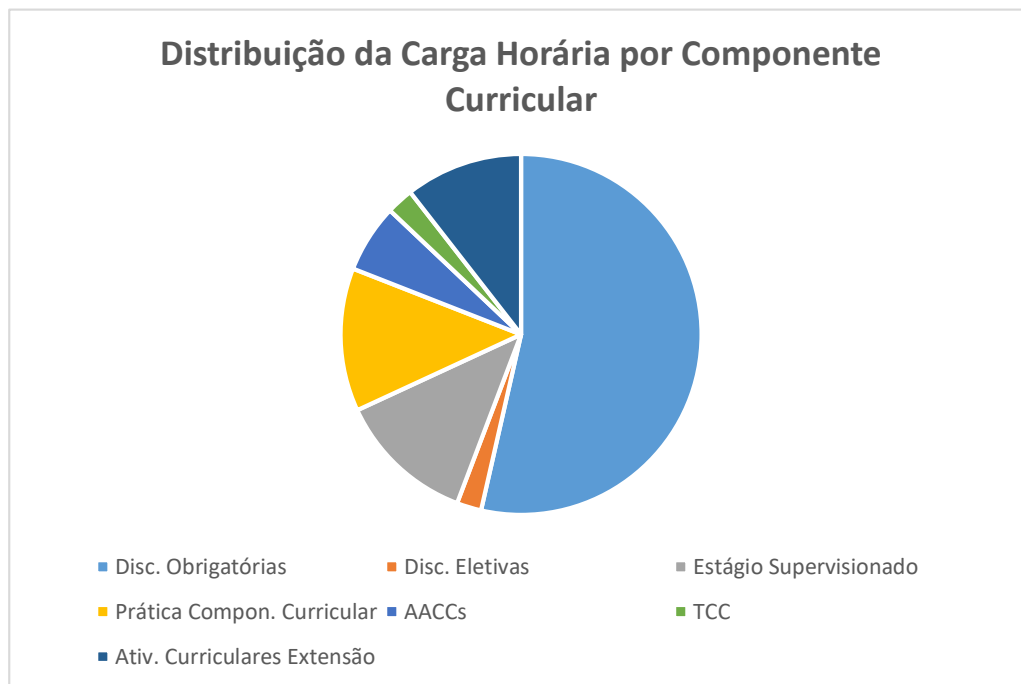
Código	Disciplinas eletivas	Carga horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Total
PEDA007	Educação e Movimentos Sociais	2	32	4	36
PEDA008	Introdução à Educação a Distância				
PEDA010	Educação e Gênero				
PEDA011	Educação e Meio Ambiente				
PEDA012	Educação e Diversidade Étnico-Racial				
PEDA013	Tópicos de História da Educação em Alagoas				
PEDA014	Educação e Economia				
PEDA015	Literatura Infantil				
PEDA016	Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa				
PEDA017	Organização e Gestão dos Processos Educativos				
PEDA018	Corporeidade e Movimento				

Fonte: UFAL, 2018

Quadro 19 – Distribuição da Carga Horária por Componente Curricular

COMPONENTES CURRICULARES	HORA/RELÓGIO 60 MIN.	PERCENTUAL
Disciplinas obrigatórias	1.728h	53,4%
Disciplinas eletivas	72h	2,2%
Estágio Supervisionado	400h	12,3%
Prática como componente curricular	414h	12,8%
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200h	6,1%
TCC	80h	2,4%
Atividades curriculares de extensão	340h	10,5%
Carga horária total	3.234h	100%

Fonte: UFAL, 2018



4.4.1 Proposta Curricular

a) Articulação entre teoria e prática; ensino, pesquisa e extensão

Historicamente, a articulação teoria e prática, no âmbito da academia, configura-se como um desafio na formação docente. Os estudos e debates realizados no CNE, envolvendo professores, gestores, pesquisadores e estudantes, tanto no contexto da Câmara de Educação Básica quanto na Câmara de Educação Superior, não deixam margem a dúvidas de que a formação docente exige o domínio dos fundamentos teóricos construídos nas diversas áreas do conhecimento, especificamente, no campo da Educação e da Pedagogia, mas, também, como esse legado teórico, acadêmico e científico se articula com a prática, enquanto movimento real e específico dos processos sociais. Tal momento possibilita ao discente em formação, transitar da condição de receptor de informações para tornar-se sujeito da produção desse conhecimento. A complexidade desse momento exige o equilíbrio, na medida qualitativa, entre o acesso ao conhecimento sistematizado e a abordagem empírica dos fenômenos sociais.

Como visto em tópico anterior, a Prática Pedagógica como componente curricular preconizada na Resolução 2/2015 – CNE/CP apresenta possibilidades de superação da dicotomia entre teoria e prática. Contudo, esse debate torna-se mais complexo quando o foco dessa prática perpassa a relação entre ensino, pesquisa e extensão, tripé que caracteriza uma universidade.

Nesse sentido, o PDI (2013-2017) da UFAL esclarece que:

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendem a tradição das disciplinas. A defesa da prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo, e da pesquisa como atitude cotidiana, como princípio científico e educativo, deve estar presente na própria concepção de prática educativa. A capacidade de contemplar o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa (pesquisa) e da abertura ao meio externo à Universidade (extensão) oferece uma nova referência para a dinâmica da relação professor-aluno e possibilita o desenho de um novo contexto para o processo de ensino/aprendizagem.

O Parecer CNE/CP 2/2015, visando garantir diretrizes nacionais articuladas à trajetória das instituições formadoras, define, entre outros, o núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, recomendando que a pesquisa seja priorizada nos projetos pedagógicos das instituições formadoras. Assim, em sintonia com os sistemas de ensino básico, essa formação docente possibilitará:

a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional; b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira; c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo; d) aplicação, ao campo da educação, de contribuições de conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural, entre outros.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão exige o vínculo entre a Universidade, a Escola e demais territórios sociais, tendo como elemento mediador o desenvolvimento de componentes curriculares ao longo de todo o curso: no trabalho em cada disciplina, na Prática Pedagógica como componente curricular, nos Estágios supervisionados, nas Ações extensionistas e nos TCCs, quando é possível expor o percurso acadêmico comprometido com a investigação científica.

Essa indissociabilidade presente na base da formação docente dar-se-á na aproximação das concepções teóricas que fundamentam a Educação e a Pedagogia com o universo e especificidades da educação básica: a estrutura gestora, a organização curricular, os professores e suas experiências didáticas, e os desafios permanentes de um organismo vivo, nos termos das relações sociais pertinentes aos espaços institucionalizados e aos diversos territórios.

b) Descrição da avaliação do curso pelo ENADE

Com base nas determinações contidas na Portaria Normativa 40, de 12 de dezembro de 2007, institui o e-MEC um sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da Educação Superior no sistema federal de educação. Já o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, assim como suas habilidades e competências. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE – será aplicado periodicamente aos alunos dos cursos de graduação, conforme legislação definida pelo MEC, sob a responsabilidade do INEP.

c) Programa das disciplinas e dos componentes curriculares do curso

Quadro 20 – 1º PERÍODO

DISCIPLINAS	EMENTAS	REFERÊNCIAS
Profissão Docente	Estudo da constituição histórica e da natureza do trabalho docente, articulando o papel do Estado na formação e profissionalização docente e da escola como lócus e expressão desse trabalho.	<p>Bibliografia Básica: COSTA, Marisa V. Trabalho docente e profissionalismo. Porto Alegre: Sulina, 1996. MACIEL, Lizete Shizne Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre (org.). Formação de professores: passado, presente e futuro. São Paulo: Cortez, 2004. NETO, Edgard; SOUZA, Gilberto; COSTA, Áurea. A proletarização do professor – neoliberalismo na educação. São Paulo: Sundermann, 2009. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.</p> <p>Bibliografia Complementar: VICENTINI, Paula; LUGLI, Rosário. História da profissão docente no Brasil: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009. ORSO, P; GONÇALVES, S. R; VALCI, M. M. Educação e luta de classes. São Paulo: Expressão popular, 2008. SAVIANI, D. et al. O legado educacional do século XX no Brasil. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. SOUZA, J. V. A. de. (org.). Formação de professores para a educação básica: dez anos da LDB. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p>
Metodologia do Trabalho Científico	A ciência e o conhecimento científico. Terminologias e conceitos básicos da pesquisa científica. Reflexão sobre a importância da produção de	<p>Bibliografia Básica: BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo, Makron Books, 2000. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo, Mcgraw Hill, 1978. LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade.</p>

	conhecimento sobre a Educação. Conhecimento das abordagens epistemológicas e dos métodos da pesquisa em Educação. Orientação das normas técnicas e metodológicas na elaboração da pesquisa científica.	<p>Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1993.</p> <p>Complementar:</p> <p>Padrão UFAL de normalização / organizadores: Enildo Marinho Guedes... [et al.]. – Maceió: Edufal, 2012. 55 p.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa – ação. São Paulo: Cortez, 1998.</p> <p>THOMAS, J.R.; NELSON, J. K. Métodos de Pesquisa em Atividade Física. Porto Alegre, Artmed, 2002.</p>
Fundamentos Socioantropológicos da Educação	Estudo das tendências teórico-metodológicas da Sociologia, analisando a relação entre a educação e a dinâmica da sociedade no Brasil, perpassando as interações Educação-Estado-Movimentos Sociais. Introdução aos estudos antropológicos da Educação, suas relações com a sociedade, suas dimensões étnico-raciais e culturais, acompanhando as tendências teórico-metodológicas contemporâneas.	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BERGER, Peter; LUCKMANN. A Construção Social da Realidade. Petrópolis: Vozes, 1985.</p> <p>CHINOY, Ely. Sociedade. Uma introdução à Sociologia. Tradução Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Editora Cutrix, 1961.</p> <p>DURKHEIM, Émile – Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, FENAME: 1984.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ANTUNES, Ricardo. O Continente do Labor. São Paulo: Boitempo, 2001.</p> <p>COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2007.</p> <p>LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria – Sociologia Geral. São Paulo, Atlas: 1985.</p> <p>MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes, 2001.</p>
Fundamentos Históricos da Educação e da Pedagogia	Análise histórica da Educação e da Pedagogia, segundo as ideias pedagógicas, com foco na história da educação brasileira	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Histórias das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Ed. Autores Associados, 2010.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>GADOTTI, M. Histórias das ideias pedagógicas. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>LUZURIAGA, L. História da educação e da pedagogia. 18. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1990.</p> <p>PONCE, A. Educação e luta de classes. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1992.</p> <p>STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Câmara (org.). Histórias e memórias da educação no Brasil – Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2005. Vol. I.</p> <p>VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). Caminhos da Educação da Colônia aos Tempos Atuais. Maceió/São Paulo. Ed. Catavento, 2001.</p>
Fundamentos do Planejamento Educacional	Estudo introdutório dos fundamentos socioantropológicos do ato de planejar. A perspectiva sócio-histórica e atual da política de planejamento educacional no Brasil. Fundamentos legais vigentes que orientam o planejamento da educação em	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>KUENZER, Acácia et al. Planejamento e educação no Brasil. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2009 (Coleção questões da nossa época).</p> <p>MELO, Adriana Almeida Sales de. A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela. Maceió: Edufal, 2004. 304 p.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político- Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2005.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p>

	suas abrangências nacional, estadual/municipal e escolar. As dimensões do planejamento escolar.	GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa . 13. ed. Loyola, 1983. 111 p. (AEC do Brasil; 6). SAVIANI, Dermeval. PDE-Plano de Desenvolvimento da Educação : análise crítica da política do MEC. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. 100 p. (Polêmicas do nosso tempo, 99). SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia . 41. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. 86 p. (Polêmicas do nosso tempo; 5). SILVA, Maria Abádia. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira . Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a03v2361.pdf MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Petrópolis/RJ: Vozes, 1991.
Educação e Novas Tecnologias	Estudo da importância das tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na educação: potencialidades pedagógicas e desafios de sua aplicação nos espaços de aprendizagem presencial e a distância.	Bibliografia Básica: APARICI, Roberto (org.). Conectados no ciberespaço . São Paulo: Paulinas, 2012. BARBA, Carme; CAPELLA, Sebastião (orgs.). Computadores em sala de aula : métodos e usos. Porto Alegre: Penso, 2012. MORAN, Jose Manoel; MASETTO, Marcos T. (Marcos Tarcisio); Bibliografia Complementar: BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica . 12. ed. Campinas: Papirus, 2006. PRATA, Carmem Lúcia; NASCIMENTO, Anna Christina Aun de Azevedo. Objetos de aprendizagem : uma proposta de recurso pedagógico. Brasília: MEC, SEED, 2007. SILVA, Marco. Sala de aula interativa : educação, comunicação, mídia clássica, internet, tecnologias digitais, arte, mercado, sociedade, cidadania. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. ALMEIDA, Maria E.; VALENTE, José A. Tecnologias e currículo : trajetórias convergentes ou divergentes? São Paulo: Paulus, 2011. LACERDA, Gilberto L.; BRAGA, Camila B. Tablets, laptops, computadores e crianças pequenas : novas linguagens, velhas situações na Educação Infantil. Brasília: Liber, 2012.

Fonte: UFAL, 2018

Quadro 21 – 2º PERÍODO

DISCIPLINAS	EMENTAS	REFERÊNCIAS
Política e Organização da Educação Básica no Brasil	Estudo da organização escolar brasileira nos diversos níveis e modalidades da Educação Básica, no contexto histórico, político, cultural e socioeconômico da sociedade brasileira.	Bibliografia Básica: LIBÂNEO, José C. Educação Escolar : políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007. SAVIANI, Dermeval. PDE-Plano de Desenvolvimento da Educação : análise crítica da política do MEC. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação Básica : Gestão do Trabalho e Pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000. Bibliografia Complementar: ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da educação e da pedagogia : geral e Brasil. 3.ed. São Paulo, SP: Moderna, 2011. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Legislação Complementar : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (atualizada até a lei nº 12.061, de 27.10.2009). 4. ed.

		<p>São Paulo: EDIPRO, 2010.</p> <p>NETO, Edgard; SOUZA, Gilberto; COSTA, Áurea. A proletarianização do professor: neoliberalismo na educação. São Paulo: Sundermann, 2009.</p> <p>SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.</p> <p>VIEIRA, S. I. Desejos de reforma: legislação educacional no Brasil Império e República. Brasília: Líber Livro, 2008.</p>
Fundamentos Filosóficos da Educação	A natureza da reflexão filosófica e as implicações da filosofia na prática pedagógica, destacando as perspectivas no campo da filosofia da educação.	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>JASPERS, Karl. Iniciação Filosófica. Tradução Manuela Pinto dos Santos. Lisboa: Guimarães & Cia, 1972 (Coleção Filosofia e Ensaios).</p> <p>PLATÃO. Livro VII. In: A República. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2001.</p> <p>ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou Da Educação. 2. ed. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>DIAS, Rosa Maria. Nietzsche Educador. São Paulo: Scipione, 1990.</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Educação do senso comum à consciência filosófica. 18 ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2007.</p> <p>LOCKE, John. Ensaio acerca do entendimento humano. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Pensadores).</p> <p>ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 1995.</p>
Fundamentos Psicopedagógicos da Educação	Reflexão teórico-crítica da Psicologia segundo as novas teorias, considerando a natureza multidimensional do ser humano e as concepções da Psicologia da Educação na complexidade contemporânea.	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica. Brasília: 2013.</p> <p>FONSECA, Vitor da. Dificuldade de Aprendizagem. Abordagem Neuropsicopedagógica. Wak: 2016</p> <p>DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira (org.). Psicologia Escolar e Educacional: saúde e qualidade de vida. 4. ed. Campinas: Alínea, 2012.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ARANTES, Valéria Amorim (org.). Afetividade na escola. São Paulo: Summus Editorial, 2003.</p> <p>BOSSA, Nadia, A. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.</p> <p>CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA/SP; GRUPO DE INTERINSTITUCIONAL DE QUEIXA ESCOLAR (orgs.). Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.</p> <p>FERNANDES, Ana Gabriela Nunes. Atuação do psicólogo escolar: definindo passos e consolidando espaços. Curitiba: Appris. 2016</p> <p>FIGUEIREDO, Luis Claudio; SANTI, Pedro Luis Ribeiro. Psicologia, uma (nova) introdução. São Paulo: EDUC, 2008</p>
Alfabetização e Letramento	Abordagem das concepções de alfabetização e letramento, articulando ensino, desenvolvimento e	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.</p> <p>FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez/Editores Autores Associados, 2001.</p>

	<p>aprendizagem, e considerando seus efeitos sobre as práticas discursivas nos contextos escolares envolvendo alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.</p>	<p>CAGLIARI, L. C. Alfabetização e linguística. São Paulo: Scipione, 1989.</p> <p>Bibliografia complementar: KLEIMAN, Angela B. (org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 1995. TFOUNI, Leda Verdiani. Letramento e Alfabetização. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. MASSINI-CAGLIARI, Gladis. O texto na alfabetização: coerência e coesão. Campinas: Mercado de Letras, 2001. SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016. KLEIMAN, Angela B.; MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles (orgs.). Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.</p>
Ações de Extensão 1A		

Fonte: UFAL, 2018

Quadro 22 – 3º PERÍODO

DISCIPLINAS	EMENTAS	REFERÊNCIAS
Didática	<p>Estudo da prática pedagógica e dos aspectos envolvidos no ato educativo, considerando a contextualização e a evolução histórica da didática, a perspectiva sócio-histórica das concepções teórico-metodológicas presentes em nosso ideário pedagógico e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a formação do educador para atuação e intervenção na realidade educacional brasileira.</p>	<p>Bibliografia Básica: COMENIUS, A. Didática Magna. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2006. FARIAS, I. M. S. de; et. al. Didática e Docência: aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livros, 2009. FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. (orgs.). Didática, embates contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2010. LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>Bibliografia Complementar: HAYDT, R. C. C. Curso de Didática Geral. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. CANDAU, V. (org.). A Didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1997. CHARLOT, B. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: ARTMED, 2005. VEIGA, I. P. ALENCASTRO, J. (org.). Repensando a didática. 20. ed., Campinas-SP: Papirus, 2003. VEIGA, I. P. A. (org.). Didática: O ensino e suas relações. 18. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.</p>
Desenvolvimento e Aprendizagem	<p>Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano na infância, na adolescência e na fase adulta, segundo as teorias da Psicologia do desenvolvimento e da Educação, em articulação com as concepções de aprendizagem.</p>	<p>Bibliografia Básica: CUNHA, M. V. Psicologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. KUPFER, Maria Cristina Machado. Freud e a educação: o mestre do impossível. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1995 (Pensamento e ação no magistério); OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento. Um processo sócio-histórico. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1997 (Pensamento e ação na sala de aula).</p> <p>Bibliografia Complementar: CARRARA, Kester (org.). Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e</p>

		<p>Terra, 2002.</p> <p>ROGERS, Carl. Tornar-se pessoa. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.</p> <p>SKINNER, F.B. Máquinas de Ensinar. In: Morse, W. Leituras de Psicologia Educacional. São Paulo: Editora Nacional, 1979.</p> <p>WADSWORTH, J. Inteligência e afetividade da criança na teoria de Jean Piaget. São Paulo: Pioneira, 1996.</p>
Fundamentos da Educação Infantil	<p>Estudo dos fundamentos pedagógicos, legais e normativos da educação infantil e da organização do currículo, considerando propostas e experiências pedagógicas reconhecidas no âmbito local, nacional e internacional.</p>	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.</p> <p>KUHLMANN JR., Moysés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. 191 p.</p> <p>OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M. e PINAZZA, M. A. Pedagogia(s) da Infância: Dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ARROYO, M. O significado da Infância. Seminário Nacional de Educação Infantil. Anais. Brasília, MEC/SEF/COEDI, 1994, p. 88-92.</p> <p>FARIA, A. L. G. de Educação Pré-Escolar e Cultura. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>HADDAD, L. A creche em busca de identidade. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 263 p. (Docência em formação: educação infantil).</p> <p>KUHLMANN JR, Moysés. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. 500 anos de Educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p>
Avaliação Educacional	<p>Estudo das teorias e práticas da avaliação educacional a partir dos paradigmas interacionistas da sociedade e da ação pedagógica, construindo novas abordagens e novos procedimentos do ato de avaliar.</p>	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ESTEBAN, M. T. (org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>HAYDT, R. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. 4. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1994.</p> <p>HOFFMANN, J. Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtivista. Porto Alegre, Mediação, 1998.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>GARDNER, H. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.</p> <p>LUCKESI, C. C. A avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez Editora. 1997.</p> <p>SOUZA, A. M. Dimensões de Avaliação Educacional. São Paulo: Vozes, 2005.</p> <p>ROMÃO, J. E. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p>
Ações de Extensão 1B		

Fonte: UFAL, 2018.

Quadro 23 – 4º PERÍODO

DISCIPLINAS	EMENTAS	REFERÊNCIAS
Gestão da Educação e do Trabalho Escolar	<p>Estudo da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos</p>	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 232 p.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2000.</p>

	constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, segundo os pressupostos teóricos e legais vigentes, na perspectiva do planejamento participativo.	PRADO, Edna; DIÓGENES, Elione. Avaliação de políticas públicas: interface entre educação e gestão escolar. Maceió, AL: Edufal, 2011. Bibliografia Complementar: LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 35. ed. revista – Campinas, SP: Autores Associados, 2002 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; vol. 5). NÓVOA, Antônio (org.). As organizações escolares em análise. Instituto de Inovação Educacional; Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
LIBRAS	Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), da sua estrutura gramatical, de expressões manuais, gestuais e do seu papel para a comunidade surda.	Bibliografia Básica: FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática das línguas de sinais. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2010. GESSER, Audrei. LIBRAS? que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo, Parábola Editorial, 2009. GOES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação. Campinas, Autores Associados, 2002. Bibliografia Complementar QUADROS, R. M. “O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais”. BRASÍLIA, SEESP/MEC, 2004. QUADROS, R. M. Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. Bibliografia Complementar: SACKS, O. Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro, Imago, 1990.
Saberes e Metodologias da Educação Infantil I	Estudo e organização dos saberes e procedimentos da Educação Infantil, com foco na identidade e na construção do autoconhecimento e do mundo, nas relações corpo e movimento, natureza e sociedade, brincadeiras e linguagens expressivas, reconhecendo seu caráter interdependente e transdisciplinar e as especificidades das diferentes faixas etárias, gênero e cultura.	Bibliografia Básica EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emília na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999. HOHMANN, M. & WEIKART, D.P. Educar a Criança (3. ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. ROSSETTI-FERREIRA, M. Clotilde (org.). Rede de significações: e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004. 232 p. Bibliografia Complementar BANDIOLI, A.; MANTOVANI, S. Manual de Educação Infantil: de 0 a 3 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. CRAIDY, C. KAERCHER, G. E. Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre, Artmed, 2001. LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, c1992. 117p. ROSSETTI-FERREIRA et al. Os fazeres na Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 1998. VAZ, Alexandre Fernandez; MOMM, Caroline Machado (org.). Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas. Nova Petrópolis, RS: Nova Harmonia, 2012.
Saberes e Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa I	Reflexão e exercício prático da leitura e da escrita na perspectiva da noção de gêneros textuais e das estratégias de leitura, considerando aspectos da textualização e da gramática necessários à compreensão e à	Bibliografia Básica: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009. GERALDI, Corinta Maria Grisolia; ALMEIDA, Milton Jose de. O texto na sala de aula. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2011. ANTUNES, Irlandé. Aula de português: encontro & interação. Parábola, 2003. Bibliografia complementar:

	elaboração de textos escritos e à compreensão leitora.	KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever : estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. FAVERO, Leonor L.; ANDRADE, Maria Lúcia C. V., Zilda. Oralidade e escrita : perspectiva para o ensino de língua materna. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. MARCUSCHI, Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. KLEIMAN, Angela. Os significados do letramento . Campinas: Mercado de Letras, 1995. KLEIMAN, Ângela. Texto e o leitor : Aspectos Cognitivos da Leitura. 14. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.
Currículo	Estudo histórico-crítico dos princípios e concepções do currículo, segundo as novas teorias e as normas legais vigentes na Escola da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.	Bibliografia Básica : GARCIA, R. L.; MOREIRA, A. F. B. (orgs.). Currículo na Contemporaneidade : incertezas e desafios. Cortez: São Paulo, 2003. MACEDO, E. F. de. (org.). Currículo: debates contemporâneos . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. MOREIRA, A. F. B. (org.). Currículo, cultura e sociedade . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Bibliografia Complementar : ZOTTI, S. A. Sociedade, Educação e Currículo no Brasil : dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados. Brasília: Editora Plano, 2004. COLL, César. Psicologia e Currículo – uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. Tradução de Cláudia Schilling. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003. SACRISTAN, G. J. O currículo : uma reflexão sobre a prática. 3. ed., Porto Alegre: ArtMed, 1996. SILVA, T. T. Documentos de Identidade : uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
Educação Inclusiva	Estudo do desenvolvimento atípico das crianças e adolescentes, compreendendo os recursos educacionais disponíveis na comunidade, os programas de prevenção e assistência existentes, trabalhando o educando na perspectiva do processo de inclusão social.	Referências básicas : BUENO, J. G. S. “A produção social da identidade do anormal”. In: FREITAS, Marcos C. de (org.). História Social da Infância no Brasil . Ed. Cortez, São Paulo, 2003. CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva : com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004. COLL et al. Desenvolvimento psicológico e educação : necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre, Artes Médicas: 1995. V.III. Bibliografia Complementar : FONSECA, V. Educação especial : programa de estimulação precoce, uma introdução às idéias de Feurstein. Porto Alegre, Artes Médicas: 1995. MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Salto para o Futuro : educação especial: tendências atuais. Secretaria de Educação a distância. Brasília: Ministério de Educação – SEED, 1999.

Fonte: UFAL, 2018

Quadro 24 – 5º PERÍODO

DISCIPLINAS	EMENTAS	REFERÊNCIAS
Saberes e Metodologias da Educação Infantil 2	Estudo da prática da Educação Infantil, focalizando sua dinâmica e organização do planejamento e avaliação, considerando as interações espaço-tempo, criança-	Bibliografia Básica : EDWARDS, C., GANDINI, L e FORMAN, G. As cem linguagens da criança . Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. HOHMANN, M. & WEIKART, D. P. Educar a Criança . (3. ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. ROSSETTI-FERREIRA et al. Os fazeres na Educação Infantil . São Paulo: Cortez, 1998.

	criança, escola-família, corpo-movimento, natureza-sociedade, brincadeiras, linguagens expressivas, reconhecendo seu caráter interdependente e transdisciplinar e as especificidades das diferentes faixas etárias, gênero e cultura. A prática do ensino na Educação Infantil.	<p>Bibliografia Complementar: BANDIOLI, A.; MANTOVANI, S. Manual de Educação Infantil: de 0 a 3 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Práticas cotidianas na educação infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília: MEC, SEB. 2009. BUITONI, Dulcília Schroeder. GANDINI, Lella e Carolyn Edwards. De volta ao quintal mágico: a educação infantil na Te-Arte. São Paulo: Agora, 2006. GALVÃO, Isabel. Cenas do Cotidiano Escolar: conflito sim, violência não. Petrópolis: Vozes, 2004.</p>
Saberes e Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa 2	Aprofundamento teórico-metodológico de aspectos relacionados à oralidade e conhecimentos linguísticos (gramática, ortografia e pontuação) voltados às situações de ensino-aprendizagem e aos materiais didáticos de Língua Portuguesa. A prática do ensino de Língua Portuguesa.	<p>Bibliografia Básica: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola. 3. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. ANTUNES, Irandé. Língua, texto e ensino: outra escola possível. São Paulo: Parábola Ed., 2009. BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em Língua Materna: a Sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.</p> <p>Bibliografia complementar: BAGNO, Marcos. Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2004. FAVERO, Leonor Lopes. Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino da língua materna. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. MARCUSCHI, Luis Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001. POSSENTI, Sirio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996. BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.</p>
Saberes e Metodologias do Ensino de Matemática 1	Estudo teórico-metodológico dos saberes matemáticos presentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando os conhecimentos dos campos conceitual, numérico e geométrico com estímulo à prática investigativa e à construção de situações didáticas, considerando a importância das várias representações de um mesmo objeto matemático.	<p>Bibliografia Básica: CARRAHER, T. CARRAHER, D. & SCHLIEMAN, A. (1995). Na vida dez na escola zero. 10. ed. São Paulo: Cortez. ROSA NETO, Ernesto. Didática da matemática. 9. ed. São Paulo: Ática, 1996.</p> <p>Bibliografia Complementar: BIGODE, Antônio José Lopes; FRANT, Janete Bolite. Matemática: soluções para dez desafios do professor: 1º ao 3º ano do ensino fundamental. São Paulo: Ática, 2011. FOSSA, John Andrew. Ensaio sobre a educação matemática. 2. ed. São Paulo, SP: Livraria da Física, 2012. LORENZATO, Sérgio. Para aprender matemática. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. MACHADO, Nilson José. Polígonos, centopéias e outros bichos. 9. ed. São Paulo: Scipione, [2000]. RIBEIRO, Flávia Dias. Jogos e modelagem na educação matemática. Curitiba: IBPEX, 2008.</p>
Saberes e Metodologias da Arte Educação e do Ensino de Arte 1	Conceito e importância das linguagens artísticas no fenômeno da Educação e da cultura como meio fundamental para o desenvolvimento da criatividade e da educação estética no processo interdisciplinar e	<p>Bibliografia Básica: BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação no Brasil. Ed. Perspectiva. São Paulo. 1978. ANJOS, Cleriston Izidro dos. Estágio na licenciatura em Pedagogia. 3. Arte na educação infantil. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012 (Série Estágios). HAUSER, Arnold. História social da arte e da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 1.032 p. (Paidéia) ISBN 8533608373.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p>

	transdisciplinar do ensino-aprendizagem, permeado pelas linguagens artísticas.	EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. As cem linguagens da criança : a abordagem de Reggio Emília na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999. HOHMANN, M. & WEIKART, D.P. Educar a Criança (3. ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. BARBOSA, Ana Mae. A Imagem no Ensino da Arte . Ed. Perspectiva. São Paulo. 1991 BARBIERI, Stela. Interações : onde está a arte na infância? São Paulo: Blucher, 2012. FERREIRA, P. N. O espírito das coisas : desenho, assemblagens e brincadeiras na educação infantil. Maceió: Edufal, 2013.
Estágio Supervisionado I – Gestão Escolar	Observação e análise de instituições da educação escolar e não escolar – campo de estágio – na sua globalidade e da organização e gestão dos processos educativos nela vivenciados. Levantamento de prioridades, elaboração, aplicação e execução do plano de atuação no campo de estágio.	Bibliografia Básica : BAMBINI, Eliane et al. O coordenador pedagógico e a formação docente . 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000. BURIOLLA, M. A. F. O estágio supervisionado . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. PIMENTA, S. G.; SOCORRO, M. L. Estágio e docência . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010 (Coleção Docência em formação. Série Saberes Pedagógicos). Bibliografia Complementar VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho Pedagógico : do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 12. ed. São Paulo: Libertad, 2009. ROSSI, V. L. S. Gestão do projeto político pedagógico : entre corações e mentes. São Paulo: Moderna, 2004. BIANCHI, A. C.; ALVARENGA, M.; BIACHI, R. Orientação para estágio em licenciatura . São Paulo: Pioneira Thomson learning, 2005. PICONEZ, Stela C. Bertholo. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado . 12. ed. São Paulo: Papyrus, 2002. VEIGA, I. P. A. (org.). Projeto Político-Pedagógico da Escola : uma construção possível. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 2000.

Fonte: UFAL, 2018.

Quadro 25 – 6º PERÍODO

DISCIPLINAS	EMENTAS	REFERÊNCIAS
Jogos, recreação e brincadeiras	O jogo e as brincadeiras do ponto de vista da antropologia e da psicologia como conhecimento e procedimento de cuidar, educar e ensinar, considerando-se os princípios socioeducativos do jogar e brincar.	Bibliografia Básica : BROUGERE, Gilles. Brinquedo e cultura . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 110 p. Versão Brasileira Gisela Wajskop (Questões da nossa época; 43). CHATEAU, J. O jogo e a criança . São Paulo: Summus, 1987. PIAGET, J. A formação do símbolo na criança . Rio de Janeiro: Pioneira, 1979. Bibliografia Complementar : BENJAMIN. W. Reflexões : a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Summus, 1984. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação . São Paulo: Cortez, 2002. HUIZINGA, J. Homo ludens : o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1980. ANTUNES, Celso. Manual de técnicas de dinâmica de grupo de sensibilização de ludopedagogia . Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 190 p. MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícóli; PASSOS, Norimar Christe. Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar . Porto Alegre: Artmed, 2005. 110 p.
		Bibliografia Básica :

Saberes e Metodologias do Ensino de Matemática 2	Articulação teórico-metodológica dos saberes matemáticos presentes nas séries iniciais do Ensino Fundamental, considerando os campos conceitual, numérico e geométrico, com estímulo à prática investigativa a partir das tendências educacionais relacionadas ao ensino de matemática. A prática do ensino de Matemática.	ALRO, Helle; SKOVSMOSE, Ole. Diálogo e aprendizagem em educação matemática . Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006. D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria à prática . 23. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. FONSECA, Maria da Conceição F. R. et al. O ensino de geometria na escola fundamental: três questões para a formação do professor dos ciclos iniciais . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica: FUMEC, 2011. Bibliografia Complementar: DAWSON, A. J. (Sandy); ARCAVI, Abraham; SCHOENFELD, Alan; DOERR, Helen M.; ADLER, Jill; NISS, Mogens; WOOD, Terry. Tendências internacionais em formação de professores de matemática . Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006. CARVALHO, Mercedes (org.). Ensino Fundamental: práticas docentes nos anos iniciais . 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. GRANDO, Regina Célia. O jogo e a matemática no contexto da sala de aula . 2. ed. São Paulo, SP: Paulus, 2008. MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. O jogo e o lúdico na aprendizagem escolar . Porto Alegre: Atmed, 2005.
Saberes e Metodologias da Educação de Jovens e Adultos 1	Estudo da evolução histórica da educação de jovens e adultos e seus movimentos no contexto social, econômico, político e cultural brasileiro, analisando políticas e programas de atendimento escolar aos adultos e jovens e adultos na educação básica e profissional; e das concepções teórico-metodológicas que fundamentaram/fundamentam a Educação e a escolarização de adultos e de jovens e adultos.	Bibliografia Básica: MOURA, Tania Maria de Melo (org.). A formação de professores (as) para a educação de jovens e adultos em questão . Maceió: Edufal, 2005. BARBOSA, Inês; PAIVA, Jane. Educação de Jovens e adultos . Rio de Janeiro DP&A, 2004. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra. Bibliografia Complementar: VÓVIO, Cláudia Lemos; SITO, Luanda; GRANDE, Paula Baracat de (orgs.). Letramentos: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisa em linguística aplicada . Campinas (SP): Mercado de Letras, 2010. KHOL, Marta de Oliveira. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem . MEC/UNESCO. Educação como exercício de diversidade. Brasília: Unesco/MEC, Anped, 2005 (Coleção educação para todos; 6). DECLARAÇÃO de Hamburgo sobre Educação de Adultos, V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. Hamburgo, jul. de 1997. Disponível em: http://www.cefetop.edu.br . GIROUX, Henry. Alfabetização e a pedagogia do empowerment político. In: FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. Alfabetização: leitura da palavra, leitura do mundo . 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 1-27. Disponível em http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo7/eja/a/alfabetizacao_e_a_pedagogia_do_empowerment_po BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1/2000, de 3 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos .
Saberes e Metodologias da Arte Educação e do Ensino	Estudo dos conceitos fundamentais e dos procedimentos didático-	Bibliografia Básica: BARBOSA, A. M. Teoria e prática da educação artística . São Paulo, Cultrix, 1975.

de Arte 2	metodológicos do ensino e aprendizagem da Arte, a partir de suas diferentes linguagens, obras e recursos didáticos que perpassam a reflexão sobre a criatividade produção didática existente com enfoque na prática docente.	<p>BARBOSA, A. M. (org.). Inquietações e mudanças no ensino da arte. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>FERRAZ, M. H. & Fusari, M. F. Arte na Educação Escolar. São Paulo: Cortez, 1992.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>PILLAR, Analice Dutra. (org.). A educação do olhar no ensino da arte. Porto Alegre: Mediação, 1997.</p> <p>PENIN, Sônia. A aula: espaço de conhecimento, lugar de cultura. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1999.</p> <p>DOMINGUES, Diana (org.). Arte e Vida no Século XXI: Tecnologia, ciência e criatividade. São Paulo: Editora Unesp, 2003.</p> <p>MASON, Rachel. Por uma arte-educação multicultural. Campinas: Mercado das Letras, 2001.</p> <p>IAVELBERG, Rosa.</p> <p>READ, Herbert. A Educação pela arte. Trad. Ana Maria Rabaça e Luiz Felipe Silva Teixeira. São Paulo: Martins Fontes, 1982.</p>
Estágio Supervisionado II – Educação Infantil	Observação e análise crítica da prática docente na Educação Infantil na escola – campo de estágio. Elaboração de projeto/planejamento de intervenção, aplicação e execução do projeto/plano elaborado para atuação na docência nessa primeira etapa da educação básica.	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ANJOS, Cleriston Izidro dos. Estágio na licenciatura em Pedagogia. 3. Arte na educação infantil. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012 (Série Estágios).</p> <p>HOHMANN, M.; WEIKART, D. Educar a criança. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.</p> <p>CORSARO, W. Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com Willian Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. RESOLUÇÃO nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.</p> <p>CORSARO, William A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. Educ. Soc. [online]. 2005, vol. 26, n. 91, pp. 443-464. ISSN 0101-7330.</p> <p>FARIA, A. L. G. de. Educação Pré-Escolar e Cultura. São Paulo: Cortez, 1999.</p> <p>OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 263 p. (Docência em formação: educação infantil).</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 200 p.</p>
Ações de Extensão 2A		

Fonte: UFAL, 2018.

Quadro 26 – 7º PERÍODO

DISCIPLINAS	EMENTAS	REFERÊNCIAS
Pesquisa Educacional	Estudo das diferentes abordagens teórico-metodológicas da pesquisa em educação, compreendendo as fontes e etapas de produção do projeto de pesquisa educacional visando à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ANDRÉ, Marli (org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas, SP: Papirus, 2008.</p> <p>FAZENDA, I. (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989.</p> <p>FAZENDA, I. Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2007. GAMBOA, Silvio Sánchez (org.). Pesquisa Educacional: quantidade – qualidade. 6.</p>

		ed. São Paulo: Cortez, 2007. GATTI, B. A construção da pesquisa em educação no Brasil . Brasília: Plano, 2007. Bibliografia Complementar: ANDRÉ, Marli E. D. A. Etnografia da prática escolar . Campinas: Papyrus, 1995. CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. SANTOS-FILHO, José e GAMBOA, Silvio. (orgs.). Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. SP: Cortez, 1995.
Eletiva		
Saberes e Metodologia do Ensino da Geografia I	Estudo dos processos sociocognitivos da relação espaço-temporal, dos fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental, ressignificando o conhecimento e a construção do espaço geográfico.	Bibliografia Básica: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). A geografia na sala de aula . São Paulo: Contexto, 1999. CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos et all (org.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões . 2. ed. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS/ Associação dos Geógrafos Brasileiros – seção Porto Alegre, 1999. PENTEADO, Heloísa Dupas. Metodologia do Ensino de História e Geografia . São Paulo: Cortez, 1992 (Col. Magistério. 2º Grau. Série Formação do Professor). Bibliografia Complementar: CALLAI, Helena C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Cadernos Cedes , Campinas, vol.25, n. 66, p.227-247, maio/ago.2005. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Para onde vai o ensino de Geografia? São Paulo: Contexto, 1998. PIAGET, Jean & INHELDER, Barbel. A Representação do Espaço na Criança . Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado . São Paulo: HUCITEC, 1997. REGO, Nelson; SUERTEGARAY, D. e HEINDRICH, A. Geografia e Educação: geração de ambiências . Porto Alegre: UFRGS, 2000.
Saberes e Metodologias da Educação de Jovens e Adultos 2	Estudo da compreensão da educação de jovens e adultos e suas a diversidade de aprendizagem, relacionado a formação dos professores da educação de jovens e adultos/ Concepções de letramento e numeramento em educação de jovens e adultos. A prática do ensino na Educação de Jovens e Adultos.	Bibliografia Básica ARROYO, M. G. In. Formar Educadores e Educadoras de Jovens e adultos. In. SOARES, Leôncio (org.) Formação de Educadores da Educação de Jovens e adultos . Belo Horizonte: Autêntica, SECAD MEC,/Unesco, 2006. VÓVIO, V.L. Alfabetização de pessoas jovens e adultas: outras miradas, novos focos de atenção. In: SAMPAIO, Mariza Narciso; ALMEIDA, Rosilene Souza (org.) Práticas de Educação de Jovens e Adultos: Complexidades, Desafios e Propostas . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p.65-89. PAIVA, Jane. Os sentidos do direito à educação para jovens e adultos. Rio de Janeiro, DP et Alii, 2009. Bibliografia Complementar AZEVEDO, S.B. Pensando multiculturalmente sobre a educação de jovens e adultos: um Estudo de Caso no Sistema Municipal do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro, 2008. 156 p. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta . São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos

		que se completam. 49. ed. São Paulo: Cortez, 2008. LEAL, T. F. (org). Desafios da educação de jovens e adultos: construindo práticas de alfabetização . Belo Horizonte: Autêntica, 2007. PAIVA, V. História da Educação Popular no Brasil . Educação Popular e Educação de Adultos. 6. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
Estágio Supervisionado III - Educação de Jovens e Adultos	Formação do professor para educação de Jovens e Adultos. Vivenciando a contextualização histórica, econômica e sociocultural dos sujeitos sociais da EJA; suas trajetórias de formação e de escolarização na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Elaboração de projeto/planejamento de intervenção, aplicação e execução do projeto/plano elaborado para atuação na docência nessa etapa de ensino.	Bibliografia Básica: FREIRE, Paulo, 1921-1997. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996. FAZENDA, Ivani. A prática de ensino e o estágio supervisionado . Campinas: Papirus, 1991. PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos . São Paulo: Loyola 1998. Bibliografia Complementar: PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade e teoria prática? 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011. ARROYO, M. A educação de jovens e adultos em tempo de exclusão . Alfabetização e Cidadania, n. 11, abril 2001. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional . Rio de Janeiro: Vozes, 2002. FREIRE. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam . São Paulo, Cortez: 2001.
Ações de Extensão 2B		

Fonte: UFAL, 2018.

Quadro 27 – 8º PERÍODO

DISCIPLINAS	EMENTAS	BIBLIOGRAFIA
Saberes e Metodologias do Ensino da História I	Estudo crítico-analítico dos saberes históricos necessários à formação e à prática docente, perpassando o processo de construção do conhecimento científico e escolar e das propostas curriculares oficiais para o ensino da História.	Bibliografia Básica BITTENCOURT, C.M. Fernandes. Ensino de história: Fundamentos e Métodos . Cortez, São Paulo, 2005. Série Docência em Formação. CHERVEL, A. “As histórias das disciplinas escolares. Reflexões sobre um domínio de pesquisa”. In: Teoria & Educação , n. 2, 1990. FONSECA, Selva G. Caminhos da História ensinada . 3. ed. Campinas, Papirus, 1995. NUNES, Silma do Carmo. Concepções de mundo no ensino de História . Campinas, Papirus, 1996. Bibliografia Complementar: CHESNEAUX, J. Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores. Trad. Marcos A. da Silva. São Paulo, Ática, 1995. INSKY, Jaime (org.). O Ensino de história e a criação do fato . 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994 (Coleção Repensando o ensino). MONTELLATO, Andrea R. D. et all. História temática: tempos e culturas . São Paulo: Scipione, 2000. NUNES, Silma do Carmo. Concepções de mundo no ensino de História . Campinas, Papirus, 1996. RIBEIRO, Luís Távora Furtado e MARQUES, M. S. História e Geografia nas séries iniciais . Fortaleza: Brasil Tropical, 1998.
Saberes e Metodologias	Estudo das bases teóricas que norteiam	Bibliografia Básica DELIZOICOV, J. A. A.; PERNAMBUCO, M. M.;

do Ensino de Ciências I	o ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental, relacionando-o à prática pedagógica e aos instrumentos legais – LDB, DCN, ECA, RECNEI, no âmbito nacional, estadual e municipal.	<p>ANGOTTI, J. A. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Coleção Docência em formação).</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.</p> <p>KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. Ensino de ciências e cidadania. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2007 (Cotidiano escolar: ação docente).</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>POZO, J. I.; CRESPO, M. A. G. A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>CACHAPUZ, A. et al. (orgs). A necessária renovação do ensino das ciências. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>CARVALHO, A. M.; GIL PÈRES, D. Formação de professores de Ciências: tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 1993.</p> <p>MENEZES, L. (org.). Formação continuada de professores de Ciências. Campinas: Autores Associados, 1996.</p> <p>PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011 (Coleção Docência em formação. Série saberes pedagógicos).</p>
Educação do Campo	Estudo da dinâmica histórica da educação do campo brasileiro segundo as novas proposições político-educacionais e legais para o desenvolvimento sustentável do território do campo, por novos desenhos curriculares.	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BRASIL/MEC/SECADI. Diretrizes curriculares para educação básica do campo. Resol. Nº 03/2003.</p> <p>CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>SANTOS, Clarice Aparecida (org.). Por uma educação do campo. Campo – políticas Públicas – Educação. Col. n. 07. Brasília: INCRA/MDA, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>FAORO, R. Os donos do poder. 8. ed. São Paulo: Globo, 2004.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra,1997.</p> <p>RIBEIRO, M. Movimento camponês, Trabalho e Educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios, fins da educação. São Paulo: Expressão Popular, 2010.</p> <p>TERRIEN, J. & DAMASCENO M. N. (Coords) Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, 2003.</p> <p>WILLIAMS, R. Campo e cidade na História e na literatura. Tradução: Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.</p>
Saberes e Metodologia do Ensino de Geografia 2	Estudo de procedimentos e recursos específicos para o ensino de geografia que assegurem ao professor fundamentos necessários à sua prática docente no planejamento e execução de atividades relacionadas ao ensino de geografia que possibilitem a articulação entre teoria e prática. A prática do ensino de Geografia.	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ALMEIDA, Rosângela D. & PASSINI, Elza Y. O Espaço Geográfico: ensino e representação. São Paulo, Contexto, 1994.</p> <p>CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia e Práticas de Ensino. Goiânia, Ed. Alternativa, 2002.</p> <p>HERNÁNDEZ, Fernando & VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. 5. ed. Porto Alegre, Artmed, 1998.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p>

		<p>HICKMANN, Roseli Inês. Estudos Sociais – Outros saberes e outros sabores. Porto Alegre, Mediação, 2002.</p> <p>MORAN, José Manuel et al. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, Papirus, 2006.</p> <p>PASSINI, Yasuko Passini. Alfabetização Cartográfica. Belo Horizonte, Editora LÊ, 1998.</p> <p>GUIMARÃES, Márcia Noêmia. Os diferentes tempos e espaço do homem: Atividades de geografia e de história para o ensino fundamental. 2. ed. São Paulo-SP: Cortez, 2006.</p>
Estágio Supervisionado IV – Ensino Fundamental	<p>Observação e análise crítica da prática docente dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na escola – campo de estágio. Elaboração de projeto/planejamento de intervenção, aplicação e execução do projeto/plano elaborado para atuação na docência nessa etapa de ensino.</p>	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BARREIRO, I. M. de F; GEBRAN, R. A. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.</p> <p>DIMENSTEIN, Gilberto. Aprendiz do futuro – cidadania hoje e amanhã. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.</p> <p>FAZENDA, I. C. A. (org.). A academia vai à escola. Campinas, SP: Papirus, 1995.</p> <p>KRAMER, Sonia (org.). Profissionais de educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.</p> <p>MORAES, G. L. de. Estágio na Licenciatura em Pedagogia: projetos de leitura e escrita nos anos iniciais. Maceió, AL: Edufal; Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>LIMA, M. S. L.; PIMENTA, S. G. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>PIMENTA, Selma G. O Estágio na Formação de Professores, unidade Teoria e Prática? 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006</p> <p>VASCONCELLOS, Celso. Construção do Conhecimento em sala de aula. SP: Libertad, 2002</p>
Estatística Educacional	<p>Estudo da importância e aplicação dos conceitos estatísticos descritivos e inferenciais básicos, na realidade de situações e problemas da realidade educacional brasileira, compreendendo a estatística como um instrumento de pesquisa educacional.</p>	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>COSTA, Sérgio Francisco. Introdução ilustrada à Estatística. Ilustrações de Maria Paula Santo, Kika e Kanton. 4. ed. São Paulo: Harba, 2005.</p> <p>CRESPO, Antonio Arnot. Estatística fácil. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>VIEIRA, Sônia; WADA, Ronaldo. O que é Estatística? São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção Primeiros passos 195).</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ARA, Amilton Braio; MUSSETI, Ana Villares; SCHNEIDERMAN, Boris. Introdução à Estatística. São Paulo: Edgar Blucher: Instituto Mauá de Tecnologia, 2003.</p> <p>BUSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>MORETTIN, Pedro A; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>SENAC. Estatística básica. Rio de Janeiro, 1998.</p> <p>TRIOLA, Mario F. Introdução à estatística: atualização da tecnologia. 11. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2013.</p>

Fonte: UFAL, 2018.

Quadro 28 – 9º PERÍODO

DISCIPLINAS	EMENTAS	REFERÊNCIAS
Sociedade e Cultura	Sociedade como lócus das relações sociais. Conceito de cultura e notas antropológicas. Reflexões sobre o conceito de sociedade e sua interface com a cultura. A indústria cultural de massa e seu lugar na sociedade capitalista. Cultura e democracia. Discussão sobre a formação sociocultural brasileira. Relações étnico-raciais no Brasil e no Nordeste.	<p>Bibliografia Básica CANCLINI, Nestor Garcia. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983. CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009. LARAIA, Roque de Barros. Cultura, um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.</p> <p>Bibliografia Complementar CHINOY, Ely. Sociedade: Uma introdução à sociologia. São Paulo. Ed. Cultrix, 2002 DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil?. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2005. FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 50ª edição. Global Editora. 2005. ORTIZ, Renato. Universalismo e diversidade: Contradições da modernidade-mundo. São Paulo: Boitempo editorial, 2015. RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p>
Saberes e Metodologias do Ensino de História 2	Estudo dos conceitos fundamentais e dos procedimentos didático-metodológicos do ensino de História com o uso de diferentes linguagens, fontes e recursos didáticos perpassando a reflexão sobre a produção didática existente, com enfoque na produção do livro didático de História no Brasil. A prática do ensino de História.	<p>Bibliografia Básica: BITTENCOURT, Circe (org.). O Saber Histórico na sala de aula. São Paulo, Contexto, 1997. FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Cortez, São Paulo, 2003. PENTEADO, Heloísa Dupas. Metodologia do Ensino de História e Geografia. São Paulo, Cortez, 1992. (Col. Magistério. 2º Grau. Série Formação do Professor).</p> <p>Bibliografia Complementar: CAIMI, Flávia Eloísa; MACHADO, Ironita A. P. & DIEHL, Astor Antônio. O livro didático e o currículo de história em transição. Passo Fundo, Ediupf, 1999. CARRETERO, Mario. Construir e Ensinar. As Ciências Sociais e a História. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997. DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. O livro de ouro da história do Brasil: do descobrimento à globalização. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. FONSECA, Selva Guimarães; COUTO, Regina Célia do. A Formação de Professores de História no Brasil: perspectivas desafiadoras do nosso tempo. Espaços de formação do professor de história. Campinas: Papius, 2008. MENDONÇA, Nadir Rodrigues. O uso de conceitos: uma questão de interdisciplinaridade. Petrópolis, Vozes, 1994.</p>
Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências 2	Estudo dos processos sociocognitivos da relação espaço-temporal, dos fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental, ressignificando o conhecimento e a construção do espaço geográfico. A prática do ensino de Ciências.	<p>Bibliografia Básica: CACHAPUZ, Antônio et al. (orgs.). A necessária renovação do ensino das ciências. São Paulo: Cortez, 2005. BIZZO, Nélío. Ciências: Fácil ou difícil? São Paulo, Editora Ática, 2002. MARTINS, I.; GOUVÊA, G.; VILANOVA, R. O livro didático de ciências: contextos de exigência, critérios de seleção, práticas de leitura e uso em sala de aula. Rio de Janeiro: [s.n.], 2012.</p> <p>Bibliografia Complementar: LABURÚ, C.; ARRUDA, S. M.; NARDI, R. Pluralismo</p>

		<p>metodológico no Ensino de Ciências. Ciência e Educação, v. 9, n. 2, 2006.</p> <p>MORTIMER, E.F.; SCOTT, P. Atividade discursiva nas salas de aula de ciências: uma ferramenta sociocultural para analisar e planejar o ensino. Investigações em Ensino de Ciências, v. 7, n. 3, 2005.</p> <p>SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>DÍAZ, A. P. Educação Ambiental como Projeto (Trad. Fátima Murad), 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>
Trabalho e Educação	Estudo da categoria Trabalho e sua relação com a gênese e função social da educação, perpassando a análise sócio-histórica nas políticas e práticas da relação trabalho e educação e seus reflexos na profissão docente.	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BERTOLDO, Edna. Trabalho e educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política. Maceió: Edufal, 2009.</p> <p>HYPOLITO, Alvaro Moreira. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. Campinas, SP: Papyrus, 1997.</p> <p>MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. 3. ed. Rio de Janeiro: JC, 1987.</p> <p>FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>CATTANI, Antônio David (org.). Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia. Petrópolis: Vozes; Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.</p> <p>MAGALHÃES, Belmira Rita da Costa; BERTOLDO, Maria Edna de Lima (org.). Trabalho, educação e formação humana. Maceió: Edufal; PPGE/CEDU, 2005.</p> <p>TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O Trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.</p>
Eletiva		

Fonte: UFAL, 2018

Quadro 29 – Eletivas

DISCIPLINAS	EMENTAS	REFERÊNCIAS
Literatura Infantil	Leitura e análise de obras da literatura infanto-juvenil voltadas para a ação e o papel do professor como leitor para/com as crianças e os alunos, visando ao tratamento didático que considere o lúdico, a literatura de tradição oral e a formação do gosto literário, desde a Educação Infantil até os anos iniciais do Ensino Fundamental.	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>COSTA, Arriete Vilela. Grande baú, a infância. Maceió: Edufal, 2006. 2 v.</p> <p>ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.</p> <p>BETLELHEIM, Bruno. Psicanálise dos Contos de Fadas. Tradução de Arlene Caetano 16. ed. Paz e Terra, 2002.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>LAJOLO, M; ZILBERMAN, R. Literatura infantil brasileira: histórias e histórias. 4. ed. São Paulo: Ática, 1988.</p> <p>MAIA, Angela Maria dos Santos; LIMA, Roberto Sarmento. Poesia é brincar com palavras: leitura do poema infantil na sala de aula. Maceió: Edufal, 2002.</p> <p>ZILBERMAN, Regina. Como e por que ler a literatura infantil brasileira. São Paulo: Objetiva, 2005.</p> <p>ALMEIDA, Maria da Glória de Souza. A importância da literatura como elemento de construção do imaginário da criança com deficiência visual. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Benjamin Constant, 2014. .</p> <p>COLLODI, Carlo. As aventuras de Pinóquio: história</p>

		de um boneco. São Paulo, SP: Cosac & Naify. RAMOS, Graciliano. Infância . 47. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2012.
Leitura e produção textual em Língua Portuguesa	Estudo, reflexão e exercício prático da leitura e da escrita na perspectiva da noção de gêneros textuais e da leitura estratégica, considerando aspectos da textualização e da gramática funcional necessários à compreensão e à elaboração de textos escritos.	Bibliografia Básica: FARACO, Carlos Alberto & TEZZA, Cristóvão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003. KLEIMAN, Ângela B. Oficina de Leitura . Campinas, SP: Pontes, 2002. LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo . São Paulo: Ática, 1993. Bibliografia Complementar: SOLÉ, Isabel. Ler, leitura, compreensão : “sempre falamos da mesma coisa?” Porto Alegre: Artmed, 2003. LEFFA, Vilson Jose. Fatores da Compreensão na Leitura . Cadernos do IL, Porto Alegre, v. 15, n. 15, p. 143-159, 1996. SOLÉ, Isabel. Estratégias de Leitura . Porto Alegre: Artmed, 1998. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola, 2008.
Educação e Movimentos Sociais	Movimentos sociais e a reconfiguração das esferas sociais na modernidade contemporânea, perpassando a dimensão educativa dos movimentos sociais e sua contribuição na formulação e implementação de políticas sociais.	Bibliografia Básica: ARROYO, M.G. Escola e Movimento social : revitalizando a escola. São Paulo: Cortez, 1987. GOHN, M. ^a da G. GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais . Paradigmas clássicos e contemporâneos. SP: Edições Loyola, 1997. MÉSZARÓS, István. Para além do capital : em direção a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002. Bibliografia Complementar: MÉSZARÓS, István. O Poder da ideologia . SP: Boitempo, 2012. MORISSAWA, Mitsue. A História da Luta pela terra . SP: Expressão Popular, 2001. SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide (orgs.). Educação popular e movimentos sociais . João Pessoa, Paraíba: EFPB, 2006. BUAINAIN, Antônio Márcio. Agricultura, instituições e desenvolvimento sustentável . Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2008. COUTINHO, Adelaide Ferreira. Políticas educacionais e ONGs . São Luís, Maranhão: Edufma, 2008.
Introdução à Educação a Distância	Estudo da legislação, importância, perspectivas, dificuldades desafios na prática educativa, na modalidade a distância. Interatividade na aprendizagem e na formação de professores nos diferentes ambientes virtuais.	Bibliografia Básica: COLL, César; MONEREO, Charles (e colaboradores). Psicologia da Educação Virtual : aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. São Paulo: Edições Loyola, 2011. LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos (orgs.). Educação a Distância : o estado da arte. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. SILVA, Marco (org.). Educação online : teorias, práticas, legislação, formação corporativa. São Paulo: Edições Loyola, 2006. Bibliografia Complementar: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos (orgs.). Educação a Distância : o estado da arte (volume 2). 2.

		<p>ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.</p> <p>MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2010.</p> <p>CARLINI, Alba L.; TARCIA, Rita M. 20% a distância e agora? Orientações práticas para o uso de tecnologia de educação a distância no ensino presencial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.</p> <p>MILL, Daniel; RIBEIRO, Luis R; OLIVEIRA, Marcia R. (orgs.). Polidocência na educação a distância: múltiplos enfoques. São Carlos: Edufscar, 2010.</p> <p>TORI, Romero. Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Senac, 2010.</p>
Educação e Meio Ambiente	<p>Estudo da dinâmica histórica da relação sociedade e natureza, compreendendo as tendências recentes do movimento ambientalista, no bojo dos movimentos sociais, das teorias e das políticas ambientais, perpassando a dimensão ambiental da educação, suas concepções, diretrizes e ações formadoras da responsabilidade ética dos sujeitos coletivos na gestão ambiental.</p>	<p>Bibliografia Básica</p> <p>BARCELOS, V. Educação Ambiental: sobre princípios, metodologias e atitudes. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>BOFF, L. A opção Terra: a solução para a Terra não caiu do céu. Rio de Janeiro: Record, 2009.</p> <p>GUATARRI, F. As três ecologias. 20ª Ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2009.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>MORAES, Antônio Carlos Robert. Meio Ambiente e Ciências Humanas. São Paulo, HUCITE: 1994.</p> <p>MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente. Campinas, SP: Papirus, 1997 (Coleção Práxis)</p> <p>QUINTAS, José da Silva. A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. Brasília: IBAMA, 1995.</p> <p>RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). Educação Ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>SEABRA, G. (Org.) Educação Ambiental no mundo globalizado: uma ecologia de riscos, desafios e resistência. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011.</p>
Educação e Gênero	<p>Estudo das relações entre gênero e educação e do processo de feminização do magistério, suas consequências sobre a organização do trabalho escolar e a identidade coletiva e individual docente.</p>	<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo. Cortez: Campinas: Editora da Unicamp: 1955.</p> <p>BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Gênero e educação: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas. São Paulo. Editora Ícone. 2007.</p> <p>FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ, Vozes: 1998 (Coleção Estudos Culturais em Educação).</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>HIRATA, Helena. "Globalização e divisão sexual do trabalho". In: Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, Unicamp, 2002.</p> <p>SOUZA, Érica Renata. "No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais". In: Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, Unicamp: 2002.</p> <p>VIANA, Cláudia Pereira. "O sexo e o gênero da docência". In: Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de</p>

		Gênero. São Paulo, Unicamp, 2002.
Educação e Diversidade Étnico-Racial	Estudo da formação sociocultural da sociedade brasileira e, particularmente, da sociedade alagoana, perpassando a instituição escolar enquanto espaço de relações étnico-raciais em permanente socialização e a reconceitualização.	<p>Bibliografia Básica: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004. BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SILVEIRA, Maria Helena Vargas de. O Programa Diversidade e a construção de uma política educacional antirracista. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2007. GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz (orgs.). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.</p> <p>Bibliografia Complementar: MATOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. SP: Contexto, 2011. QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). Raça e diversidade São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996. DAVIS, Darien J. Agro-brasileiros hoje. São Paulo, Selo Negro, 2000. MEC-SECADI/UNESCO. O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional antirracista. Brasília, DF: MEC-SECADI/UNESCO, 2006. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. Escravidão. Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH, V. 26, n. 52, jul.-dez. 2006.</p>
Tópicos de História da Educação em Alagoas	Estudo sobre a trajetória da educação em Alagoas, do Império à República, com enfoque nas políticas públicas, na legislação educacional, nas ideias e teorias pedagógicas (e na expressão dessas através dos recursos didáticos: obras didáticas e métodos de ensino), na biografia de educadores alagoanos, nas instituições educacionais públicas, particulares e filantrópicas, e na educação superior.	<p>Bibliografia Básica: ALMEIDA, Luiz Sávio de. SILVA, Amaro Hélio Leite da. (orgs.). Índios de Alagoas: cotidiano, terra e poder. Vol. XI. Índios do Nordeste. Maceió, Alagoas: Edufal, 2009. CAETANO, Antônio Filipe Pereira (org.). Alagoas Colonial: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando Administrações (Séculos XVII-XVIII). Edufpe, 2012. COSTA, Craveiro. Instrução pública e instituições culturais de Alagoas. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.</p> <p>Bibliografia Complementar: VERÇOSA, Élcio de Gusmão (orgs.). Caminhos da educação em Alagoas: da Colônia aos tempos atuais. Maceió, Edições Catavento, 2001. VERÇOSA, Élcio de Gusmão. Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias. 3. ed. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 2001. SILVA, Elza Maria da. A Educação Infantil em Alagoas: (re)construindo suas raízes. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL. Maceió: UFAL, 2003. Mimeo.</p>
Educação e Economia	A relação entre Educação e Economia, sobretudo na sociedade capitalista. Análise dos princípios da Economia e os reflexos na Educação.	<p>Bibliografia Básica: CARNOY, Martim. Educação, Economia e Estado. São Paulo: Cortez, 1990. FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989. FRIGOTTO, G;/.JMN Forense, 2002. NETO, Artur Bispo dos Santos. Capital e trabalho na formação econômica do Brasil. São Paulo: Instituto</p>

		Lukács, 2015. Disponível em: < http://docs.wixstatic.com/ugd/46e7eb_469a5d19fa2f427abf1df0b48aa891d4.pdf >.
Organização e Gestão dos Processos Educativos	Estudo dos fundamentos, princípios e mecanismos da gestão educacional em todos os níveis, das relações escola-comunidade e sistemas de ensino e da organização dos processos educativos escolares e não escolares.	<p>Bibliografia Básica: HORA, D. L. da. Gestão Educacional Democrática. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007 (Coleção Educação em Debate). LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. de (orgs.). Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. GADOTTI, M. Organização do Trabalho na Escola. São Paulo: Ática, 1999.</p> <p>Bibliografia Complementar: NÓVOA, A. As organizações escolares em análise. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991. PADILHA, P. R. Planejamento Dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo, Cortez. Instituto Paulo Freire, 2002. LUCK, H. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008 (Coleção educação contemporânea). VIEIRA, S. L. Educação básica: política e gestão da escola. Fortaleza: Líber Livro, 2008 (Coleção Formar).</p>
Corporeidade e Movimento	Estudo teórico-prático do fenômeno da corporeidade e a experiência fenomenológica do corpo em movimento a partir da experiência vivida, compreendendo o corpo como modo de ser no mundo.	<p>Bibliografia Básica: ASSMANN, H. Paradigmas educacionais e corporeidade. Piracicaba: Unimep, 1995. GONÇALVES, M. A. S. Sentir, pensar, agir. Campinas: Papirus, 1994. MATURANA, H.; VARELA, F. A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano. Campinas, SP: editorial Psy II, 1995. MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1994.</p> <p>Bibliografia Complementar: MONTAGU, A. Tocar o significado humano da pele. São Paulo: Summus, 1989. WEIL, Pierre e TOMPAKOU, Roland. O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação. Petrópolis, Vozes, 1990. FREITAS, Giovanina Gomes de. O esquema corporal, a imagem corporal, a consciência corporal e a corporeidade. Ijuí: Editora Unijuí, 2002. OLIVEIRA, Vera Barros de. O símbolo e o brinquedo: a representação da vida. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. REDIN, Euclides. O espaço e o tempo da criança: se der tempo, a gente brinca! Porto Alegre: Mediação, 1998. (Cadernos de Educação Infantil). V. 6.</p>

Fonte: UFAL, 2018.

d) Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) do Curso de Pedagogia Licenciatura, do *Campus* de Arapiraca, são regulamentadas pela Resolução nº 3, de 8 de

outubro de 2014, do Colegiado do Curso de Pedagogia, *Campus* Arapiraca. A Comissão de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs), em consonância com o Colegiado do Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* de Arapiraca, no uso de suas atribuições e considerando a exigência do curso, em cumprimento, por parte dos discentes, de 200 (duzentas) horas de AACCs; considerando a Resolução 32/2005 – CEPE, que estabelece os componentes curriculares comuns para os cursos de formação de professores da UFAL a partir do ano letivo de 2006; considerando as diretrizes estabelecidas pelo, então, Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPP), avalia que as AACCs, quando articuladas ao processo formativo do discente, enriquecem a sua formação como futuro professor e que estas podem ser oferecidas pelos professores do curso de Pedagogia Licenciatura, por professores de outros cursos e por outras instituições.

A Resolução nº 3, de 8 de outubro de 2014, do Colegiado do Curso de Pedagogia, *Campus* Arapiraca, resolveu, em seu art. 1º: “Estabelecer em sua área de competência, como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs), aquelas consideradas relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular do seu curso, os saberes e as habilidades necessárias à sua formação”, sendo os documentos comprobatórios apresentados pelos discentes, analisados pelos docentes e homologados pelo Colegiado do Curso.

No art. 2º, o documento normativo estabelece que:

As AACCs serão desenvolvidas semestralmente no decorrer do vínculo do discente com o Curso; e sobre a integralização da matriz curricular, apresenta em seu art. 3º “o discente deverá, obrigatoriamente, apresentar, no mínimo, duas atividades de naturezas distintas, sejam de Ensino, Pesquisa, Extensão ou de Gestão, não podendo o somatório das atividades de uma mesma natureza ultrapassar a carga horária de 100 horas”.

São atividades científicas, acadêmicas e culturais que, articuladas ao processo formativo do discente, enriquecem sua formação como futuro professor. Tais atividades podem ser oferecidas pelos professores do curso de Pedagogia, por professores de outros cursos e por outras instituições, como já visto. São previstas 200 (duzentas) horas de atividades a serem cumpridas pelo discente, a partir do início de seu curso de graduação.

No intuito de imprimir dinamicidade à realização desse projeto político-pedagógico, os graduandos desenvolverão atividades nas seguintes instâncias e espaços acadêmicos:

1. Nos núcleos temáticos;
2. Nos programas de extensão
3. Nos programas de iniciação científica;
4. Nos programas de monitoria;
5. Nos estágios não obrigatórios;
6. Na participação em eventos científicos e alternativas de caráter científico,

político, cultural e artístico.

e) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é um trabalho de pesquisa realizado individualmente em nível de Iniciação Científica, apresentado sob a forma de monografia ou artigo, em consonância com as normas metodológicas das comunicações científicas, conforme o que estabelece a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigente, apoiado no Código de Ética e nas orientações do professor orientador.

O TCC caracteriza-se como uma atividade curricular obrigatória para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia e tem como objetivos: estimular a produção científica dos acadêmicos, fomentar um processo de reflexão em torno da formação profissional vivenciada no curso, de modo a compreender as diferentes situações presentes na prática profissional, e possibilitar aos acadêmicos a demonstração do grau de conhecimento adquirido e a capacidade de aprofundamento temático em sua área de formação.

Trata-se de um componente curricular obrigatório do Curso, com carga horária total de 80 (oitenta) horas. Todavia, embora o TCC não se constitua como disciplina, conforme disposto na resolução CEPE 25/2006, no último período do curso há a destinação de carga horária fixa semanal de 4h para oportunizar a sua efetiva elaboração até a conclusão do curso. É um trabalho de aprofundamento teórico ou teórico/prático, tendo como foco uma das áreas específicas da Pedagogia.

O aluno deverá obedecer aos critérios de avaliação estabelecidos pela legislação vigente, mediante a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso¹⁶, definido pelo aluno em paralelo ao desenvolvimento da disciplina Pesquisa Educacional. Este deve ser concluído e entregue na metade do último semestre letivo de conclusão do Curso, apresentado em seminários temáticos organizados pelo Colegiado do Curso para uma banca avaliadora, no final do referido semestre.

O trabalho é orientado pelos professores do curso, lotados na área de preferência do aluno, a partir da definição do trabalho. Após sua conclusão, o aluno deverá apresentar seu trabalho de conclusão de Curso à Biblioteca do *Campus* Arapiraca, seguindo as Orientações Normativas nº 1, de 14 de abril de 2016¹⁷.

¹⁶Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso: <http://www.ufal.edu.br/arapiraca/graduacao/pedagogia/documentos>

¹⁷<http://www.ufal.edu.br/arapiraca/institucional/biblioteca/orientacao-normativa-001-de-14-de-abril-de-2016/view>.

f) Ações de Extensão

A partir de 2014, a Extensão passa a ser um componente curricular obrigatório. Os cursos devem destinar, em sua matriz curricular, 10% da carga horária total do curso para tais atividades. Assim, cada Unidade deverá ter um Programa de Extensão e submetê-lo à Pró-Reitoria de Extensão da UFAL, contendo: projetos de extensão, cursos de extensão, produto acadêmico ou eventos. Aqui, destaca-se a necessidade de cumprir o que preconiza o Plano Nacional de Educação e as normativas da UFAL.

A atual política nacional extensionista é o resultado de um longo processo de discussões, estudos e debates, e tem como marco de sua gênese a análise do Plano Nacional de Extensão de 1999, seus limites e potencialidades. As análises conclusivas foram apresentadas no XXVI Encontro Nacional do FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão), em 2009, realizado na cidade do Rio de Janeiro, e no XXVII Encontro Nacional FORPROEX, realizado em Fortaleza (CE), em julho de 2010, quando o documento foi amplamente discutido. Incorporadas às contribuições dos representantes das Universidades públicas signatárias, a Política foi aprovada no XXXI Encontro Nacional do FORPROEX, realizado em Manaus (AM), em maio de 2012.

Apesar desse atraso histórico em relação à consolidação de sua política, a Extensão no Brasil tem um caminho acadêmico reconhecido no documento “Política Nacional de Extensão Universitária”, elaborado no FORPROEX (2012), a saber:

A prática de atividades de Extensão Universitária, no Brasil, remonta ao início do século XX, praticamente coincidindo com a criação do ensino superior. Suas primeiras manifestações foram os cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos na década de 1920. No primeiro caso, a influência veio da Inglaterra; no segundo, dos Estados Unidos.

Registra-se, também, no documento acima referido, outro marco histórico das ações extensionistas no Brasil, no final da década de 1950 e início da de 1960, quando universitários brasileiros, reunidos na União Nacional dos Estudantes (UNE), organizaram movimentos culturais e políticos reconhecidos como fundamentais para a formação das lideranças no País, além de demonstrar forte compromisso social e buscar uma atuação interprofissional, por meio de metodologias que possibilitavam a reflexão sobre a sua prática. Não obstante o dinamismo que imprimiu à sociedade civil brasileira, o movimento estudantil daquela época,

com a escalada da ditadura militar no Brasil, sofreu o impacto da desmobilização política e social que resultou no atraso da institucionalização da Extensão Universitária.

Assim, no interior do regime instalado, as ações extensionistas foram promovidas com profundas modificações distanciadas das reformas de base. Como exemplo, indica-se a criação, em 1966, do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e do Projeto Rondon. Apesar de sua subordinação à política de segurança nacional, esses dois projetos propiciaram ao universitário brasileiro experiências junto às comunidades do interior do Brasil.

Tratando-se, especificamente, do marco legal da Extensão Universitária, seus primeiros registros oficiais localizam-se no Estatuto da Universidade Brasileira/Decreto-Lei 19.851, de 1931, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 4.024, de 1961, centrados na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência. A Reforma Universitária de 1968, Lei 5.540, tornou a Extensão obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior e nas universidades, como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade.

Nos anos 80, com o processo de abertura política rumo à democracia, é possível vislumbrar uma nova concepção para a universidade brasileira, sua relação com a sociedade e o papel da Extensão. Nesse momento é criado, em reunião na UnB, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (1987), o qual expressa um novo conceito de Extensão no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão.

Em 1988 é aprovado na Constituição Nacional o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, expresso no art. 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Por sua vez, o Plano Nacional de Extensão de 1988 apresenta o conceito de Extensão, desenvolvido pelo Fórum, explicitando sua *praxis* nos princípios da indissociabilidade e ação transformadora, com interação social e interdisciplinar.

A Política Nacional de Extensão é pactuada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), reunidas desde a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em novembro de 1987. A partir de então é definido um conceito amplo de Extensão Universitária:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora

entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, o acadêmico e o popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987 *apud* PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012, p. 9).

O Plano Nacional de Extensão (2012) define e apresenta as **Diretrizes para a Extensão Universitária** que devem estar presentes em todas as ações de Extensão e que podem ser, didaticamente, explicitadas em quatro eixos:

- Impacto e transformação;
- Interação dialógica;
- Interdisciplinaridade;
- Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão.

Os “Parâmetros teórico-metodológicos para a Curricularização e Creditação da Extensão na UFAL”, de março de 2018, e a Resolução nº 4/2018 – COSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, orientam e regulam, respectivamente, as ações de Extensão como componente curricular obrigatório nos PPCs dos cursos de graduação da UFAL.

Nessa direção, as Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) no Curso de Pedagogia da UFAL/*Campus* de Arapiraca serão contempladas, junto às ações de ensino e de pesquisa, na forma de dois programas de extensão, utilizando projetos de extensão, cursos de extensão, eventos e atividades de disciplinas para a sua execução, implicando, pelo menos, 10% da carga horária do curso, ou seja, 340 horas. Os dois programas foram delineados na seguinte configuração: 1 – Temas Atuais em Educação e Práxis Pedagógica; 2 – Arte, Cultura e Educação em Alagoas.

Estes dois Programas abarcarão as diferentes ACEs e serão ofertados mediante quatro componentes curriculares, o primeiro com 100h e os demais com 80h, nomeados de Ações de Extensão 1A e 1B (no segundo e terceiro períodos) e Ações de Extensão 2A e 2B (no sexto e sétimo períodos). De acordo com a Resolução nº 4/2018 – COSUNI/UFAL, os projetos ofertados deverão ter duração de um ano; por conta disto, sua oferta foi pensada em períodos subsequentes. Para acompanhamento e organização da oferta das ações de extensão

vinculadas aos dois Programas de Extensão do curso de Pedagogia foi instituída a Coordenação dos Programas de Exyensão do curso de Pedagogia, que será assumida por um docente do curso.

Programas de Extensão do Curso de Pedagogia

Quadro 30 – Programa de Extensão Temas Atuais em Educação e Práxis Pedagógica

Ementa: Ações e estudos sobre temas relevantes para a Educação do século XXI que ofereçam subsídios para uma prática educativa que favoreça a democratização do acesso ao conhecimento, a emancipação humana e a melhoria da qualidade de vida. Serão explorados através de diferentes ACEs temas como: novas tecnologias da informação e comunicação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental; ética profissional; entre outros.		
Objetivo: Propocionar estudos, pesquisas e intervenções sobre temário contemporâneo que contribua com a formação dos estudantes da Pedagogia, das licenciaturas diversas e dos profissionais de educação atuantes em espaços educativos, valorizando o intercâmbio de saberes entre a universidade e o futuro campo de atuação profissional dos licenciandos, construído com o estabelecimento da práxis pedagógica.		
Público-alvo: Discentes do curso de Pedagogia e demais licenciaturas da UFAL, discentes, docentes e coordenadores pedagógicos de escolas da Educação Básica.		
ACEs relacionadas:		
Tipo de Atividade e título	Objetivo	Metodologia/Público-alvo
1. Evento: Semana Pedagógica	Planejar e realizar o evento de socialização da práxis pedagógica dos resultados dos diversos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidos por docentes e discentes do curso de Pedagogia.	Organização, desenvolvimento, avaliação do evento e do impacto na formação do discente.
2. Evento: Seminário de Estágio	Planejar e realizar o evento de socialização da práxis pedagógica no campo de estágio supervisionado.	Organização, desenvolvimento, avaliação do evento e do impacto na formação do discente.
3. Projeto: Práticas de letramento para formação de alunos leitores	Proporcionar aos alunos do Ensino Fundamental as contribuições do letramento no processo de aprendizado da leitura.	Estudos de base teórica para compreender as práticas de letramento e a formação de leitores; ampliar os conhecimentos do aluno graduando orientando-o para pesquisar; discutir e analisar as bases do letramento para o ensino da leitura; observação do trabalho docente e elaboração do planejamento das aulas; acesso aos mais diversos gêneros textuais.
4. Projeto: Diversidade: Meu Lugar Social	Desenvolver ações educativas sobre a temática da Diversidade Sexual nos espaços educativos da cidade de Arapiraca e adjacências.	Estudos teóricos e biográficos, elaboração de materiais informativos e didáticos, de eventos como debates e feiras de conhecimentos sobre temas relacionados.
5. Curso: Leitura e Produção Multimodal	Estudar os fundamentos teórico-práticos da Multimodalidade relacionada ao Ensino de conteúdos específicos.	Desenvolver sequências didáticas e elaborar recursos didáticos com base nos conhecimentos sobre os conceitos da Multimodalidade.

6. Projeto: Ética Profissional do Servidor Público	Desenvolver ações educativas que orientem e aconselhem a comunidade universitária e comunidades escolares sobre a ética profissional do servidor no tratamento com as pessoas, os colegas de trabalho e com o patrimônio público.	Encontros formativos sobre as Regras Deontológicas e ampla divulgação do Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e decretos das demais instâncias do Executivo.
7. Evento: Ciclo de debates sobre o Significado da Vida no Sistema do Capital	Planejar e realizar evento sobre diversos temas, como o desenvolvimento sustentável, o feminicídio, o acesso aos bens culturais, entre outros, sob a perspectiva crítica a respeito interesses do capital.	Organização, desenvolvimento, avaliação do evento e do impacto na formação do discente e do público em geral.
8. Trabalho e Educação: contribuições dos saberes pedagógicos para a formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas do campo	Fomentar a formação política e pedagógica dos universitários, bem como contribuir com a formação continuada dos professores das escolas do campo, por meio do intercâmbio de saberes teóricos e práticos, produzidos na universidade e nas escolas.	Encontros formativos: palestras, seminários e oficinas.

Fonte: UFAL, 2018.

Quadro 31 – Programa de Extensão Arte, Cultura e Educação em Alagoas

Ementa: Ações e estudos que democratizem a vivência da arte e do fazer artístico através das diversas linguagens artísticas, contribuindo para a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País (diretriz do PNE) e o desenvolvimento de habilidades críticas e artísticas sobre as obras de arte.		
Objetivos: Estimular e viabilizar a vivência cultural do público envolvido; desenvolver habilidades relacionadas à apreciação das obras de arte; socializar o acesso aos bens culturais produzidos no Estado, no País e no mundo.		
Público-alvo: Discentes do curso de Pedagogia e demais licenciaturas da UFAL, discentes, docentes e coordenadores pedagógicos de escolas da Educação Básica.		
ACEs relacionadas:		
Tipo de Atividade e título	Objetivo	Metodologia/Público-alvo
1. Projeto: Cine Arte Realidade	Promover o desenvolvimento da sensibilidade e da percepção artística e a problematização de temáticas históricas, sociais, ambientais e econômicas, cujas consequências de suas manifestações atuais tornaram urgente sua discussão e superação.	O projeto irá realizar uma sequência de exibição de filmes, em torno da qual se organizará a tematização dos eixos de debates propostos, em uma escola pública de Arapiraca e no <i>Campus UFAL Arapiraca</i> .
2. Projeto: Luz, Câmera... Contação!!!	Desenvolver espetáculos de Contação de Histórias a partir da elaboração de recursos artísticos e tecnológicos.	Oficinas de elaboração de materiais cenográficos, uso de tecnologias, pesquisa de histórias universais e da cultura alagoana. Apresentações em comunidades locais e escolas.
3. Projeto: A Escola como Palco	Promover a valorização da cultura popular alagoana nas escolas municipais de Arapiraca e cidades vizinhas.	Pesquisas, estudos e produção de registros e eventos sobre as manifestações culturais de Alagoas.
4. Projeto: Artes Plásticas em Alagoas	Elaborar material didático para subsidiar atividades educativas nos diversos espaços educativos da	Pesquisas, estudos e produção de material didático interativo sobre a produção alagoana no

	cidade.	campo das artes plásticas. Desenvolvimento de cursos de atualização. Implementação de ciclos de debates com artistas alagoanos.
5. História do trabalho no Brasil contada pelo cinema brasileiro	Ampliar o conhecimento histórico de estudantes jovens e adultos do ensino noturno da educação básica sobre as relações de trabalho no Brasil, contada pelo cinema brasileiro, visando ampliar a possibilidade do debate crítico sobre temas atuais relacionados à situação dos trabalhadores na contemporaneidade.	Breve estudo histórico sobre a produção de riqueza no processo de formação da sociedade brasileira; realização de sessões de cinema com filmes brasileiros que retratem elementos da história do trabalho no Brasil e debates que envolvam os estudantes da UFAL e os estudantes de escolas de educação básica, turno noturno, especialmente os da Educação de Jovens e Adultos.
6. Vamos viajar? Vivência, Arte e criação, um mundo de diversão!	Impactar estudantes da educação básica por intermédio visitação em espaços educativos que apresentem intervenções científicas, artística e culturais, embasadas em uma metodologia criativa e integradora, propiciando a vivência da Arte.	Estudo prévio sobre o espaço que estarão visitando, munido de um “caderno de bordo”, fará anotações, esboços, assim como registros fotográficos do espaço, constituindo assim a primeira fase do trabalho. No segundo momento, haverá exposição e socialização das ações desenvolvidas, a partir do registro dos grupos em formato de seminário.

Fonte: UFAL, 2018.

g) Flexibilização curricular

A flexibilização curricular tem de ser entendida claramente nos seus porquês, nos seus conteúdos científico-culturais, nos seus modos/caminhos de concretização, nas subjetividades dos sujeitos que fazem parte dos processos pedagógicos nas mais diversas instâncias do currículo, e na sua perspectiva de materializar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (FORGRAD, 2003, p. 3).

A interdisciplinaridade e a flexibilização curricular podem se desenvolver a partir de atividades, projetos de ensino e aprendizagem ou eixos que integram os componentes curriculares. Os conteúdos dos componentes curriculares devem ser compatíveis com o perfil definido para o egresso. As iniciativas de capacitação prática complementar à teoria, como visitas técnicas, eventos de capacitação promovidos intra e extracampus, atividades de pesquisas aplicadas em instituições públicas locais, entre outras, devem ser citadas.

Nesse aspecto, as atividades complementares de graduação, semipresenciais, projetos de ensino e aprendizagem, estágios, aproveitamentos de estudo, de extensão, e pesquisa, práticas, além de proporcionar a relação teoria e prática, devem conferir ao currículo a

flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil de um egresso generalista e humanista.

Desde o início do curso de Pedagogia no *Campus* Arapiraca, diversos projetos de Extensão foram desenvolvidos, discutindo temáticas diversas como promoção da saúde, formação de professores em conteúdos específicos, acesso a manifestações culturais e produções artísticas, entre outros. No quadro abaixo, apresentam-se alguns destes projetos:

Quadro 32 – Ações de Extensão realizadas ao longo da existência do curso de Pedagogia

Ano	Tipo de ação	Área Temática	Título da ação	Professor (a) Coordenador (a)
2011	Projeto	Educação	A Influência da Gestão Escolar na Construção da Consciência Inclusiva: um Estudo sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência na Rede Pública de Ensino em Arapiraca	Lívia Guedes
2011	Projeto	Educação	O perfil da profissão docente na educação básica: contribuições da pesquisa-ação para uma intervenção na realidade do professor da rede pública urbana de Arapiraca-AL	Aline Nomeriano
2011	Projeto	Educação	Educação ambiental e sustentabilidade: a construção de práticas pedagógicas e sociais sustentáveis numa escola de Arapiraca	Luciano Moreira
2011	Projeto	Educação	O que se aprende no campo, o que se aprende na escola: análise do saber biológico popular e do conhecimento biológico formal construído no município de Arapiraca	Talvanes Maceno
2011	Projeto	Educação	O professor como sujeito que avalia e busca atualizar sua prática docente: contribuições da pesquisa-ação para a qualificação da ação pedagógica na educação básica	Severina M. Lessa de Moura
2011	Projeto	Educação	Protagonismo Juvenil: o adolescente como agente social	Sarah Lollato
2012	Curso	Educação	Estudos Pibidianos – Oficinas Temáticas – 1ª Edição	Tereza Albuquerque
2012	Evento	Educação	Ciclo de Debates sobre Educação em Valores Humanos	Lívia Guedes
2012	Evento	Educação	I Encontro Pedagógico	Tereza Albuquerque
2012	Projeto	Educação	Protagonismo Juvenil: participação discente na gestão democrática da escola pública	Sarah Lollato
2012	Projeto	Educação	Conselho escolar: um espaço de participação da comunidade no planejamento e gestão do trabalho escolar	Maria Gorete de Amorim
2012	Projeto	Educação	Perspectivas metodológicas para o ensino da disciplina Química: a pesquisa-ação como instrumento de qualificação do ensino básico	Severina M. Lessa de Moura
2013	Curso	Educação	Ação I – Formação para Educadores do Campo: Jogos Didáticos para o Ensino de Ciências nos Anos Iniciais	Tereza Albuquerque
2013	Evento	Educação	VI Seminário de Estágio: a escola pública como campo de estágio supervisionado: experiências e reflexões	Ana Carolina Gléria
2013	Evento	Educação	2º Encontro Pedagógico: a atuação do Pedagogo na contemporaneidade	Lívia Guedes
2013	Evento	Educação	Cine Psi	Sarah Lollato

2013	Curso	Educação	Estudos Pibidianos – Oficinas Temáticas – 2ª Edição	Tereza Albuquerque
2013	Evento	Educação	Diálogos pedagógicos: educação e consciência negra	Aline Nomeriano
2013	Evento	Educação	Ciclo de Palestras sobre Conselho Escolar no Planejamento e Gestão do Trabalho na Escola	Lívia Guedes
2013	Projeto	Trabalho	Qualidade de vida dos trabalhadores da segurança pública de Alagoas	Ricardo da Silva
2013	Projeto	Educação	Conselho Escolar: um espaço de formação de graduandos da educação e conselheiros escolares.	Maria Gorete de Amorim
2014	Projeto	Educação	Educação e Formação Humana	Neila Reis
2014	Projeto	Trabalho	Diagnóstico da qualidade de vida e as condições de trabalho e saúde dos operadores da segurança pública do Estado de Alagoas	Ricardo da Silva
2016	Projeto	Educação	Discutindo a diversidade sexual e a diversidade étnico-racial na escola	Ivanderson Pereira
2018	Projeto	Cultura	O Guerreiro Alagoano na Escola Municipal Manoel Humberto da Costa: História, Memória e Sabedoria	Rosemeire Costa
2018	Projeto	Educação	Construção de propostas didáticas de Ensino de ciências com enfoque CTSA a partir de conteúdos audiovisuais: uma experiência com a sala de aula invertida	Ivanderson Pereira
2018	Projeto	Cultura	Cine Arte Realidade	Talvanes Maceno
2018	Projeto	Trabalho	Peneirar para fortalecer: implantação de empreendimento solidário nas comunidades do município de Coité do Noia/AL	Jane Marinho
2018	Projeto	Educação	Educação como instrumento de controle de <i>parasitosis intestinalis</i> em crianças do Ensino fundamental I, no município de Arapiraca/AL	Solma Baltar

Fonte: UFAL, 2018

h) Estágios supervisionados

O estágio de estudantes é regulamentado pela Lei 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, que logo em seu art. 1º define estágio como “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular [...]” (BRASIL, 2008).

No âmbito da Universidade Federal de Alagoas, a Resolução 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação, tendo “caráter formativo, que pode ser obrigatório ou não obrigatório”, constituindo parte dos processos de aprendizagem que integram os Projetos Pedagógicos dos Cursos. Assim, esses e outros aparatos, tanto da legislação nacional quanto dos documentos reguladores desse componente curricular na UFAL, demandam organização e sistematização para que o estágio seja o lugar em que deve ocorrer a conectividade entre teoria e prática.

Visando atender às demandas decorrentes do estágio obrigatório ou não obrigatório, o Colegiado do Curso de Pedagogia instituiu uma coordenação específica responsável pela execução da política de estágio, centrada no desenvolvimento de programas, de projetos e no acompanhamento semestral dos planos de estágios.

À coordenação de estágio supervisionado compete realizar reuniões, discutir estratégias e metas a cada semestre letivo, em conjunto com os professores orientadores. É importante destacar que no percurso acadêmico, as reflexões desenvolvidas através das ações em estágios são compactadas em registros, tais como portfólios, relatórios ou outros suportes documentais. Os professores orientadores têm organizado e participado do Seminário de Estágio, realizado no Curso desde 2001, divulgando os produtos científicos resultantes das pesquisas e também os materiais didático-pedagógicos elaborados e utilizados pelos estagiários nas escolas-campo.

Os professores orientadores de estágio do Curso de Pedagogia ministram a disciplina também em outras licenciaturas. Isso tende a enriquecer as atividades propostas para as séries iniciais do ensino fundamental, visto que as contribuições de estudantes das áreas de Matemática, Química, Física, Ciências Biológicas e Educação Física auxiliam as ações dos futuros pedagogos.

O Estágio Curricular Supervisionado está distribuído em 400h de atividades efetivas e visa preparar o estudante para articular teoria e prática, indo além de métodos e técnicas de trabalho. É entendido como um campo de conhecimento e espaço de formação docente que deverá ter como eixo a pesquisa da prática pedagógica. Tem oferta garantida a partir 5º período, quando os princípios e fundamentos da docência já foram tratados no conjunto das disciplinas do curso ministradas até então. Assim, a distribuição das modalidades se dá a partir dos domínios necessários sobre as abordagens teóricas específicas, a saber: Estágio Supervisionado I – Gestão Escolar; Estágio Supervisionado II – Educação Infantil; Estágio Supervisionado III – Educação de Jovens e Adultos (EJA); Estágio Supervisionado IV – Ensino Fundamental I.

De acordo com as modalidades previstas neste documento, os projetos de estágio são elaborados para estimular o desenvolvimento “de um olhar sensível e interpretativo às questões da realidade”, permitindo que os acadêmicos adquiram uma percepção das dificuldades que as escolas da educação básica enfrentam cotidianamente. Conforme ensinam as pesquisadoras Pimenta e Lima (2010), isso significa que a postura investigativa contribui bastante para aproximar a rede de educação básica da universidade, garantindo uma boa

formação pedagógica, pautada pelas habilidades e competências exigidas para o exercício da docência.

O processo de intervenção na prática educativa nas escolas-campo deve ser compatível com as condições teóricas de conhecimento do estudante, exercitando o comportamento ético-profissional. Desse modo, as oportunidades educativas proporcionadas pelo Estágio Supervisionado, além de pautadas na articulação entre teoria e prática, devem contribuir para melhorar a qualidade do ensino.

Objetivos do Estágio Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado tem por objetivos facultar ao futuro profissional, licenciado em Pedagogia:

- Desenvolver competências necessárias à atuação profissional na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e na Gestão Escolar;
- Realizar observação, registro e análise de situações em sala de aula e de gestão educacional;
- Participar efetivamente no trabalho pedagógico para a promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento, nos diversos níveis e modalidades de processos educativos;
- Desenvolver projetos de atividades educacionais e/ou de investigação, problematização, análise e reflexão teórica a partir de realidades vivenciadas.

Organização Curricular do Estágio Supervisionado

Estágio Supervisionado I (100 horas) – Gestão Escolar

Os licenciandos deverão realizar observação e análise crítica de instituições da educação escolar e não escolar na sua globalidade e da organização e gestão dos processos educativos nela vivenciados. Levantamento de prioridades, elaboração, aplicação e execução de plano de atuação no campo de estágio.

Estágio Supervisionado II (100 horas) – Educação Infantil

Observação e análise crítica da prática docente em escola e ou Centros de Educação Infantil. Elaboração de projeto/planejamento da intervenção na escola. Aplicação e execução do projeto/plano elaborado para a atuação na escola.

Estágio Supervisionado III (100 horas) – Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Observação e análise crítica da prática docente na Educação de Jovens e Adultos. Elaboração de projeto/planejamento da intervenção, aplicação e execução do projeto/plano elaborado para a atuação na docência nessa etapa de ensino.

Estágio Supervisionado IV (100 horas) - Ensino Fundamental I

Observação e análise crítica da prática docente dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental). Elaboração de projeto/planejamento da intervenção na escola. Aplicação e execução do projeto/plano elaborado para a atuação na escola.

5 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A metodologia adotada no Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus Arapiraca*, prevê a indissociabilidade entre *ensino, pesquisa e extensão*. Tal direcionamento pode ser observado, por exemplo, nos desdobramentos das atividades propostas em sala de aula, as quais, em sua maioria, valem-se da pesquisa de ambientes escolares da Educação Básica e se refletem em ações de extensão suscitadas pelos dados coletados e analisados nestas investigações.

Igualmente, à luz de referenciais científicos, a formação dos discentes é permeada pelo direcionamento interdisciplinar e transversal, de forma a levar os discentes a construir elementos voltados ao desenvolvimento da pessoa e à sua inserção na sociedade e qualificação para o trabalho.

De acordo com essa concepção, a proposta visa a um diálogo entre as distintas áreas do conhecimento da Educação e da Pedagogia, com componentes curriculares relacionados aos fundamentos da educação, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual,

religiosa, de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

O conhecimento teórico alia-se à prática, na adoção de metodologias ativas. Busca-se, ainda, promover o entrelace de docentes e discentes, criando condições que facilitem a aprendizagem, nas quais os conteúdos de cada disciplina, considerando-se suas peculiaridades, podem ser estudados por meio de atividades diversificadas, tais como: seminários (visando à ampliação de habilidades de análise e argumentação); trabalhos monográficos (para problematização e aprofundamento das teorias e das metodologias da pesquisa); aulas expositivas dialogadas; e visitas a espaços nos quais a atuação do profissional da Pedagogia pode ser conhecida e analisada, em confronto com a teoria e sob a orientação docente.

Através dessas metodologias, almeja-se formar um profissional capaz de desenvolver suas ações profissionais com foco nas potencialidades humanas, que conceba o fenômeno educativo em sua totalidade, visando formação e informação, envolvendo atividades não apenas pedagógicas, mas também atividades para a construção de possíveis alternativas de transformação social, considerando-se os condicionantes que influenciam diretamente na sua função, observados, por exemplo, no âmbito escolar e educacional.

Reafirma-se que o currículo do Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* Arapiraca, orientado pela recente legislação para a educação brasileira, é formado pela contribuição de diversas áreas de conhecimento para a exploração de seu objeto de estudo. Por esse motivo, a interdisciplinaridade é uma concepção metodológica valorizada em todos os períodos, por possibilitar que diversas áreas do conhecimento científico, dentro de suas especificidades disciplinares, contribuam para a compreensão de determinado fenômeno social.

Assim, busca-se garantir no currículo conteúdos específicos da Educação e da Pedagogia ou conteúdos interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Também se intenta assegurar a contribuição de diversas áreas de conhecimento para a exploração do objeto de estudo e a identidade do magistério da educação básica. Reafirma-se que o Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* de Arapiraca, tem como horizonte abordar conteúdos e metodologias que integrem dimensões da realidade social às diversas disciplinas elencadas na estrutura curricular do curso, através da Prática Pedagógica como componente

curricular, do Estágio Supervisionado Obrigatório, das Atividades Curriculares de Extensão e dos eventos propostos pelos docentes do curso para compor as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC).

5.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ACESSIBILIDADE E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

No Brasil, a demanda pela Educação Inclusiva tem estimulado a atenção sobre as questões relacionadas à acessibilidade. Cabe destacar que da mesma forma que a inclusão não tem como público apenas as pessoas com deficiência, o tema da acessibilidade na educação diz respeito a todos os integrantes de uma dada comunidade escolar e/ou acadêmica.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”. Segundo o Decreto-lei 5.296, de 2 de dezembro de 2004, neste grupo estão incluídos sujeitos com uma limitação temporária ou permanente de se relacionar com o meio, por exemplo, gestantes e idosos. A acessibilidade deve ser pensada considerando-se a diversidade de tal comunidade, objetivando que seus componentes tenham as mesmas condições de participar com segurança e autonomia de todas as atividades nela desenvolvidas, mediante a eliminação de barreiras. Estas, segundo a Lei nº 10.098/2000, artigo 2º, podem ser de quatro tipos: barreiras arquitetônicas urbanísticas, barreiras arquitetônicas na edificação, barreiras arquitetônicas nos transportes e barreiras na comunicação.

O Plano Nacional de Educação – PNE, em vigor, trata, em sua meta número 4, da educação especial e prevê 19 estratégias para universalizá-la até 2014:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014).

No tocante às acessibilidades necessárias à inclusão e pessoas com deficiência, vale destacar que, somando-se ao disposto nas citadas legislações federais, em 2006, a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, acrescentou ao arcabouço das barreiras mencionadas aquela de natureza atitudinal, ao afirmar o reconhecimento da deficiência como um “conceito

em evolução”, resultante da “interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”.

O texto da Convenção, por sua magnitude e importância no cenário internacional, é assumido em nosso País como Decreto Legislativo nº 186/2008 e o Decreto nº 6.949/2009, passando a vigorar como referência nacional para a implementação das ações de acessibilidade que dão suporte à efetiva inclusão social das pessoas com deficiência. Nesse sentido, sendo o direito à educação considerado constitucionalmente como um direito social, no curso de Pedagogia entende-se que o direito de acesso e permanência à Educação Superior e, sobretudo, à Educação Superior ofertada no ambiente público federal, deve incorporar a permanente busca pela eliminação das barreiras visíveis e invisíveis (sociais/atitudinais) que ainda afastam as pessoas com deficiência do usufruto de seus direitos, ou seja, do pleno desenvolvimento de suas potencialidades (Almeida Prado, 1997; Gotti, 2006; Guedes, 2007; Chahini, 2010; Tavares, 2012).

No tocante às acessibilidades necessárias à inclusão de pessoas com deficiência, vale destacar que em 2006, a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, acrescentou ao arcabouço das barreiras mencionadas aquela de natureza atitudinal, ao afirmar o reconhecimento da deficiência como um “conceito em evolução”, resultante da “interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”.

No contexto universitário, portanto, defende-se que a acessibilidade deve perpassar todas as ações desenvolvidas pelas instituições, sendo inserida como tema transversal na tríade *ensino, extensão e pesquisa*. No entanto, cabe ressaltar que a adoção de metas de acessibilidade na universidade ainda é cercada por várias barreiras, a exemplo dos programas curriculares, nos quais ainda se pode identificar a quase inexistência de disciplinas tratando sobre a temática nos cursos de graduação e, especialmente, naqueles de licenciatura.

Para a mudança dessa realidade, entende-se que a comunidade acadêmica – formada pelos estudantes, servidores docentes, gestores da educação superior, técnicos e demais profissionais prestadores de serviços – deve ser constantemente sensibilizada acerca da diversidade humana – enquanto fonte de riqueza social –, bem como sobre as suas demandas, a serem materializadas sob diferentes formas e de maneira peculiar, o que requer de todos os envolvidos com a universidade um processo permanente de adaptação e de ajuste em prol do

atendimento de suas necessidades.

Sob essa égide, faz-se necessário lançar mão das ajudas técnicas existentes, de forma a se preparar permanentemente para o ingresso de novos alunos e servidores com deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como para acolher a diversidade – e multiplicidade – humana, também manifestada naqueles que visitam o *campus*. Igualmente, cumpre promover constantemente entre os alunos, os docentes e toda a comunidade acadêmica, seja através de eventos, pesquisas científicas, seja mediante projetos e ações de extensão no e a partir do *campus*, a crescente difusão de informações pertinentes à temática.

No âmbito Institucional, a UFAL possui um Núcleo de Estudos (Núcleo de Acessibilidade – NAC) voltado para o entendimento das necessidades postas ao seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado às pessoas com deficiência, em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

O Núcleo de Acessibilidade foi criado em outubro de 2013 e, desde então, tem consolidado suas ações na Instituição. De acordo com a Lei 13.146/2015, busca “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e à cidadania”.

Com relação ao atendimento de discentes com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, incluso no instrumento de avaliação dos cursos de graduação do INEP de junho de 2015, a Universidade Federal de Alagoas fomenta estudos e debates no intuito de constituir uma política institucional que explicita ações neste âmbito e que fundamente os cursos de graduação desta instituição em metodologias e ações atitudinais que visem à inclusão de pessoas com este transtorno. Os discentes com transtorno do espectro autista também são atendidos pelo NAC.

Diante do exposto, o Curso de Pedagogia Licenciatura do *Campus* de Arapiraca apoia-se nas ações do NAC e procura seguir o disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, documento mediante o qual o Ministério da Educação visa garantir às pessoas com deficiência os requisitos básicos de acessibilidade ao Ensino Superior. Busca colaborar com a promoção da acessibilidade, sobretudo no que se refere à efetivação de adaptações de cunho pedagógico, com o objetivo de garantir a todos o direito a uma educação de qualidade, ou seja, uma educação verdadeiramente inclusiva.

Vale destacar, ainda, que a UFAL/*Campus* Arapiraca desenvolve desde 2010 projetos de pesquisa e extensão com o objetivo de analisar políticas educacionais de inclusão em

instituições da Educação Básica no âmbito local para redimensionar o processo de inclusão de alunos com dificuldades visuais (DV em turmas regulares de ensino da rede pública municipal), bem como envida esforços na política de inclusão social ao buscar atender às necessidades socioeconômicas dos alunos, por meio de programas de bolsa permanência, de monitoria, de Iniciação Científica (PIBIC), de Iniciação à Docência (PIDIB), de Extensão, assim como pela aplicação de cotas para o ingresso universitário e pela inclusão de alunos em grupos de estudo e pesquisa. No momento atual, o *Campus Arapiraca* encontra-se em processo de implantação do Núcleo de Acessibilidade – NAC Arapiraca, contando com cinco bolsistas, alguns equipamentos e estruturação de espaço físico.

6 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem será realizada de acordo com as normas indicadas pela UFAL em seu Regimento Interno. Os procedimentos de Avaliação Bimestral, Reavaliação, Segunda Chamada e Prova Final são regidos por este documento, sendo a diversidade dos instrumentos avaliativos definida pelo professor da disciplina. Os instrumentos avaliativos serão empregados em consonância com os princípios da avaliação formativa – como destaque em face da avaliação meramente somativa –, com ênfase na avaliação do processo de desenvolvimento da aprendizagem e não no produto final desta aprendizagem, e com vistas a oferecer elementos para a melhoria da intervenção do docente e, conseqüentemente, para a formação do discente.

O Processo de Avaliação de Aprendizagem na Universidade Federal de Alagoas está regulamentado pelo Estatuto, conforme Portaria nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003, no capítulo III, art. 35, Parágrafo único. O Regimento Geral da UFAL, seção III, art. 41, regulamentado pela Resolução nº 25/2005 – CEPE, de 26 de outubro de 2005, no art. 11 define que a Avaliação se dará nas seguintes modalidades:

Avaliação Bimestral (AB)

A nota de cada AB será o resultado de mais de um instrumento de avaliação, envolvendo provas escritas e/ou práticas, além de outras opções, como: provas orais, seminários, resumos, *papers*, resenhas etc., a critério do professor. Em cada bimestre, o aluno

que tiver perdido um ou mais de um dos instrumentos de avaliação previstos terá sua nota na AB específica através da média calculada do total dos pontos obtidos pelo número de avaliações programadas e efetivada pela disciplina.

Reavaliação

Em cada disciplina, o aluno que alcançar nota inferior a 7 (sete) em uma das duas ABs terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve a menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a nota da reavaliação.

7 OUTRAS AVALIAÇÕES

7.1 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus Arapiraca*, engloba as diversas modalidades de avaliação, em que todos os membros devem ser avaliadores e avaliados ao mesmo tempo. A avaliação institucional se destina não apenas à avaliação das instituições (como a escola e o sistema educacional), enquanto instâncias prontas e acabadas, mas também à avaliação das políticas e projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento. Centra sua atenção nos processos, na relação e nas decisões, tanto quanto nos resultados das ações.

A avaliação permanente e contínua do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia é importante para aferir o desenvolvimento adequado do curso, de acordo com os seus objetivos, como também para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorar este projeto, pois o projeto é dinâmico e deve passar por constantes avaliações. Assim compreendida, a avaliação visa à transformação e ao aperfeiçoamento do referido curso, que deve ser instrumento e caminho na construção de um novo perfil profissional do pedagogo, em consonância com as Diretrizes Nacionais.

A avaliação institucional englobará o acompanhamento das ações indissociadas de ensino, pesquisa e extensão, no sentido do estímulo, promoção e divulgação da produção científica, artística e cultural docente e discente do curso. Essa dimensão será realizada também em integração com o ensino, a pesquisa e a extensão. Os setores de estudos são responsáveis, em conjunto com o Colegiado do Curso, por pensar os instrumentos de

avaliação integrados para cada período avaliativo.

Os mecanismos utilizados na sistematização da avaliação do curso permitirão integrar as dimensões da avaliação institucional e da avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem – de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do referido projeto. São utilizadas estratégias que possam efetivar a discussão ampla do projeto, mediante um conjunto de questionamentos previamente ordenados que busquem encontrar suas debilidades, se existirem.

O Curso é avaliado não só pela comunidade acadêmica interna, mas também pela sociedade, através da ação/intervenção docente/discente expressa na produção e nas atividades concretizadas no âmbito da extensão universitária, em parceria com instituições educacionais e, particularmente, com as que viabilizam os estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para a avaliação das condições de ensino também servirá de instrumento para avaliação, sendo constituído pelos seguintes tópicos:

1. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino da graduação;
2. Corpo docente: formação profissional, condições de trabalho, atuação e desempenho profissional;
3. Infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

A avaliação do desempenho docente será efetivada pelos alunos/disciplinas, fazendo uso de formulário próprio e de acordo com o processo de avaliação institucional.

7.2. AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Ao final de cada semestre letivo está prevista a realização da autoavaliação do Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus Arapiraca*, através da aplicação de instrumentos junto aos seus docentes e discentes. Esta avaliação é realizada mediante formulário elaborado pela Comissão de Autoavaliação (CAA), definida pelo Colegiado do Curso, que conta com o apoio de técnicos para a sua aplicação.

A CAA tem como responsabilidade apresentar o Plano de autoavaliação com propostas que visem a sanar problemas identificados no Curso de Pedagogia, intencionando melhorar sua qualidade. Após a aplicação dos formulários de avaliação, os dados deverão ser

analisados quantitativamente, sob a supervisão da comissão instituída, e qualitativamente, em conjunto com o NDE do Curso e com representação discente.

Os resultados destas autoavaliações servirão de parâmetro para a definição de ações em prol da melhoria das condições de atuação dos docentes e discentes no curso, no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem, à infraestrutura destinada ao curso, ao acesso e permanência na UFAL, ao currículo e aos demais aspectos pertinentes à formação dos discentes e às condições de trabalho dos docentes.

Com base nas determinações contidas na Portaria MEC nº 147/2007, de 2 de fevereiro de 2007, no Parecer nº 4, de 17 de junho de 2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, que trata dos princípios, criação e finalidade do Núcleo Docente Estruturante, além da Resolução CONAES Nº 1, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências, o Colegiado do curso de Pedagogia é dotado do Núcleo Docente Estruturante (NDE), um órgão consultivo e de assessoramento, vinculado ao Colegiado do Curso, cuja finalidade é não apenas implementar, acompanhar e atuar no processo de concepção, avaliação e atualização do projeto pedagógico do curso, mas também desenvolvê-lo e consolidá-lo, para que assim seja construída a identidade do curso. As atribuições e os critérios de constituição do NDE são deliberados por seus colegiados superiores, à luz das legislações pertinentes.

8. AÇÕES DE APOIO AOS DISCENTES

Através do Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), a UFAL/*Campus* de Arapiraca disponibiliza aos discentes políticas de assistência através de atendimentos com profissionais das áreas de Serviço Social e Psicologia; estes acompanham, entre outros, aqueles que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade social. Também cabe ao NAE coordenar a distribuição das diferentes bolsas de auxílio estudantil oferecidas pela universidade, além de realizar outras ações concernentes à permanência dos discentes na universidade e no *campus*.

8.1 MONITORIA

A Monitoria é uma ação institucional direcionada à formação acadêmica do discente e à melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação, envolvendo professores e discentes na condição de orientadores e monitores, respectivamente.

No âmbito da UFAL, o Programa de Monitoria é coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD – e tem como objetivo principal possibilitar ao aluno o desenvolvimento de atividades de ensino/aprendizagem em determinada disciplina supervisionada por um professor orientador.

O Programa tem como objetivos específicos:

- a) Assessorar o professor nas atividades docentes;
- b) Possibilitar a interação entre docentes e discentes;
- c) Proporcionar uma visão globalizada da disciplina a partir do aprofundamento, questionamento e sedimentação de seus conhecimentos;
- d) Desenvolver habilidades didático-pedagógicas e uma visão crítica sobre a metodologia do ensino.

Sobre as atribuições do Monitor

De acordo com o art. 23 da Resolução 55/2008 – CONSUNI e o PLANO ARAPIRACA DE MONITORIA, e nos termos do Edital nº 19/2018 CDP – PROGRAD, são atribuições que competem ao Monitor e ao Tutor, sob a orientação e a responsabilidade do Professor Orientador:

- Auxiliar o(s) professor(es) na realização de trabalhos práticos e experimentais;
- Preparar material didático, atender a alunos, e outras atribuições de acordo com o Roteiro de Atividades ao qual esteja vinculado;
- Interagir com professores e alunos, favorecendo a articulação dessas categorias;
- Avaliar o desenvolvimento do seu Plano de Atividade em interação com o seu orientador, com a elaboração e depósito na coordenação de monitoria do *Campus* de Arapiraca – UFAL de um relatório semestral das atividades;
- Desenvolver, quando for o caso, atividades complementares. Essas atividades deverão constar no Relatório Final do Monitor ou do Tutor.
- Participar, quando for o caso, de eventos acadêmicos na Universidade ou fora dela.

Sobre o Professor Orientador e suas atribuições

O Professor Orientador é o docente que trabalha juntamente com o(s) aluno(s) monitor(es) no desenvolvimento do Plano de Monitoria/Tutoria, tendo como atribuições:

- Elaborar o Projeto de Monitoria/Tutoria e do Plano de Atividades vinculado ao Plano de Monitoria/Tutoria da Unidade Acadêmica;
- Orientar e assistir ao monitor ou tutor no desenvolvimento de suas atividades específicas, bem como registrar sua pontualidade e assiduidade;
- Apresentar ao Coordenador de Monitoria do Curso relatório de desempenho das atividades, juntamente com o relatório elaborado pelo monitor. O relatório elaborado pelo professor-orientador deverá avaliar o desenvolvimento do Projeto de Monitoria, o cumprimento das atividades previstas e o desempenho do monitor no cumprimento das atividades propostas;
- Notificar a Coordenação de Monitoria do Curso, caso ocorra a impossibilidade e/ou o não cumprimento das obrigações previstas no plano de atividades por parte do aluno monitor, para as providências cabíveis no sentido de suspensão e/ou substituição dele.

Sobre a função da Coordenação de Monitoria

A Coordenação de Monitoria do Curso de Pedagogia atuará em todos os processos de seleção, acompanhamento e avaliação das atividades de monitoria relacionadas ao Curso de Pedagogia, *Campus Arapiraca*, sobretudo aqueles regidos pelos editais.

O Coordenador de Monitoria do Curso de Pedagogia é o professor responsável pela:

- Comunicação com a Coordenação de Monitoria do *Campus Arapiraca*. Deve, assim, garantir que as informações, orientações e documentos oriundos dessa Coordenação tenham sua devida repercussão entre docentes e discentes do Curso de Pedagogia;
- Coordenação de todo o processo (seleção, acompanhamento e avaliação) de monitoria no curso;
- Orientação aos Professores Orientadores no que se refere ao funcionamento da monitoria no curso.

8.2 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID)

O curso de Pedagogia participa ininterruptamente do Programa Pibid desde o Edital de 2012, iniciando as ações de parceria entre escolas de educação básica e o curso de Pedagogia com dez estudantes da primeira turma do curso, que naquele momento cursavam o segundo

período do curso. São os objetivos gerais deste Programa, de acordo com o Projeto Institucional desta Universidade:

1. Geral: 1.1 Contribuir para a formação inicial e continuada de profissionais do magistério, no âmbito das áreas das licenciaturas e das unidades universitárias da UFAL presentes no estado de Alagoas, sendo o foco deste processo as práticas de letramento multidisciplinar, que promovam a inserção de licenciandos na rotina escolar, bem como a aprendizagem dos alunos da Educação Básica, com vistas à melhoria da qualidade do ensino público; 1.2 Fortalecer e priorizar, na formação inicial e continuada de professores, aspectos essenciais da ação investigativa, para apropriação da pesquisa no processo de ensino e aprendizagem das diferentes áreas de atuação; 1.3 Promover a revitalização dos vínculos entre Escola e Universidade, principalmente na redefinição da função e do compromisso social de ambas na construção e troca de saberes no processo de formação de professores da Educação Básica. (Projeto Institucional PIBID/UFAL, 2018, p.1)

O Edital atual (2018/2019) envolve vinte e cinco estudantes do curso, matriculados entre o segundo e o quarto período do curso, a coordenação de um docente do curso, e a supervisão de três professores da Educação Básica (sendo um por escola) que recebem uma bolsa para o desenvolvimento de atividades de 12h semanais, sendo 8h nas escolas participantes.

Este Programa tem contribuído fortemente com a formação dos discentes do curso de Pedagogia, ao envolver ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas em parceria com as escolas da educação básica nas quais a práxis pedagógica tem lugar ao proporcionar uma formação diretamente relacionada com o campo de trabalho do pedagogo.

9 INFRAESTRUTURA

9.1 BRINQUEDOTECA

Processo de implementação

A Brinquedoteca do Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus Arapiraca*, surgiu por uma necessidade do curso e a partir do interesse coletivo de coordenadores, professores, técnicos e estudantes do Curso de Pedagogia Licenciatura, os quais se articularam com a Direção do *Campus* da Instituição em busca de tal concretização.

Os primeiros passos para a sua implementação foram dados em meados de 2014, quando se aproximava o período de avaliação do Curso de Pedagogia Licenciatura, realizada pelo Ministério da Educação. A professora responsável pela área de educação infantil encaminhou à Direção do *Campus* nesse mesmo ano um memorando interno informando a

necessidade de criação de um laboratório de jogos, brinquedos e brincadeiras para os formandos de Pedagogia.

Alguns equipamentos eletrônicos, como computadores, impressora, projetor, armários e mesas, foram obtidos para os três *campi* da UFAL através de Projeto de Cursos de Extensão/Aperfeiçoamento em Educação Infantil (MEC/SEB/UFAL), coordenado por professoras da área da educação infantil nos *campi* da UFAL. Com a necessidade de criação de uma Brinquedoteca para o Curso de Pedagogia Licenciatura e o interesse em criar um laboratório de jogos, brinquedos e brincadeiras, iniciaram-se as articulações para a concretização deste espaço.

A Coordenação do Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* Arapiraca (2013-2015), em articulação com a professora da área da educação infantil e demais membros do corpo docente do curso, Direção Geral e Acadêmica do *Campus* e técnicos em Assuntos Educacionais iniciaram um diálogo em busca da implantação da Brinquedoteca. Com o aval da Direção do *Campus*, no ano de 2014 deu-se início a um trabalho em conjunto com arquitetos e engenheiros do *campus*, para discutir um projeto visando à construção da Brinquedoteca. A professora da área da educação infantil participou de algumas reuniões com a equipe de arquitetura, e o esboço do projeto foi sendo traçado.

Após algumas mudanças, por sugestão da professora da área da educação infantil, no projeto inicial apresentado pela arquiteta, esta e a professora responsável levaram o projeto para uma reunião do Colegiado do Curso de Pedagogia Licenciatura, para apreciação. O grupo de docentes e técnicos do curso opinou sobre o projeto, que foi adequado pela arquiteta responsável, de acordo com as sugestões do coletivo. Tendo sido feitas as devidas modificações, o projeto foi aprovado pelo Curso de Pedagogia Licenciatura, e a equipe de arquitetura encaminhou-o à Direção Geral do *Campus*, para tramitação. Logo em seguida, foi feita uma lista de compras de brinquedos e materiais necessários para compor o espaço.

Com o período de avaliação do Curso se aproximando e a necessidade da implantação deste espaço, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelas universidades do País no que diz respeito à construção e reformas de espaços, verba, prazos, entre outros entraves, no ano de 2015 a Direção do *Campus* cedeu uma sala que funcionava como Laboratório do Curso de Física, para que a Brinquedoteca do Curso de Pedagogia Licenciatura fosse implantada enquanto se aguardava a construção de um espaço mais adequado às condições levantadas no projeto.

A gestão do Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus Arapiraca*, neste ano de 2015, juntamente com a professora da área da educação infantil e demais membros do corpo docente e técnicos, uniu-se para estruturar a sala e assim transformá-la na Brinquedoteca do Curso. Criou-se uma campanha com estudantes, técnicos e professores para a doação de brinquedos e objetos que pudessem compor o ambiente. Alunos do Curso de Arquitetura colaboraram com a construção de móveis feitos com *pellets* e a pintura da parte exterior e interior da sala.

Ademais, foram doados brinquedos, livros, fantasias, caixas, colchonetes e outros objetos. A brinquedoteca foi inaugurada em meados de março de 2015 com os materiais arrecadados na campanha e os equipamentos eletrônicos conseguidos via projeto.

Seguem algumas fotografias do espaço.

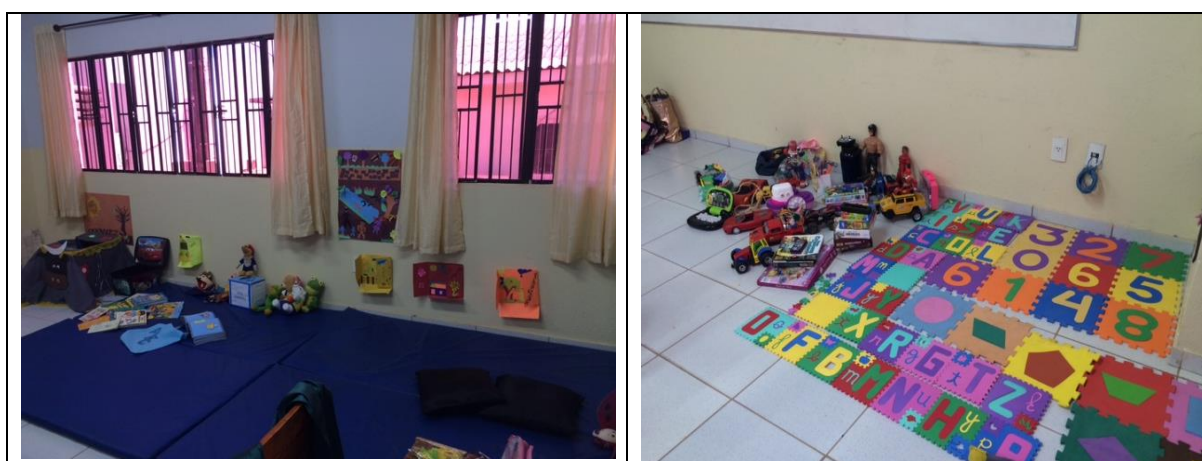
Imagem 1 – Espaço Interno da Brinquedoteca de Arapiraca



Fon

te: Acervo próprio

Imagem 2 – Espaço Interno da Brinquedoteca de Arapiraca



Fonte: Acervo próprio

Inagem 3 – Espaço Interno da Brinquedoteca de Arapiraca



Fonte: Acervo próprio

Embora as Brinquedotecas tenham a função de receber a comunidade, como um espaço coletivo, a Brinquedoteca do Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* Arapiraca, tem cumprido o papel de colaborar para a formação dos discentes do curso, apesar de o espaço ainda não ser o adequado para receber crianças da comunidade local. A Brinquedoteca tem funcionado como um laboratório onde professores e alunos do Ensino Superior exploram brinquedos, jogos, materiais pedagógicos, exercitam a organização dos espaços adequados às brincadeiras, constroem brinquedos e jogos, bem como vivem experiências através de oficinas que viabilizam pensar novos métodos, estudos, formas de observações de brincadeiras e vivências para serem propostas nos campos de estágios.

Nesse sentido, a Brinquedoteca do *Campus* Arapiraca tem proporcionado aos estudantes a compreensão do real significado do processo de desenvolvimento da criança a partir da brincadeira, bem como a ampliação dos estudos voltados às teorias e conceitos que sustentam as discussões sobre a criança, o papel do professor na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o lúdico e o brincar para aprender e desenvolver.

A proposta de uso da Brinquedoteca do Curso de Pedagogia Licenciatura, *Campus* Arapiraca, tem se dado especialmente com os trabalhos desenvolvidos nas disciplinas de metodologias ofertadas no Curso de Pedagogia Licenciatura, disciplinas da área de educação infantil, disciplina Arte Educação e disciplina Jogos, Recreação e Brincadeiras, as quais proporcionam que o discente utilize este espaço para compreender a criança da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em todas as suas dimensões e necessidades: afetiva, motora,

cognitiva, social. Para tal, a organização dos espaços e materiais lúdicos possibilita que desenvolvam tais aspectos, tendo o adulto e o espaço como mediadores.

A Brinquedoteca também é um espaço de grupos de estudos que discutem acerca da criança, do jogo e da brincadeira, bem como tem sido o local de exibição de vídeos e documentários, seguidos de debates com os alunos do Curso. Este espaço também tem sido “itinerante”, chegando às creches e pré-escolas, bem como às escolas do município de Arapiraca, através de estágios ou de projetos de pesquisa, extensão e cursos de aperfeiçoamento.

- Nesse sentido, a Brinquedoteca tem como objetivo proporcionar um espaço onde professores e alunos do Curso de Pedagogia Licenciatura possam realizar práticas interdisciplinares a partir da exploração de brinquedos, jogos e materiais pedagógicos, tendo como foco o desenvolvimento da criança.

O Curso de Pedagogia Licenciatura encontra-se à espera da construção de um novo prédio, mais adequado às necessidades de uma brinquedoteca, apto a receber crianças e possibilitar estudos e análises através da observação destas em situações de interação e brincadeiras, garantindo desse modo um espaço de convivência, vivências e projetos articulados, a promover a brincadeira e a investigação acerca desta atividade das crianças no próprio *campus*.

Em relação ao novo espaço da Brinquedoteca, o Curso de Pedagogia Licenciatura do *Campus* Arapiraca espera:

- Possibilitar um ambiente em que as crianças brinquem, vivenciem experiências lúdicas e artísticas, explorem o ambiente, transformem, construam significados, interajam com os pares e com os adultos.

A Brinquedoteca é um espaço que potencializa o estudo teórico e prático, por permitir o contato com um ambiente planejado que viabiliza refletir acerca da criança e da infância, da organização do espaço, dos movimentos da criança, da brincadeira livre ou do tempo de brincadeira livre nas escolas, dos jogos dirigidos, do papel do adulto como apoiador das criações das crianças, entre outros aspectos. É o lócus privilegiado de observação da criança.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Plano Estadual de Educação (2015–2025)**. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/admin/documento/2015/06/PEE-2015.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, 1º de julho de 2015**: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1, 15 de maio de 2006**: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**: Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012**: Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 26 de setembro de 2018.

_____. **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 26 de setembro de 2018.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**: Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em: 9 jul. 2018.

_____. **Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012**, Institui a Política Nacional de Proteção

dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 26 de setembro de 2018.

_____. **Lei 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 26 de setembro de 2018.

_____. **Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 26 de setembro de 2018.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 26 de setembro de 2018.

BRASIL ESCOLA. A economia de Alagoas. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/a-economia-alagoas.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL/INEP. Inep apresenta resultados do Saeb/Prova Brasil 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-apresenta-resultados-do-saeb-prova-brasil-2015/21206>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. Resultados e Resumos. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL/MEC. Assinado convênio de expansão da Federal de Alagoas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/4193-sp-727972018>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

BRASIL/MEC. **Documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010).** Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL/MEC/SEMED MACEIÓ. **Universalizar a alfabetização em Maceió:** subsídios para a política pública. Research Report, n. 23, Dez. 2016. Disponível em:

<<http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/pdf/2015/11/PesquisaAnalfabetismo.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Docência em formação).

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus – AM, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (ForGRAD). **Concepções e Implementação da Flexibilização Curricular**. Campo Grande, 2003. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/350369481/Concepcoes-e-Implementacao-Da-Flexibilizacao-Curricular-na-medicina>>. Acesso em: 10 jul. 2018

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Situação Social nos Estados: Alagoas**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/120328_relatorio_situacao_social_al.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO DE ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20154-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2017.html>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO DE ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama Brasil/Alagoas/Arapiraca**.

LUSA Garibotti Mariliz; SILVA, Maria Ester Ferreira da; ALBUQUERQUE Cícero Ferreira de. **O Semiárido alagoano frente à crise do capital: as faces da exploração e dominação da classe trabalhadora**. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, VI, 2013, São Luís – MA. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/mesastematicas/osemiaridoolagoanofrenteacrisedocapital.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

NETO, A.L.G.C; AMARAL, E.M.R. **Ensino de ciências e educação ambiental no nível fundamental: análise de algumas estratégias didáticas**. Ciência & Educação (Bauru) v.17, n.1, 2011).

O GLOBO. Quase 60% dos Alunos do 9º anos de Alagoas Registram Baixo Aprendizado. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/quase-60-dos-alunos-do-9-ano-de-alagoas-registram-baixo-aprendizado-557426.html>>. Acesso em: 20 ago. de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013 - 2017**. Maceió, 2013. Disponível em:

<<https://ufal.br/transparencia/institucional/plano-de-desenvolvimento/2013-2017>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. **Estatuto e Regimento Geral da UFAL**. Maceió, 2006. Disponível em: <https://ufal.br/transparencia/institucional/Estatuto_Regimento_Ufal.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Resolução nº 52/2012-CONSUNI/UFAL, de 5 de novembro de 2012**. Institui o núcleo docente estruturante no âmbito dos cursos de graduação da Ufal. Disponível em: <file:///C:/Users/YvanopKunha/Downloads/Resolucao%20NDE_UFAL.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS *CAMPUS* DE ARAPIRACA (UFAL – *CAMPUS* ARAPIRACA). **Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Alagoas: uma expansão necessária**, Maceió, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS *CAMPUS* DE ARAPIRACA (UFAL – *CAMPUS* ARAPIRACA)- **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Licenciatura (PPC)**, Arapiraca, 2014.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas: História, histórias**. 3. ed. Maceió, 2001.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão; TAVARES, Maria das Graças Medeiros. Educação Superior em Alagoas 1991-2004. In: **Educação Superior Brasileira: 1991-2004**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.